

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**IDENTIDADE, ESPAÇO E TEMPO: NEGOCIAÇÕES
DE SENTIDO SOBRE A “GENTE DE RUA”**

Hugo Juliano Duarte Matias

Natal
2008

Hugo Juliano Duarte Matias

IDENTIDADE, ESPAÇO E TEMPO: NEGOCIAÇÕES DE
SENTIDO SOBRE A “GENTE DE RUA”

Dissertação elaborada sob orientação da Profa.
Dra. Rosângela Francischini e apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
como requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em Psicologia.

Natal
2008

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial Especializada do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).
NNBCCHLA

Matias, Hugo Juliano Duarte.

Identidade, espaço e tempo : negociações de sentido sobre a “gente de rua” / Hugo Juliano Duarte Matias. - Natal, RN, 2008.
242 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosângela Francischini.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Psicologia.

1. Etnografia – Dissertação. 2. Narrativa – Dissertação. 3. Identidade - Dissertação. 4. Jovens – Situação de rua – Dissertação. I. Francischini, Rosângela. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 39

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

A dissertação “Identidade, espaço e tempo: negociações de sentido sobre a ‘gente de rua’”, elaborada por Hugo Juliano Duarte Matias, foi considerada aprovada por todos os membros da Banca Examinadora e aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE EM PSICOLOGIA.

Natal, RN, 25 de fevereiro de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Rosângela Francischini

Profa. Dra. Andréa Vieira Zanella

Prof. Dr. Edmilson Lopes Junior

Mas como diminui ou se consome o futuro, se ainda não existe? Ou como cresce o pretérito, que já não existe, a não ser pelo motivo de três coisas se nos depararem no espírito onde isto se realiza: expectativa, atenção e memória?

Santo Agostinho

Todas as pessoas que passam vêem essas crianças, mas elas são invisíveis. Elas não existem.

Elena Poniatowska

Aos meninos e meninas que ainda
não pude ignorar;

A quem de meus colegas que ainda
não pude repelir; a quem de meus
amigos que ainda não pude
esquecer; a quem de meus
companheiros que ainda não pude
abandonar;

A meu pai, minha mãe, minha irmã
e minha esposa,

A Deus,

de quem não posso me desviar.

Agradecimentos

À Profa. Dra. Rosângela Francischini, principalmente, pela muita generosidade com que me ajudou na feitura deste trabalho, sem a qual eu não teria obtido o contentamento de que gozo com o seu produto.

A todos os professores que foram meus professores na graduação, especialmente, àqueles a quem eu mais me afeiçoei, cujas virtudes apreciei e a quem devo o meu interesse pela Academia.

A todas as pessoas que contribuíram lendo e opinando acerca das minhas primeiras idéias, das minhas últimas idéias, as pessoas que apenas leram e as pessoas que, muito pacientemente, não se recusaram a pelo menos me ouvir algumas vezes.

Até mesmo às pessoas que não esqueciam de me perguntar sobre a quantas andava a minha dissertação.

Sumário

Lista de Figuras.....	viii
Lista de Quadros.....	ix
Resumo.....	x
Abstract.....	xi
1. Introdução.....	12
2. A construção histórico-social da rua como anti-lugar para a juventude....	17
2.1 A juventude dividida entre a casa e a rua.....	17
2.2 Com o iluminismo em casa, a rua às escuras.....	25
2.3 Nas ruas do Brasil pós-colonial.....	31
2.4 Do vagabundo faz-se o criminoso.....	35
2.5 Epopéia dos “menores de rua” no Brasil moderno.....	41
3. Os jovens que vivem na rua como problema de pesquisa.....	47
3.1 O primeiro ímpeto de pesquisas: quem são essas pessoas?.....	48
3.2 Conseqüências da confusão conceitual.....	53
3.3 O segundo ímpeto de pesquisas: como são elas?.....	54
3.4 Últimas tendências nessas pesquisas.....	56
3.5 Uma crítica ao esforço de dar nome aos grupos de jovens que se podem encontrar nas ruas.....	58
3.6 Uma outra abordagem ao “problema” dos jovens que vivem nas ruas	62
4. Por uma definição do conceito de identidade.....	66
4.1 Limpando o campo.....	66
4.2 Juntando feixes.....	68
4.3 Arando a terra.....	73
4.4 Colhendo alguns frutos.....	78
5. Ainda, a construção de um aporte teórico-ético-metodológico.....	84
5.1 O contexto da pesquisa etnográfica e a pesquisa etnográfica como contexto.....	84
5.2 Uma perspectiva interpretativa.....	86
5.3 Sobre a noção de contexto.....	89
5.4 Mais uma vez, o mundo da experiência e do texto.....	94
5.5 A etnografia na rua, com adolescentes.....	97
5.6 Método, ou a produção de uma participação.....	99
5.7 Elementos antecipados do contexto.....	100
5.8 Procedimentos imaginados, caminhos percorridos: da observação participante à “participação observante”.....	101
5.9 Instrumentos.....	111
5.10 Outros comentários sobre os referenciais teórico-analíticos.....	112
6. Tempo, espaço e processos de produção de identidade sob um semáforo.	117
6.1 Fenomenologia do semáforo.....	117

6.2 Esquemas de negociação da ocupação do ambiente.....	130
6.3 O equívoco como mediação.....	148
6.4 O cotidiano dos meninos do cruzamento.....	152
6.5 Tecnologias do corpos.....	158
6.6 Imaginação, imagens e produção da alteridade.....	173
7. Análise das narrativas da experiência pessoal.....	188
7.1 Referencial analítico.....	188
7.2 Narrativas: I.....	192
7.3 Narrativas: II.....	199
7.4 Narrativas: III.....	202
7.5 Narrativas: IV.....	206
7.6 Narrativas: V.....	209
7.7 Narrativas: VI.....	213
7.8 Comparações entre as narrativas.....	217
8. Conclusões.....	224
Referências bibliográficas.....	232
Apêndice A.....	242

Lista de Figuras

1	“A família feliz”, de Jan Steen.....	24
2	Níveis de alocação de recursos semióticos para a produção de representações do mundo e do si-mesmo.....	77
3	Representação esquemática das formas identitárias simultaneamente como construção social e relacional, contextual e narrativa. Adaptado de Gover (1996).....	82
4	Fotografia aérea do cruzamento das Avenidas.....	120
5	Fotografia do cruzamento.....	121
6	Fotografias dos prédios desocupados como efeito da presença do meninos.....	141
7	Ambiente do cruzamento como meio de negociação simbólica.....	142
8	Resumo esquemático da negociação de sentidos mediada pelo ambiente.....	143
9	Representação gráfica da movimentação dos meninos no cruzamento.....	154
10	Fotografia que mostra a observação da Distância Social.....	162
11	Variedade postural na interação face a face.....	166
12	Elaboração da face no semáforo.....	169
13	Episódio de conflito no semáforo.....	171
14	O “andar de Pigüim”.....	178
15	Meninos posando para fotografia.....	179
16	Um dos meninos posando como <i>badboy</i>	181
17	“Pobre menino de rua” – imagem rejeitada pelos meninos.....	184
18	Paradoxo da relação entre os meninos e sua auto-imagem.....	186
19	Esqueleto objetivado da narrativa e diagrama da organização temporal das cláusulas narrativas I.....	194
20	Esqueleto objetivado da narrativa e diagrama da organização temporal das cláusulas narrativas II.....	201
21	Esqueleto objetivado da narrativa e diagrama da organização temporal das cláusulas narrativas III.....	204
22	Esqueleto objetivado da narrativa e diagrama da organização temporal das cláusulas narrativas IV.....	207
23	Esqueleto objetivado da narrativa e diagrama da organização temporal das cláusulas narrativas V.....	211
24	Esqueleto objetivado da narrativa e diagrama da organização temporal das cláusulas narrativas VI.....	215

Lista de Quadros

1	Descrição esquemática das características do primeiro momento no contexto de interação no cruzamento.....	103
2	Descrição esquemática das características do segundo momento no contexto de interação no cruzamento.....	106
3	Descrição esquemática das características do terceiro momento no contexto de interação no cruzamento.....	108
4	Descrição esquemática das características do quarto momento no contexto de interação no cruzamento.....	110
5	Efeitos das práticas de espaço sobre o ambiente do cruzamento e seu entorno.....	129
6	Comparação entre as características estruturais, funcionais, argumentativas e estilísticas das narrativas.....	218

Resumo

Investiga os processos de construção de identidade concernentes a jovens em situação de rua. Recentemente, incorporou-se às pesquisas com essa população, atenção aos processos de socialização que estruturam seu cotidiano, situações de interação, sentidos de suas práticas sociais, sua experiência de estar na rua. O conceito de formas identitárias empresta coerência ao conjunto desses fenômenos, articulando-os num mesmo referencial teórico com o objetivo de significar suas condições de vida e as particularidades de suas trajetórias. Assim, realizou-se pesquisa etnográfica com grupo de 11 pessoas em situação de rua, 9 deles, meninos e meninas com 16-18 anos, durante 3 meses. A participação construída entre pesquisador e grupo viabilizou observações participantes, entrevistas e a produção, pelos jovens, de narrativas de estória de vida, interpretadas segundo a *positioning analysis* e o modelo laboviano de análise de narrativas orais de experiência pessoal. A observação da interação entre o grupo estudado e outros grupos mostrou que suas práticas sociais, sustentadas sobre tecnologias corporais muito particulares, recriam semanticamente espaço e tempo dessas interações como mediação das negociações de sentidos entre grupos. Tais sentidos transformam novamente o ambiente dessas interações, revelando sistemas interpretativos pelos quais os grupos apreendem essa interação. Essas tecnologias corporais implicam formas identitárias estruturadas sobre carência e desamparo, paradoxalmente relacionada à auto-imagem dos meninos. A análise das narrativas revelou diversidade e complexidade na montagem dos sentidos para a situação de rua; mostrou que os arranjos semânticos reconstroem a experiência temporal criando um clima moral para cada estória, determinando maior ou menor abertura de suas formas identitárias à transformação. Conclui-se que espaço e tempo, estruturantes dos regimes de interação, engendram formas identitárias; que as narrativas e as práticas sociais do grupo estudado se sustentam sobre um discurso mestre que opõe sentidos ligados à casa e à vida nas ruas.

Palavras-chave: situação de rua, narrativa, identidade, jovens, etnografia.

Abstract

This research examines the street children's identity construction processes. Recently, the research about this population has focused on the socialization processes that organize their everyday, their situations of interaction, the meanings of their social practices, their street experience. The concept of identity forms gives coherence to the set of these phenomena, articulating them theoretically, in order to describe their life conditions and details of their trajectories. This research utilized an ethnographic approach with a group of 11 street people, 9 of them boys and girls 16-18 years old, during 3 months. It included participant observation, informal and formal interviews, that resulted in young's narratives of lifestory. These narratives were interpreted according to the principles of positioning analysis and the Labovian Analysis model of oral narratives of personal experience. The observation of interaction among the studied group and other groups has showed that their social practices, supported on many particular bodily technologies, recreate space and time of these interactions semantically, as mediation of meaning negotiations among groups. Such meanings transform again the environment of these interactions, disclosing interpretative systems by means of which the groups apprehend this interaction in a particular way. These street children's bodily technologies imply identity forms based on scarcity and abandonment, paradoxicallly related to their self-concept. The analysis of narratives revealed diversity and complexity in the meanings assembly for their street experience; it showed that the semantic arrangements reconstruct the temporal experience, creating a moral climate for each lifestory, and determining more or less aperture of identity forms to change. The study concludes that space and time, builders of interaction regimes, produce identity forms; that the narratives and the social practices of the studied group are sustained upon a master discourse that opposes the meanings of the home and the life in the streets.

Keywords: street children, narrative, identity, teenagers, ethnography.

1. Introdução

Embora seja reconhecido como um problema social há bastante tempo, as crianças e jovens conhecidas como “crianças de rua” ainda constituem um tema extremamente atual, já que ainda não se chegou a uma solução viável para a sua situação. Segundo um relatório do UNICEF, em 2003, existem ainda dezenas de milhões de crianças em todo o mundo que poderiam ser qualificadas como crianças de rua¹. Mais que isso, esse é um tema acerca do qual ainda há muita ignorância e preconceito, principalmente por parte da população em geral, que desconhece quais são as características mais gerais dessa população, quais são as principais razões de sua situação.

Um filme de 2005, *All the invisible children*, produzido em colaboração com o UNICEF, agrega um conjunto de sete curtas-metragens dirigidos por grandes diretores contemporâneos, mostra situações diversas de violência praticadas contra crianças, dentre elas, a situação de estar na rua. Três desses curtas chamam a atenção para o tema das crianças de rua, sendo um deles locado no Brasil, em São Paulo. Ora, todo esse esforço por apresentar e reapresentar o problema das crianças de rua à sociedade, todos os elementos de sua vulnerabilidade atesta a muita importância desse tema nos dias de hoje.

¹ Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). (2003). *Situação Mundial da Infância 2003*. Brasília: UNICEF.

A idéia da invisibilidade dessas crianças também consta num outro relatório publicado pelo UNICEF, em 2006², essas crianças figuram em um grupo chamado de invisíveis. Trata-se do grupo de crianças que povoa as ruas dos médios e grandes centros urbanos, por todo o mundo, que estão entre os carros, no meio das feiras, nas praças, em diversos lugares públicos, de grande visibilidade, mas que, mesmo assim, não são vistas, isto é, não são alcançadas pela proteção do poder público, não são objeto do amparo que a justiça lhes garante.

Segundo esse mesmo documento, uma das dificuldades em dar tratamento ao problema das crianças de rua se impõe pelas próprias características dessa população: a impossibilidade de uma contagem precisa, que ofereça um dimensionamento correto para as suas proporções, por sua vez, gerado pela dificuldade de se chegar a um sistema de categorização que descreva de modo satisfatório os atributos dessa população. O texto também aborda a inadequação do termo crianças de rua para nomear essa população, devido ao estigma que carrega, e as conseqüências dessa invisibilidade sobre as crianças, em diversos aspectos, como sua saúde e sua dignidade, por exemplo.

O objetivo deste trabalho é oferecer uma contribuição para o conhecimento das condições de vida dessa população, pelo estudo dos processos pelos quais jovens em situação de rua produzem representações e sentidos para a sua própria identidade, em situações de interação social, com os recursos que essas situações disponibilizam para tal, e por meio do estudo de narrativas em que contam as suas experiências pessoais.

Trata-se de uma pesquisa de caráter etnográfico, cujo referencial teórico é o construcionismo social. São necessários alguns esclarecimentos com relação a isso. Em

² Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). (2006). *Situação Mundial da Infância 2006: Excluídas e Invisíveis*. Brasília: UNICEF.

primeiro lugar, o caráter etnográfico desta pesquisa pode ser descrito de duas maneiras: a) trata-se de uma pesquisa situada no espaço urbano, portanto, uma abordagem etnográfica com características urbanas; b) trata-se de uma pesquisa sobre os processos de construção de identidade que concernem a um grupo de jovens em situação de rua, portanto, o seu alcance teórico é micro-substantivo.

Uma etnografia urbana se distingue da etnografia classicamente construída pelo modo diferenciado de experiência de alteridade, ou seja, a alteridade que se constitui em objeto para o estudo etnográfico no espaço urbano é sempre algo mais próxima ao pesquisador do que a alteridade que representavam as sociedades das chamadas culturas primitivas (Magnani, 2002). Aquela alteridade é representada pelo diferente no interior da própria cultura em que o pesquisador está inserido, e a principal consequência disso para o pesquisador é o esforço que deve empreender por estranhar as suas próprias referências culturais. Além disso, as categorias que descrevem o espaço urbano são peculiares, devido a grande complexidade com que se estrutura esse espaço.

No que diz respeito ao alcance teórico da pesquisa etnográfica, ele se diferencia em duas dimensões (Hammersley & Atkinson, 1994): a primeira dimensão se refere ao alcance relativo aos casos estudados, podendo ser macro se se aplicam a sistemas de relações sociais em grande escala (como o sistema de produção capitalista), e micro se se aplica a sistemas de organização social locais (como os sistemas de negociação de sentido que estruturam as noções de eu e outro); a segunda dimensão se refere ao grau de abstração das categorias que estruturam a investigação, podendo ser substantivo se se constitui de categorias da experiência mais concreta (como jovens em situação de rua ou regimes de interação entre grupos que freqüentam determinado lugar), e formal se se constitui de

categorias mais abstratas (como identidade, poder, etc.). Por isso, mesmo com algumas características mistas, o alcance teórico pretendido nesta pesquisa é micro-substantivo, o que significa que não toma toda uma população como objeto, mas conta com a participação de sujeitos concretos, tomados em sua concretude, e fornece interpretações que localizam uma experiência particular, muito embora os sentidos assim produzidos possam servir para lançar luzes sobre um conjunto mais diverso de situações.

Em segundo lugar, o fato de o referencial teórico desta pesquisa ser construcionista tem certas implicações concernentes ao modo como os fenômenos aqui estudados são visados e sobre a própria prática da pesquisa. Obviamente, a primeira consequência diz respeito ao fato de que os sentidos produzidos com esta pesquisa não são necessários, mas contingentes em sua relação com a experiência de participação entre o pesquisador e os seus colaboradores, portanto, são provisórios e não exaustivos; a segunda é que esses sentidos são objeto de negociação intersubjetiva, portanto, produto da concorrência de intenções diferentes (do pesquisador e dos diversos participantes) sobre todos os fenômenos estudados nessa investigação.

Mais detalhes acerca dessas questões serão apresentados na sessão que trata especificamente da construção do aporte teórico-metodológico. Antes dessa sessão há três estudos, um primeiro acerca da construção histórico-social de um discurso que opõe duas categorias sociológicas estruturais na sociedade brasileira, a casa e a rua; o segundo em que se analisa, ao mesmo tempo, a construção histórico-social do discurso acadêmico acerca das crianças em situação de rua e se reconstrói esse fenômeno para a sua utilização nesta pesquisa; o terceiro estudo trata da construção de um referencial teórico para a pesquisa sobre identidade; a sessão seis apresenta o relato da participação com o grupo de jovens em

situação de rua como resultado e discute, em diversos aspectos, os elementos da interação desse grupo com outros grupos que fazem parte do ambiente do cruzamento em que os meninos estão, assim como o modo como esses elementos compõem os processos pelas representações e sentidos são construídos interativamente; a sessão sete apresenta um estudo das narrativas produzidas pelos meninos em entrevistas realizadas durante o tempo de permanência com eles, discutindo essas narrativas em função de suas características estruturais.

Com isso se pretende oferecer apontamentos acerca das conseqüências das condições de vida desses meninos, os regimes de interação construídos entre eles e os outros grupos que participam do ambiente do cruzamento, o impacto das grandes narrativas de nossa cultura acerca da categoria crianças em situação de rua sobre os processos de produção de identidade concernentes a esses jovens, com o fim de contribuir para o seu conhecimento e, por meio disso, com a transformação dessas mesmas narrativas e condições de vida.

2. A construção histórico-social da rua como anti-lugar para a juventude

Instintivamente, quando a criança começa a engatinhar, só tem um desejo: ir para a rua! Ainda não fala e já a assustam: se você for para a rua encontra o bicho! Se você sair apanha palmadas! Qual! Não há nada! É pilhar um portão aberto que o petiz não se lembra mais de bichos nem de pancadas!

João do Rio.

2.1 A juventude dividida entre a casa e a rua

Sob o alcance da memória mais consistente de que dispomos para o registro de nossa história, os documentos que desvelam a vida cotidiana desde o advento da modernidade, é fácil supor que, desde o surgimento das ruas – contemporânea, obviamente, das cidades –, o seu percurso é povoado das mais diversas figuras do convívio em sociedade. Os jovens, obviamente, também faziam parte desses grupos.

Em sua exposição acerca do surgimento da idéia moderna de infância, Ariès (1981) argumenta que até a modernidade as formas de sociabilidade eram amplas, as trocas e

relações sociais aconteciam entre diferentes grupos sociais, que não se distinguiam em grupos geracionais do modo tão complexo como hoje observamos. Essas trocas aconteciam nos mais diversos espaços e tempos do convívio social. Os processos culturais iniciados com a modernidade, no entanto, legaram à contemporaneidade uma série de sentidos firmemente consolidados acerca do tempo da infância. Nas palavras de Ariès, “passou-se a admitir que a criança não estava madura para a vida, e que era preciso submetê-la a um regime especial, a uma espécie de quarentena antes de deixá-la unir-se aos adultos” (p. 277).

Entretanto, não apenas os sentidos ligados à idéia de infância como um “tempo” estavam sendo construídos nesse período; construía-se também um lugar, o lugar apropriado para formação do espírito humano. Construiu-se um espaço em que esse espírito poderia e deveria ser cultivado, onde seria contido e desabrocharia. Arranjava-se, assim, para os imaturos, tempo e lugar; fabricava-se com isso, também um anti-lugar.

A delimitação dos espaços para o burilamento da alma infantil ocorreu – como ocorreu a muitos outros tipos de espaço surgidos nesse momento histórico – com as transformações da vida social, o seu rearranjo entre esfera pública e privada, e a construção de uma semântica própria a cada uma dessas novas esferas da vida.

Já no campo dos estudos sobre a reconfiguração da vida privada, Ariès (1991) propõe que três acontecimentos principais foram responsáveis por graves mudanças na mentalidade ocidental, entre os séculos XVI e XVII: a) as transformações e fortalecimento do Estado, b) as reformas sociais, religiosas e morais, c) o desenvolvimento da alfabetização e difusão da leitura. Importam ao escopo deste texto principalmente os dois primeiros acontecimentos, por causa de abrangência mais geral de suas conseqüências

sobre os regimes de subjetivação, enquanto o terceiro produziu conseqüências muito mais pertinentes a especificidades à detalhes da vida individual privada.

O poder do Estado era bastante frágil na regulação dos comportamentos e na realização de justiça, isto é, no sustento das instituições que mantinham a ordem social. Esse papel era desempenhado pelas associações entre membros das classes que detinham o poder, que se aglutinavam por conveniência e/ou parentesco, em grupos extensos. A proteção da propriedade, por exemplo, era realizada pela linhagem, à qual pertenciam vários membros associados pelos vínculos de sangue, e cada um deles fazia parte da garantia da continuidade da linhagem. Todas as funções desempenhadas no interior desta forma de vínculo tinham nela a sua referência última.

Contudo, essa forma de vínculo, pelo menos para a classe dos nobres, senhores feudais, se fragilizou com as disputas de poder político em seu interior e pela transferência do poder econômico dos feudos para as cidades nascentes, que passavam a sustentar o comércio nesta época. A ligação entre o poder econômico e o comércio, assim como o declínio do poder feudal, geraram novas demandas para o Estado. Passaram a ser de sua responsabilidade, mais diretamente, a segurança, isto é, a proteção das estradas e rotas comerciais e da propriedade privada; também a viabilização do comércio, pela integração política de várias cidades de uma nação que se identificava culturalmente, a unificação da língua, da moeda, das medidas; a aplicação da justiça.

Além disso, mais dois fatores contribuíram para o fortalecimento do Estado: o seu financiamento pelo que viria a ser uma nova classe social – vinculada diretamente ao comércio, a burguesia –, e os abalos que sofria o poder clerical, com as revoluções

intelectuais realizadas pela ciência e filosofia emergentes³. Enfim, o Estado foi investido de poderes para a garantia da ordem social, que se configurava como a esfera pública da vida em sociedade. E a demanda de ordem aumentava, já que a vida em sociedade se tornava cada vez mais complexa, com o incremento populacional das cidades, sua diversidade cultural, estimulada pela nova economia mercantil. Por outro lado, a capacidade reguladora do Estado deu mais confiança e sentimento de segurança às pessoas, as quais não dependiam mais das associações cavaleirescas para assegurar a sua proteção e de suas propriedades. Isso enfraqueceu o tipo de associação que até então se praticava com maior empenho e fortaleceu outras mais antigas, ligadas exclusivamente ao parentesco. O Estado moderno e o sistema de produção que começava a se distinguir do sistema feudal faziam empuxo à organização nuclear da família – isto é, um casal marital e seus filhos – como forma mínima de associação de parentesco em uma cultura patriarcal. Como consequência, os laços no interior dessa associação familiar foram fortalecidos, principalmente, no que diz respeito às relações entre pais e filhos, já que a propriedade passava a ser transmitida não mais de um representante de toda uma linhagem a outro, mas numa relação direta entre um pai e seus filhos.

Esse novo contexto político e econômico também fez o ambiente social mais propício à fruição da vida individual. Os projetos individuais de ascensão social, tornados possíveis pela nova conjuntura, se tornaram cada vez mais comuns, e eram expressão muito clara da vida em uma esfera privada. Cada vez mais se distinguiram mais nitidamente essas

³ Muitas evidências dessas transformações podem ser apresentadas, por exemplo: as transformações nas concepções cosmológicas, neste período, influenciadas pelas novas teorias científicas; o grande efeito cultural do humanismo sobre a cultura, inclusive a sua contribuição para a eclosão da Reforma Protestante e todas as suas consequências; a laicização do Estado; a tolerância religiosa patrocinada pelo Estado na região dos Países Baixos, etc.

duas esferas da vida. Um novo ser social era instituído pelo Estado, tornado apto para transitar entre o público e o privado, que aceita o controle mais severo de suas pulsões, o domínio mais seguro de suas emoções e revela um senso mais elevado de pudor. As condutas foram divididas também em públicas e privadas e escalonadas segundo o ambiente em que deviam ou não se realizar (Chartier, 1991a): passaram a ter um lugar que lhes era apropriado: a nudez, o sono, a satisfação das necessidades naturais, as funções ou partes do corpo que se podem nomear, e assim por diante. Por conseguinte, outros lugares foram desapropriados de todas essas práticas.

Relativamente à mutação da civilidade nesse contexto de transformações, as reformas dos costumes empreendidas por religiosos e moralistas assumiram um papel importante. Essas reformas foram motivadas pelo vácuo aberto pela novidade cultural em que se constituiu a modernidade a essa altura, e pretenderam fornecer um novo referencial para a prática dos bons costumes. Uma parcela importante do que se conhece como a literatura de civilidade foi dedicada à orientação do processo educativo. A civilidade desenvolveu duas intenções básicas, uma de cunho claramente religioso e outra empreendida pelos livres pensadores. A primeira se sustentava na idéia de que alguém deveria ser educado ou para que se lhe suprimissem os efeitos do mal congênito, do pecado original, ou para lhe preservar a sua pureza com que vinha ao mundo. Com isso, o jovem, naturalmente bom e predisposto à virtude, deveria ser preservado assim pelo ensino do respeito a si, ou seja, a sua proteção de ambientes, influências e práticas perniciosas e viciosas. Por outro lado, alguns reformadores moralistas e livres pensadores – arrimados na descoberta das virtudes da simples razão – desenvolveram e disseminaram a idéia de que a juventude, parva, tola, pueril e aborrecida, deveria ser civilizada, se lhes deveria expor aos

benefícios do pensamento racional. Isso também estimulou uma forte propaganda pela educação. As medidas tomadas para sua educação e proteção levavam em conta essas premissas em alguma medida.

Contra as formas de convivialidade até então praticadas, as quais aceitavam a participação dos espaços abertos e da multiplicidade de relações e pessoas influenciando a juventude, os reformadores eram unânimes em sugerir a sua restrição, aduzindo como fato que seu amadurecimento seria mais profícuo no seio das relações naturais e privadas de sangue (Revel, 1991). Assim surgiu a crença na necessidade de supervisão para o crescimento moral saudável do jovem, de que davam testemunho documentos pedagógicos do século XVIII. A realização desse projeto de vigilância criou um regime emocional diverso para a produção de subjetividade que tomava a todos desde a mais tenra infância. Um exemplo disso é um dos manuais de civilidade, escrito em 1721, o *Règlement pour les enfants*,

é preciso que essa vigilância contínua seja feita com doçura e uma certa confiança, que faça a criança pensar que é amada, e os adultos só estão do seu lado pelo prazer da companhia. Isso faz com que elas amem essa vigilância, em lugar de temê-la. (citado por Ariès, 1981, p. 142).

Essa preocupação levou a uma crítica também do sistema mais corrente de educação nessa época, o regime de “aprendizagem”, pela denúncia dos riscos a que os pais expunham os seus filhos, pelo descontrole das influências a que eles eram submetidos. O sistema de aprendizagem consistia em que a criança era enviada – desde o final da infância e durante boa parte de sua adolescência – para “servir” em uma outra casa, diferente da casa de seus

país, a fim de que neste lugar aprendesse o que fosse necessário à sua educação. Por causa disso, e também por causa da permissividade dos costumes dessa época, esses jovens interagiam com pessoas muito diferentes e sofriam forte influência inclusive dos criados de suas casas e de outras casas. Os reformadores realizaram um movimento contrário a essas práticas, o que alterou significativamente os espaços de sociabilidade freqüentados por ela. Ao mesmo tempo, a casa começa a se configurar como espaço de proteção e guarda da família, e ambas se tornam “sede, por excelência, do privado” (Chartier, 1991b, p. 411).

A princípio, somente a família burguesa sofreu as conseqüências dessas mudanças, enquanto a nobreza e, mais ainda os pobres, mantiveram seu vínculo à tradição. E quanto aos pobres, mais particularmente, o lugar de sua sociabilidade continuou sendo a rua, que comportava “uma sociabilidade ampla, mutável” (Ariès, 1991, p. 10). Aliás, dentro do pensamento medieval, a rua não poderia ser pensada em si mesma. O que, de fato, cumpria a função de representar o exterior na mentalidade medieval era o bairro, unidade autônoma da urbanidade medieval. Segundo Mumford (2004), os bairros se constituíam como unidade de vizinhança e elemento autônomo da paisagem e do planejamento urbano medieval, com a sua própria igreja, manancial de água, etc. As suas ruas eram projetadas para serem aconchegantes no inverno, não muito largas e nunca retilíneas, para não se tornarem em corredores de vento gelado. Eram pensadas, portanto, para receber as pessoas, que caminhavam a pé e lá se deixavam estar.

Contudo, com a recolha das pessoas à intimidade de sua própria casa, o Estado moderno recebeu como principal incumbência, no exercício da gestão das cidades, a manutenção da ordem pública, e o lugar onde ela passou a ser mais necessária foi a rua. Pouco a pouco, restou às ruas serem ocupadas basicamente por três grupos: o grupo dos

comerciantes ou trabalhadores que carregam sobre as próprias costas o peso de ter de conquistar a própria sobrevivência a cada momento – nesse período, um novo espaço que se abre é o da loja ou oficina, que se volta para a rua, onde se pode vender um produto ou serviço; o grupo daqueles que não tinham casa, gente perigosa simplesmente por não ter nada a perder; por fim, a juventude, que não continha apenas pessoas de uma mesma faixa etária, mas que se conheciam pelo comportamento desordeiro e vicioso, freqüentadores de tabernas, jogadores, e vários outros. Como se vê, a rua passa a ser um espaço nocivo à juventude.



Figura 1. “A família feliz”, de Jan Steen.

Na tela de Jan Steen, de 1668, chamado *A família feliz* (ver figura 1), é retratada uma cena que merece atenção. Esse pintor era conhecido por embutir parábolas em suas pinturas, e nessa especificamente, acima da cena familiar de festa de seu lar, se pode ver um papel caindo, em que está escrito "enquanto cantam os velhos, fumam os jovens". O

jovem que fuma e simboliza a subversão da harmonia do lar aparece pelo lado de fora da janela, sendo assim, associado à rua, e a rua, por conseguinte, à subversão da juventude. Ora, um sinal de que “pouco a pouco a rua se tornava um espaço público” (Fabre, 1991, p. 559) era a necessidade de lhe impor ordem, à qual respondia o Estado, por exemplo, com policiamento. A exposição da rua à desordem, e, ainda a sua associação com o trabalho popular, tudo isso a distanciava ainda mais da casa burguesa, cada vez mais fechada.

2.2 Com o iluminismo em casa, a rua às escuras

O sentido atribuído à família e sua ligação ao ambiente doméstico são mais fortalecidos desde fins do século XVIII, com o surgimento e difusão das idéias iluministas. A casa é o lugar da família, para que possa proteger os seus. Essa é uma idéia endossada por Hegel, para quem a família é a instituição racional, capaz de abrigar o indivíduo e fazer mediação entre ele e o Estado. Cumprir à família proteger o indivíduo, segundo Hegel, “tanto do ponto de vista dos meios e aptidões necessários para ganhar a sua parte da riqueza coletiva quanto do ponto de vista de sua subsistência e manutenção, no caso de sobrevir a incapacidade” (1821/1969, p. 80). As palavras de Kant são ainda mais esclarecedoras do imaginário que se montou nessa época para significar a relação entre o interior da casa e o exterior da rua:

A casa, o domicílio, contra o horror do caos, da noite e da origem obscura; encerra em suas paredes tudo que a humanidade pacificamente recolheu ao longo dos séculos; opõe-se à evasão, à perda, à ausência, pois organiza a sua ordem interna, a sua civilidade, sua paixão. Sua liberdade desabrocha no estável, no

contido, e não no aberto ou no infinito. Estar em casa é reconhecer a lentidão da vida e o prazer da lentidão imóvel.[...] O homem de lugar nenhum é um criminoso em potencial. (citado por Perrot, 1991, pp. 307-8)

A rua, o oposto instituído da casa, por conseguinte foi identificada irrevogavelmente ao caos e à falta de ordem, um anti-lugar onde as únicas coisas que poderiam proliferar eram a doença e o vício. Não somente era considerada assim por todos os dispositivos institucionais de uma sociedade eminentemente doméstica, mas também os mecanismos de produção imaginária vinculavam este sentido às ruas. Desse modo, podemos pensar em uma grande quantidade de modos de amedrontar as crianças de ganharem a rua, modos de amedrontar os pais de deixarem seus filhos ganharem a rua, modos de desaprovar qualquer pessoa que passasse boa parte do seu tempo na rua. A rua, desde o momento em que inicia a sua existência sob uma forma moderna é evitada pelas classes dominantes. Somente a partir do momento em que ocorre a sua retificação, a sua racionalização, realizada como parte de melhoramentos urbanísticos, ou seja, quando passa a ser obra da própria classe dominante é que começa a ser utilizada também por ela (Cabral, 2005). A imagem caótica da rua causava tanto horror à nova classe dominante que o seu traçado foi impiedosamente refeito.

O espaço vital no plano barroco, era tratado como sobra, depois que a própria avenida determinava a forma do lote de moradia e a profundidade do quarteirão. [...] Com esse desdém por todas as formas urbanas exceto o tráfego, ocorreu uma supervalorização da figura geométrica... (Mumford, 2004, p. 424)

Imagens eloqüentes de meados do século XIX sobre o caos que a rua representava podem ser encontradas na obra de Charles Dickens. Embora seja num trecho longo, vale a pena experimentar o texto memorável, escrito em 1837, em que Dickens descreve a entrada do pequeno Oliver Twist⁴ na cidade de Londres.

não pode deixar de lançar olhares rápidos para ambos os lados do caminho. Lugar mais sujo e miserável nunca tinha visto. A rua era muito estreita e lamacenta e o ar estava impregnado de odores repugnantes. Havia um grande número de lojas pequenas, mas a única mercadoria de negócio pareciam ser montões de crianças que, mesmo àquela hora da noite, se arrastavam para dentro e para fora das portas e berravam no interior das casas. Os únicos lugares que pareciam prosperar no meio de tanta miséria eram as tabernas, onde as mais baixas categorias de irlandeses discutiam e brigavam com unhas e dentes. Caminhos cobertos e pátios, que aqui e ali divergiam da rua principal, mostravam pequenos grupos de casas onde homens bêbados e mulheres literalmente chafurdavam na lama, e indivíduos de mau aspecto emergiam cautelosamente de algumas portas para executar, segundo todas as aparências, um trabalho que não seria, certamente, bem-intencionado ou inofensivo. (Dickens, 1837/1993, pp. 78-9)

Desde meados dos anos de 1800, e na entrada para o século seguinte, o efeito engendrado pelo caos representado pela rua era decifrado em seu efeito corrosivo sobre a tradição. Charles Baudelaire testemunha as mudanças ocorridas sob o estertor da vida nas ruas, “A velha Paris já não há mais” (1857/1985, p. 327), diz ele.

⁴ Oliver Twist é também o principal personagem deste romance que leva o seu nome. Trata-se de um pequeno órfão, vítima de maus tratos no asilo em que foi criado e também na casa para onde vai ser aprendiz, numa cidadezinha no interior da Inglaterra. Ele decide fugir de seus algozes e ir para Londres, tentar a sorte. Lá ele será aliciado por um malfeitor que ensina crianças a cometerem crimes para o seu próprio proveito.

A casa, por outro lado, passava por diversas modificações, as quais respondiam à crescente necessidade de proteção da vida íntima: essa casa passou a abrigar menos gente, o núcleo familiar. Com o declínio da linhagem, o núcleo familiar composto por um casal, seus filhos e poucos agregados, foi se tornando cada vez mais disseminado. No interior das casas, os espaços passavam, cada vez mais, a proteger a intimidade: primeiramente foi eliminada, por orientação dos reformadores, o que chamavam de “promiscuidade” no dormir; as pessoas que dormiam todas juntas no mesmo cômodo, às vezes na mesma cama, passaram a ocupar cômodos diferentes. Foram criados espaços que comunicavam os cômodos da casa entre si, mas que garantiam a sua individualidade, ou seja, para se chegar a um quarto, passou-se a não ser mais necessário atravessar outros. Foram criados cômodos, por exemplo, para se receber estranhos e para a realização de trabalho produtivo. A casa foi sendo, pouco a pouco, transformada no abrigo mais seguro da intimidade. “Com que palavras descrever o sentimento imemorial de segurança burguesa que procedia naquela casa?”, escrevia Walter Benjamim (1995, p. 96) acerca de suas memórias de infância na virada do século XIX para o XX.

Como guardiã da intimidade, a família se especializou no desempenho desse papel em seu desenvolvimento posterior, delegando parte de suas funções públicas a outras instituições, algumas das quais foram acolhidas pela escola. Enquanto a família e a casa burguesas se adaptavam perfeitamente a essa nova mentalidade, as condições materiais de vida das classes populares lhes vetava essa possibilidade. Se a casa burguesa é ampla o suficiente para ser dividida em espaços de intimidade, a casa pobre é pequena demais para isso (Proust, 1992). Boa parte destas casas, ao longo do século XIX e começo do século XX, não dispunha de equipamentos que lhe permitissem, por exemplo, ir ao banheiro sem

precisar sair de casa. Por isso, a experiência da intimidade lhes era impossível, e o seu “espaço privado, portanto, era apenas o espaço público do grupo doméstico” (Proust, 1992, p. 72).

A casa dos pobres era aberta à rua, impossível que não o fosse sob tais condições, e os seus espaços se confundiam para a prática de diversas atividades. Por isso, individualização da vida se realizava dentro de grupos de convivialidade, cuja existência participava também de vários espaços. O testemunho de Jean-Paul Sartre de quando visitou a cidade de Nápoles em meados de 1900, acerca dessas características da vida das classes populares, parece algo surpreso e transmite o seu estranhamento de uma outra forma de relação com o espaço.

O andar térreo de cada casa é dividido em uma infinidade de pequenos cômodos que dão diretamente para a rua, e cada um desses pequenos cômodos abriga uma família [...] Os cômodos servem para tudo, e lá eles dormem, comem e trabalham em seus ofícios. Apenas [...] a rua atrai as pessoas. Elas saem por economia, para não precisarem acender as lâmpadas, para tomar a fresca e também, creio eu, por humanismo, para se sentir participando do bulício com os demais. Põem cadeiras e mesas na rua ou encavalitadas na soleira do quarto, meio para dentro, meio para fora, e é nesse mundo intermediário que realizam os principais atos de sua vida. A tal ponto que já não existe o interior e o exterior, e a rua é o prolongamento do quarto; enchem-na com os seus odores íntimos e os seus móveis. E com sua história também. [...] E o exterior está ligado ao interior de uma maneira orgânica (citado por Proust, 1992, p. 16).

Desde que a classe burguesa conseguiu obter hegemonia econômica, as classes populares vêm sofrendo a sua influência ideológica, concernente a um conjunto de usos e

costumes, embora indiretamente e sem muita intensidade, de modo que ainda guardavam algum vínculo a uma outra tradição. Em meados e fins do século XIX, as classes populares, algo fortalecidas pelos movimentos políticos vinculados ao trabalho, incluem em suas reivindicações o direito à “moradia digna”, e isto significava o direito a sustentar uma casa nos moldes burgueses (Perrot, 1991). Isto somente será conseguido depois de meados do século XX por uma parcela dos membros das classes trabalhadoras da Europa. Até então, as casas conseguidas são excessivamente pequenas, as quais, geralmente não chegam a ter mais de um cômodo, o que torna impossível a experiência da intimidade tal como já fora instituída no cotidiano burguês.

Estas condições de moradia das classes populares, até os anos 50 e 60 do século XX, acabam provocando a valorização de uma nova relação entre o interior da casa e o exterior da rua. Um espaço intermediário surge (ou re-surge), com suas próprias regras de convivialidade, o bairro. No bairro, as pessoas circulam, se conhecem e se reconhecem; para as crianças, por exemplo, chega a ser uma extensão da casa (Sarti, 1995), porque lá elas podem se encontrar e brincar, e ainda gozam da proteção que oferece a vizinhança – por excelência, a forma de sociabilidade do bairro (Proust, 1992). No entanto, o crescimento das cidades e um processo abrupto de urbanização engendraram localidades periféricas. Já no início do século XX, o arquiteto suíço Camille Martin (1918/1992) advertia os urbanistas acerca do excesso do uso das linhas retas no planejamento das ruas das cidades, além do fato de que muitas vezes isso se fazia a despeito do que seria mais prático, também porque isso privava os usuários da diversidade estética e funcional que outros recursos para o traçado das ruas podia oferecer. Além disso, com o advento e agravamento do capitalismo industrial, as formas do planejamento urbanístico se tornaram

outras, cujo sentido passou a ser orientado pela idéia de tráfego e sua eficácia, e a circulação nas cidades passou a ser tratada como fluxo, segundo uma racionalidade do transporte e do deslocamento (Lillebye, 1996). Na contemporaneidade, a rua deixa cada vez mais as características que já fizeram dela um lugar de encontro, tomando outras características, as de um lugar de passagem (Cabral, 2005). Essas transformações promoveram a destruição do bairro como elemento urbano e a extinção da rua como intermediária entre interior e exterior. Contudo, o sentimento que ligava as classes populares ao exterior das ruas ainda persiste nas pequenas cidades e nas localidades periféricas das grandes cidades.

2.3 Nas ruas do Brasil pós-colonial

Acerca da distribuição das várias partes da vida cotidiana no Brasil segundo os seus espaços, observa-se a mesma antítese que marcava, neste período, o cotidiano na Europa, a oposição entre casa e rua. Gravuras que retratam o dia a dia da colônia portuguesa na América são ricas em mostrar escravos, negros-de-ganho, comerciantes e outras espécies de gente comum, assim como é marcante a ausência de personagens da classe dominante. Segundo o relato de um estrangeiro, Hermann Burmeister, citado por DaMatta (1997a), acerca da urbanidade brasileira em meados dos anos de 1800, “encontra-se no Rio de Janeiro muito mais gente de cor, maltrapilha ou seminua do que gente branca em trajes convenientes. Nota-se, antes de tudo, a ausência de senhoras bem vestidas” (p. 57).

A oposição entre estes dois ambientes, o ambiente doméstico e a rua, ultrapassa o fato de comportarem classes ou “categorias” diferentes de pessoas, personagens. Para

DaMatta (1997b), casa e rua, no Brasil, se constituem em duas categorias sociológicas que se opõem de modo complexo, cada qual com regras muito próprias de sociabilidade, cada um desses lugares configurando possibilidades de comportamentos, gestos, roupas, atitudes, visões de mundo, éticas particulares. A casa no Brasil, também é um santuário para a intimidade da família. Segundo Gilberto Freyre (1933/2003), “a história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro” (p. 44).

A casa é protegida, aparentemente como em nenhum outro lugar, por uma gramática dos espaços – por exemplo, há os lugares para as mulheres e para os homens, para as crianças, os lugares da casa que são permitidos a visitantes e aqueles que lhes são completamente proibidos. Qualquer espécie de atentado à gramática da casa, com palavras, gestos, etc., é interpretado como uma ruptura da acolhida, da ligação com o ambiente carregadamente pessoal da casa brasileira, ao qual a alternativa é a rua. Em sua análise, DaMatta (1997a) aponta para o fato de que expressões como “olho da rua”, “rua da amargura”, tão antigas e conhecidas no Brasil, dizem do isolamento, impessoalidade, desaconchego que a rua representa. Isso pode ser melhor compreendido em sua oposição ao “sinta-se em casa” que também conhecemos e com o qual sossegamos. A rua, ao contrário da casa, é o lugar da individualização, em que cada um zela por si, e ainda, da luta, onde freqüentemente se pratica a subversão dos valores e da política dominantes.

A individualização e a subversão constroem o imaginário sobre a rua no Brasil. A essa idéia se associam o imprevisto, o acidente e a paixão (DaMatta, 1997b), e por isso a rua se associa também a movimento, novidade e ação, enquanto a casa está associada à ordem, onde tudo está no seu devido lugar. Na casa, as associações são bem definidas e definidas segundo o parentesco, enquanto na rua elas se deixam impregnar pela marca

indelével da escolha. A rua demarca o espaço público, em seu sentido de não controlado, isto é, onde cada um é plenamente responsável por sua conduta. Segundo ele “os grupos sociais que ocupam a casa são radicalmente diversos daqueles da rua” (DaMatta, 1997b, p. 91). Em um outro relato de viajante estrangeiro citado por DaMatta (1997a), de Daniel Kidder em 1845, lê-se que “devido à brandura e ao descaso mesmo da polícia, grande número de vagabundos perambulava constantemente pelas ruas” (p. 58). A visão de pessoas vagando a esmo pelas grandes cidades do país, nos anos da transição entre os séculos XIX e XX, de crianças ainda mais, gerava então, alguma sensação de insegurança sobre os transeuntes que sabiam ir de um lugar a outro. A vagabundagem, que se praticava na rua, foi associada ao crime e o crime, aos vagabundos e à própria rua.

Na verdade, os sentimentos dedicados às ruas eram bem díspares. As ruas do Rio de Janeiro, no começo do século XX, eram tão ricas em personagens e cenas da vida popular quanto aborreciam as classes dominantes. Em “A Alma Encantadora das Ruas”, João do Rio (1908) declara o seu amor por elas, e expõe a sua vivacidade e efervescência, a exuberância de suas formas, a vertigem de seu espírito; e a defende contra muitas acusações, ou melhor, tenta justificá-la, mas a reconhece como potencialmente viciosa, com começo, meio e fim, mas à medida de outros prazeres. Em todo caso, a referência de João do Rio são as ruas sob o efeito da conveniência citadina, cheias de curvas e reentrâncias. A sua rua é uma que “nasce, como o homem, do soluço, do espasmo”. E por que nasce? “Da necessidade de alargamento das grandes colméias sociais, de interesses comerciais, dizem. Mas ninguém o sabe. Um belo dia, alinha-se um tarrascal, corta-se um trecho de chácara, aterra-se lameiro, e aí está: nasceu mais uma rua”. Trata-se, portanto, de “ruas que mudam

de lugar, cortam morros, vão acabar em certos pontos que ninguém dantes imaginara [...] ruas que, pouco honestas no passado, acabaram tomando vergonha”.

Essas imagens da rua eram especificamente aquelas a que se aderiam os sentidos relativos ao caos, que identificava esse tipo de rua, obscura, estreita, sinuosa, ligada ao popular. Como as ruas das cidades nascentes, das cidades pequenas, ou pouco planejadas, pouco refeitas pela intenção disciplinadora do poder público. Ruas que compartilhavam a personalidade com os seus amigos. Ruas tortas, como aquelas preferidas por Carlos Drummond de Andrade (1968/2001, pp. 1093-4), em seu poema “Ruas”,

Por que ruas tão largas?
 Por que ruas tão retas?
 Meu passo torto
 foi regulado pelos passos tortos
 de onde venho.
 Não sei andar na vastidão simétrica
 implacável.
 Cidade grande é isso?
 Cidades são passagens sinuosas
 de esconde-esconde
 em que as casas aparecem-desaparecem
 quando bem entendem

e todo mundo acha normal.
 Aqui tudo é exposto
 evidente
 cintilante. Aqui
 obrigam-me a nascer de novo, desarmado.

Há, de fato, um contraste entre as ruas tortas e as ruas retas, as ruas estreitas e as ruas largas. As ruas retas e largas não são ruas onde se possa realizar qualquer atividade além de passar, são ruas onde não se pode permanecer. Elas são antipáticas à permanência e extremamente impessoais, tornam-se, assim, irrevogavelmente da esfera pública. E essas

ruas dão visibilidade a todos os seus passantes. Por isso, a permanência nessas ruas é estranha. Isso alterou o modo como as pessoas ocupavam as ruas, portanto, e os elementos do urbanismo nas cidades em processo de modernização no século XX, como Rio de Janeiro e São Paulo.

2.4 Do vagabundo faz-se o criminoso

Este soneto de Amélia Rodrigues (citado por Santos, 2000, pp. 210-1), chamado “O vagabundo”, escrito em 1898 e publicado na revista *Álbum das Meninas*, ilustra bem o clima da época no que diz respeito à vida urbana:

O dia inteiro pelas ruas anda
Enxovalhando, roto indiferente:
Mãos aos bolsos olhar impertinente,
Um machucado chapeuzinho a banda.

Cigarro à boca, modos de quem manda,
Um dandy de misérias alegremente,
A procurar ocasião somente
Em que as tendências bélicas expanda

E tem doze anos só! Uma carola
De flor mal desabrochada! Ao ditoso
Quem faz a grande, e peregrina esmola

De arranca-lo a esse trilho perigoso,
De atira-lo p’ra os bancos de uma escola?!
Do vagabundo faz-se o criminoso!...

Este era um tema freqüente nas precauções e preocupações das famílias paulistanas no início do século XX, por causa das características do processo modernizador que

transformou a cidade nesse tempo. Houve, então, um grande salto demográfico nessa cidade, não acompanhado pelo desenvolvimento urbano que seria necessário para lhe sustentar. Com tantas pessoas na cidade, altos índices de desemprego e pauperismo, os institutos policiais passaram a registrar um acentuado incremento da criminalidade, constituída em proporção significativa por delitos cometidos por “menores” (Santos, 2000).

Havia uma crença, difundida desde os dias do Império no Brasil, de que era justamente a família pobre, desestruturada, desorganizada e feita de pessoas promíscuas, que produzia filhos para impeli-los à criminalidade. Na primeira década de 1900, a falta de educação e cuidados familiares adequados já constava como hipótese explicativa para a criminalidade entre menores (Passetti, 2000). O que acontecia, em verdade, era a presença de muitas crianças e adolescentes nas ruas, sem uma ocupação definida e, vez por outra, a ocorrência de delitos atribuídos à juventude que freqüentavam as ruas. O sentimento por ela, no entanto, foi generalizado. A sua presença na rua, sem um vínculo claro a uma atividade laborativa, foi criminalizada. Santos (2000) apresenta alguns dados estatísticos levantados por institutos policiais que mostram de modo eloquente a criminalização da presença dos jovens nas ruas: segundo ele “entre 1900 e 1916, o coeficiente de prisões por dez mil habitantes era distribuído da seguinte forma: 307,32 maiores e 275,14 menores” (p. 214). No entanto, os tipos de delitos cometidos por uns e outros eram bastante diverso, “entre 1904 e 1906, 40% das prisões de menores foram motivadas por ‘desordens’, 20% por ‘vadiagem’, 17% por embriaguez e 16% por furto e roubo” (p.214). Entre os motivos para as prisões de adultos tem muito mais peso delitos como homicídio, assalto, por exemplo. Assim, o que se sugere é que a sua simples presença na rua é que foi criminalizada.

Ao mesmo tempo, nesse período, surgiam as primeiras formas republicanas de assistência aos menores, que assumiram como problema social e de ordem pública a ociosidade viciosa, a vadiagem em que se metia a juventude. A isso, o Estado respondia com a criação e mantimento de institutos reformatórios e escolas correcionais, muitas vezes mantidas também pela iniciativa não-governamental (Santos, 2000). Entretanto, por serem fragmentadas, efêmeras e nulas em seus efeitos, eram vistas pela sociedade como “caridade oficial” (Rizzini, 1995). Esses institutos deveriam receber justamente a população que começava a abundar e se insinuar como perigosa.

Começaram a se proliferar ações governamentais cujo intuito era a contenção, retenção e repressão dessas pessoas: a multiplicação de institutos como aqueles acima mencionados e, também o surgimento dos Juízos de Menores (ou Juizados, ou Tribunais)⁵, já na década de 20, com o múnus de centralizar a assistência pública aos menores (Rizzini, 1995). Isso respondia a uma tendência em âmbito mundial – manifesta no Primeiro Congresso Internacional de Tribunais de Menores, realizado em Paris, em 1911 – de considerar o direito das crianças e adolescentes sob a Doutrina da Situação Irregular, cujo eixo central era o controle exercido pelo Estado sobre a parcela da população infanto-juvenil considerada em situação de abandono material e/ou moral (Frota, 2005). O impacto mais discernível e significativo de um novo modo de conceber a criança e o adolescente que se encontrava nas ruas e/ou envolvidas em delitos – ou, “o menor” – sobre as instituições sociais, tem o seu marco no Código de Menores de 1927, o código de Mello Matos. Também sob a orientação da idéia de situação irregular, esse foi o primeiro código a

⁵ Esse formato de assistência ao menor vigorou até a década de 1990, quando da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual passou a prever várias instituições e instâncias que deveriam assegurar a proteção integral de todas as crianças e adolescentes, e não apenas aquelas em situação irregular.

legislar, de modo específico e sistemático, sobre menores no Brasil e em toda a América Latina. Algumas das categorias que constavam nesse código eram, por exemplo, os “expostos” (se menores de 7 anos), “abandonados” (se menores de 18 anos), “vadios” (os atuais meninos de rua), “mendigos” (os que pedem esmolas ou vendem coisas na rua).

Segundo Moura (1999), o discurso social dominante acerca da rua justificava, sem dúvida, a sua imagem de *escola do vício*, a sua *identidade perversa*. Era um espaço de visibilidade para os pobres e suas condições de vida, mas também para o crime, os comportamentos marginais e todo tipo de misérias sociais.

O romance “Capitães da Areia”⁶, de Jorge Amado (1937/2000), produto imediato dessa época e situado na Bahia, onde também se testemunhava a presença de adolescentes nas ruas, e, certamente, onde se empreendiam algumas tentativas de controle dessas pessoas, é abundante em imagens cáusticas e, até certo ponto, plausíveis dos modos de sua existência. O início do livro descreve o grupo de crianças e adolescentes que compunham os Capitães da Areia, segundo a ótica da sociedade local, em diversas vozes: a) um jornal, “crianças das mais diversas idades, indo desde os 8 aos 16 anos. Crianças que, naturalmente devido ao desprezo dado à sua educação por pais pouco servidos de sentimentos cristãos, se entregaram no verdor dos anos a uma vida criminosa” (p. 3); a sociedade civil, que requeria “uma urgente providência da polícia e do juizado de menores no sentido da extinção desse bando e para que recolham esses precoces criminosos [...] aos institutos de reforma de crianças ou às prisões” (pp. 3-4); uma senhora pobre interessada nesses jovens pedia que se

⁶ O impacto desse livro foi tal que, no mesmo ano de seu lançamento, muitos de seus exemplares foram incinerados, a pretexto de serem simpatizantes do credo comunista. O livro foi interpretado como dizendo respeito a fatos reais, e, com efeito, também naquele mesmo ano, foi implantada a ditadura estadonovista. A importância deste livro não é apenas política. Este romance apresenta com eloquência o imaginário social em torno dessa população, apresentando-o sob diversas vozes, muito embora esteja, de fato, carregado do ideal comunista.

“mandasse uma pessoa ver o tal do reformatório para ver como são tratados os filhos dos pobres que têm a desgraça de cair nas mãos daqueles guardas sem alma” (p. 10); um representante do poder público, se referindo à adulação aos menores feitos por suas mães, “elas os criam na rua, na pândega” (p. 13).

O relato prossegue com a voz de um narrador que transforma em heróis, desde o início, os meninos, “Vestidos de farrapos, sujos, semi-esfomeados, agressivos, soltando palavrões e fumando pontas de cigarros, eram, na verdade, os donos da cidade” (p. 21). Rua e liberdade são associadas 14 vezes ao longo da narrativa⁷, e, além disso, ainda outras imagens, como sol, luz, aventura, mistério, beleza, grandeza, mediam essa associação. A ligação entre rua e liberdade, a idéia de posse da cidade e de suas ruas faz parte de um sentimento pelo novo ambiente urbano, e o menino de rua baiano, “flanando pelas ruas calçadas de grandes pedras negras” (p. 64), é ressonância do *flâneur*⁸ de Walter Benjamin⁹. Mas essa liberdade não é pura, é uma de duas dimensões da vida nas ruas que compõem um contraste bastante forte, “E achava que a alegria daquela liberdade era pouca para a desgraça daquela vida” (p. 39). Às vezes, a liberdade das ruas era um consolo, não de todo suficiente para a dureza de sua situação, uma espécie de compensação para outras experiências dela: “vivera sozinho nas ruas da cidade, hostilizado pelos homens que passavam, empurrado pelos guardas, surrado pelos moleques maiores” (p. 31). Embora seja agregada de um pouco de romantismo, a imagem da rua ainda alude a perdição.

⁷ Contagem minha.

⁸ O *flâneur* é um personagem identificado às ruas da Paris desde fins do século XIX, alguém que caminha despreocupadamente, sentindo-se mesmo habitante das ruas, em cuja atmosfera se deixa estar completamente à vontade. Segundo João do Rio (1908), cronista carioca do início do século XX, defensor e elogiador da “cultura da rua”, de sua riqueza, voluptuosidade e desvario, “flanar é a distinção de perambular com inteligência”.

⁹ Benjamin, W. (1989). *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense.

A imagem dessas crianças e adolescentes que podiam ser encontradas nas ruas das grandes cidades, como até aqui vem sendo demonstrado, foi sendo construída num processo metonímico que associou crianças, abandono, pobreza, promiscuidade, desorganização familiar, rua, ociosidade, vício, crime. Se, por um lado, esse processo anulou outras formas de compreensão do fenômeno, por outro, instigou modos de ação e práticas muito pertinentes à imagem assim construída, cristalizando-a de uma vez, conferindo-lhe concretude, aceitando-a como representação inequívoca da realidade.

Os menores não escaparam daquelas políticas de repressão e contenção. Os novos padrões de convívio impostos entraram em choque com as formas habituais de ocupação dos espaços urbanos, resultando numa constante vigília e repressão das manifestações tradicionais de convívio. As brincadeiras, os jogos, as 'lutas', as diabruras e as formas marginais de sobrevivência daqueles garotos tornaram-se passíveis de punição oficial. Os meninos das ruas tornaram-se 'meninos de rua' (Santos, 2000, p. 229).

Dessa metonímia, foram excluídos outros significantes, nela foram barrados outros sentidos para a existência desses jovens, como sugere Moura (1999):

No caso do menor vagabundo, delinqüente, criminoso, da prostituição infanto-juvenil, talvez tenha sido assim, fechando sistematicamente os olhos, não conferindo às contradições econômico-sociais o status de verdadeira questão de fundo de toda essa discussão, ignorando que a verdadeira identidade de uma parcela significativa de crianças e de adolescentes se forjou na miséria extrema e em meio à tão discutida marginalidade social, que tenhamos evoluído ou, melhor, involuído, de uma situação na

qual meninos e meninas estavam "na rua", para uma situação na qual se tornaram "da rua".

2.5 Epopéia dos “menores de rua” no Brasil moderno

“Menores de rua” é um termo que consta em inúmeros documentos que relatam ou criticam a assistência à juventude “abandonada ou delinqüente”, desde os primeiros anos em que foi instituída pelo Estado, e é por isso que o termo menor, desde então, passou a comportar sempre uma associação direta aos jovens que se encontravam na rua. Segundo Rizzini (1995), no período do Estado Novo, sob o regime ditatorial do governo Vargas, foram criados órgãos específicos para centralizar as políticas públicas dirigidas a duas recém-criadas categorias, distintas e independentes: a criança, cuja assistência era dirigida pelo Departamento Nacional da Criança (DNCr) e delimitada, na esfera médico-educacional, pelo Ministério da Educação e Saúde; o menor, circunscrito à esfera policial-jurídica pelo Ministério da Justiça, cuja assistência era dirigida pelo Serviço de Assistência ao Menor (SAM), de alcance restrito ao Distrito Federal – então localizado no Estado do Rio de Janeiro – desde 1941, e de alcance nacional desde 1944. Esta instituição assumiu dos Juizados de Menores as funções de organizar todos os outros serviços de assistência aos menores, assim como produzir mecanismos de estudo e tratamento para essa população. Efetivamente, a maior parte das ações que empreendia era a realização de triagem e internação de menores que lhes eram encaminhados. Esse serviço foi objeto de diversas críticas e denúncias. Falava-se na grande corrupção que havia no interior desse serviço e de que o seu trabalho se restringia a organizar os depósitos de menores, onde se infligiam maus tratos e castigos físicos, os quais chegavam a levar à morte os internos.

O SAM, com o tempo, e muito embora a sua atuação haja sido de fato muito limitada, foi assumindo, no imaginário social, os contornos de uma verdadeira “Escola do Crime”, devido a sua inapetência para realizar o propósito de corrigir ou reformar os menores que lhe eram encaminhados. Um verdadeiro clamor social foi responsável pela substituição do SAM por um outro órgão que deveria assumir as suas competências. Em 1964, sob os auspícios de um novo regime ditatorial, também centralizador, foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), diretamente ligada à Presidência da República, com autonomia administrativa e financeira, mas cujo presidente era indicado pelo próprio Chefe de Estado. Nesse mesmo ano, com a implantação da Política Nacional do Bem Estar do Menor (PNBEM, Lei nº 4.513/64) pelo regime autoritário, a definição de qualquer política de atendimento ao menor passou a ser de competência do Poder Executivo.

Conforme Vogel (1995), as condições sócio-políticas de criação da FUNABEM foram bem diversas daquelas em que aconteceu o surgimento do SAM. No Brasil da década de 60 havia uma consciência cada vez mais difundida do efeito da “questão social” sobre as características sociais e econômicas da população brasileira, e era dentro desse contexto que se configurava uma “questão do menor”. Os processos de industrialização e urbanização haviam se radicalizado e passavam a ser reconhecidos como fatores componentes do processo de marginalização de uma grande parcela da população brasileira, a qual era constituída, em sua imensa maioria, de jovens. Esses jovens, fora do alcance dos dispositivos públicos para a promoção de bem-estar, eram os mesmos que ficavam à margem do processo produtivo, e mesmo assim significavam gastos para o Estado e um potencial produtivo totalmente inaproveitado. Por todos esses motivos, a nova

“questão do menor”, não era mais apenas uma questão de polícia, mas uma questão de política, e isso demandou um novo compromisso para a FUNABEM.

Foi revista, por exemplo, a política de internamento, entendida como muito onerosa e pouco eficaz. E, além disso, era vista como contrária ao princípio de que é a família o elemento fundamental de uma experiência realmente democrática – tão popular naquele momento histórico –, já que a prática de internamento do menor consiste justamente em afastá-lo de sua família. Ganhou importância a idéia de que seria mais eficaz e barato para o Estado a prevenção e o combate às situações de exposição dos jovens à criminalidade. É preciso recordar que a existência dessa instituição nunca deixou de ter um compromisso maior com a manutenção da ordem pública, que pudesse ser ameaçada pela violência ou criminalidade realizada pelos jovens.

A FUNABEM se tornou um órgão cuja ação em âmbito nacional era normativa e cuja incumbência principal era o repasse de recursos para o subsídio e implantação das políticas de assistência ao menor. A realização dessas políticas, portanto, dependia da existência de instituições estaduais, as Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor (FEBEM). Esse esforço não chegou a lograr êxito, tendo em vista que o crescimento econômico do país, sua conseqüente urbanização e industrialização, continuaram sob o signo da desigualdade social, produzindo exclusão e marginalização. A índole repressiva da ação estatal sob o regime ditatorial impunha uma hibridez perniciosa às políticas públicas dirigidas ao menor, projetadas para serem assistencialistas, mas realizadas com caráter correcional-repressivo; e isso enviesava toda a atenção e a assistência aos menores.

Já havia, no entanto, um movimento generalizado, no Brasil e no mundo, de luta pelos direitos das crianças e adolescentes: as discussões inspiradas pela avaliação do antigo

SAM e também em torno da atuação da FUNABEM; em 1976 foi concluída a CPI do Menor, em que foram apresentadas conclusões alarmantes sobre a quantidade de crianças em condições sócio-econômicas aviltantes. Em 1959 foi aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas a Declaração Universal dos Direitos da Criança, cujo texto faz deste documento o primeiro em âmbito internacional a conceber a criança e o adolescente como sujeitos de direitos. Este documento inspirou debates no Brasil entre as décadas de 60 e 70, em que dois movimentos distintos disputavam maior poder de influência sobre a reforma que se pretendia realizar no Código de Menores, um favorável ao conteúdo da Declaração de 1959 e outro contrário (Frota, 2005). A influência que prevaleceu foi aquela contrária à Declaração, resultando no Código de Menores de 1979, que endossava a Doutrina da Situação Irregular. Não constava nesse Código, qualquer referência à distinção entre crianças e adolescentes, tampouco qualquer referência ao estatuto legal dessas pessoas como sujeitos de direito. O que esse Código produziu foi a ratificação de uma prática social em que “crianças e adolescentes excluídos do usufruto de políticas sociais básicas, desprovidos, juntamente com suas famílias, da condição de cidadãos, são agrupados sob o rótulo de menores e ficam sob o poder discricionário do juiz” (Frota, 2005, p. 8).

No mesmo ano do surgimento do último Código de Menores, eclodiu com mais força um movimento contrário ao que ele representava. Esse – 1979 – foi o ano tomado como Ano Internacional da Criança, cuja celebração marca o começo do crescimento da influência do UNICEF no Brasil. De acordo com Vogel (1995), até meados da década de 80 se estabeleceu um clima de efervescência e criatividade, em que experiências alternativas, inovadoras e exitosas de trabalho com crianças nas ruas das grandes cidades do país puderam ser conhecidas, e também houve uma acumulação de forças pela união de

muitos grupos que militavam em favor da criança e do adolescente. A força desse movimento foi testemunhada na Coordenação do Movimento Nacional de Meninas e Meninos de Rua, que teve como agenda para o seu I Encontro Nacional as formas de sua oposição à Doutrina da Situação Irregular, consagrada pelo Código de 1979. Esse movimento possuía diversas frentes de atuação, das quais fazia parte a vanguarda técnica ligada a FUNABEM, simpatizantes da causa inseridos nos três poderes e com o apoio de várias organizações da sociedade civil. E ainda no contexto de abertura política e elaboração de uma nova constituição para o país de conteúdo amplamente democrático e progressista, conseguiu produzir aí seus efeitos e conquistar a aprovação, em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente, documento inspirado na Doutrina da Proteção Integral, que concebe crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, sob a proteção do Estado e de todas as instituições da sociedade.

Todo esse quadro de mudanças políticas, sociais e econômicas, que se configurou ainda no final da década de 70, produziu um novo tipo de demanda por pesquisas no Brasil com a população de crianças e adolescente pobres. A “questão do menor” era um fenômeno alarmante, porém, completamente desconhecido, principalmente em suas formas mais popularmente divulgadas, referentes a crianças e adolescentes trabalhadoras ou que se podiam encontrar nas ruas das grandes cidades. É nesse contexto que a sociedade civil, organizações internacionais e o Estado começam a patrocinar pesquisas acadêmicas acerca dessa população. Assim, a ciência transformou essas crianças numa categoria: crianças de rua, mas não sem conseqüências histórico-sociais. A construção da categoria “criança de rua” inscrita na matriz discursiva do campo da ciência, desde o princípio, se fez acompanhar de formas específicas de ação e práticas sociais que lhe eram pertinentes.

Desde o dimensionamento dos programas sociais e políticas públicas voltadas para a população que a categoria passou a descrever, os meios de sua realização, até os seus princípios norteadores, a ciência do “menino de rua” tem servido de guia aos modos de cuidado e proteção da infância e juventude pobres no Brasil.

3. Os jovens que vivem na rua como problema de pesquisa

O surgimento da categoria *crianças de rua* é atribuído a dois estudos realizados quase simultaneamente no ano de 1979¹⁰ (Rizzini & Rizzini, 1996). Esse termo rebatizou um grupo de crianças e adolescentes¹¹ conhecidas no âmbito do senso comum segundo as alcunhas de “menores” ou “crianças abandonadas”, os quais povoavam instituições de assistência ou poderiam ser encontradas nas ruas. O conhecimento cotidiano já havia produzido para essas crianças e adolescentes um conjunto muito definido de características e explicações de sua existência, as quais serviram aos pesquisadores como as suas primeiras hipóteses de pesquisa para o seu estudo. Durante toda a década de 80 e até meados da década seguinte, essa população mal conhecida foi diversas vezes estimada em seu número, não somente no Brasil, mas em diversas partes do mundo e no mundo inteiro; foi estudada em suas características sócio-demográficas, com o que se conseguiu desmentir diversas impressões preconceituosas. Com isso, se revelou a natureza complexa do fenômeno que é a presença de crianças e adolescentes nas ruas das cidades e a grande dificuldade de sua descrição definida, para fins de sua contagem e compreensão pormenorizada de suas condições de vida.

¹⁰ Ferreira, R. M. (1979). *Meninos da rua: valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo*. São Paulo: Ibrex.

Gonçalves, Z. A. (1979). *Meninos de rua e a marginalidade urbana em Belém*. Belém: Salesianos do Pará.

¹¹ Muito embora o termo “criança de rua”, os diversos estudos que a têm como seu objeto incluem sob também adolescentes nessa categoria, os quais, aliás, são, muito freqüentemente, maioria em suas amostras.

3.1 O primeiro ímpeto de pesquisas: quem são essas pessoas?

O tema central e caracterizador dos estudos sobre as essa população, nesse período, se relacionava com a suposição de que sua situação as colocava fora de um padrão de vida ou de condições desenvolvimentais distintas do que, pretensamente, é normal. Assim, as mais variadas explicações etiológicas para o fenômeno que era a sua presença na rua eram devedoras desse pressuposto. Nesse período, contra as intuições de ampla maioria da população, os estudos mostraram que as crianças não estavam na rua por serem crianças abandonadas, mas que, em sua maioria, têm família e mantêm vínculo regular com ela, e que somente algo em torno de 10% deles passam todo o seu tempo na rua (Rizzini & Lusk, 1995). Outra hipótese apresentada para explicar a sua existência era a sua relação com os fenômenos migratórios, conhecidos no Brasil como “êxodo rural”. Essa suposição não se sustentou diante dos estudos empíricos (Juárez, 1996; Rosa, Borba & Ebrahim, 1992). Segundo os resultados apresentados no estudo de Juárez (1996), menos de 10% do grupo de crianças e adolescentes que ele estudou eram migrantes ou filhos de migrantes.

Uma hipótese explicativa bastante difundida sobre sua existência é a suposição de que eles fogem ou são expulsas do interior de famílias desagregadas. Fazia parte dessa suposição a idéia da promiscuidade das mães dessas famílias, e como consequência disso, o aumento no tamanho da família. Também se atribuía à violência exercida pelos diversos companheiros dessas mulheres sobre eles, um elemento precipitador de sua saída para a rua. Estudos apresentam o tamanho das famílias e a grande proporção dessas famílias chefiadas por mulheres como fatores explicativos relacionados a esse fenômeno

(Abdelgalil, Gurgel, Theobald & Cuevas, 2004; Lusk, 1992; Rizzini & Lusk, 1995; Rosa, Borba & Ebrahim, 1992).

Essa idéia foi e ainda é combatida, por causa de seu conteúdo claramente preconceituoso. Rosemberg (1994) argumenta que a visão da família pobre como desorganizada só faz sentido a partir da naturalização do modelo de família nuclear que povoa o imaginário social no Brasil e no mundo. Segundo Sarti (1995), os processos psicossociais que envolvem a família pobre no Brasil assumem características peculiares que as diferenciam e distanciam desse modelo idealizado de família nuclear. Um exemplo disso é o fato de que há valor atribuído a uma mulher pela coragem de enfrentar o fardo de cuidar sozinha de seus filhos. Outra característica importante dessas famílias é a rede de sociabilidade em que os pequenos dessas famílias são inseridos, o que cria as condições para a sua circulação pela comunidade e estabelece uma espécie de continuidade entre o espaço da casa, o bairro e a rua. Esta característica da socialização das crianças de famílias pobres aliada ao valor que o trabalho assume desde cedo, inclusive para as crianças, e a valorização da reciprocidade entre elas e seus pais ou cuidadores, faz com que sejam pressionadas à busca de atividades remuneradas para complementar a renda familiar, certamente mantêm forte relação com uma forma particular de experienciar a rua. A rua faz parte de sua socialização.

Segundo o mesmo estudo acima citado de Juárez (1996), quase 90% das crianças e adolescentes encontrados na rua sempre moraram com a mãe; no que respeita à decisão pela ruptura da moradia conjunta de mãe e filho, para os casos em que isso aconteceu, em quase 50% das ocorrências ela partiu da mãe, e, na maioria dos casos, por motivos econômicos. Estes resultados contradizem a suposição de que a saída para a rua se deve à

desagregação familiar. Isto também confirma as conclusões de Barros e Mendonça (1996), que investigaram as mães com relação às suas características de nupcialidade e suas trajetórias familiares, chegando à evidente inconsistência da tese da promiscuidade das mães das “crianças de rua”. Também a hipótese do abuso familiar é constantemente refutada como causa do fenômeno, embora faça parte das experiências de muitos deles (Aptekar, 1996; Lusk, 1992; Rosa et al, 1992).

Tanto o estudo de Barros e Mendonça (1996), como o de Juárez (1996) e de Rosa, Borba e Ebrahim (1992) apontam a pobreza como o fator de maior importância para explicar a presença de crianças nas ruas das cidades. Mesmo assim não se pode pensar numa relação direta entre a pobreza e o fenômeno em questão. Aptekar (1996) sugere evidências de que a pobreza tem valor relativo para explicar esse fenômeno, assim como Alves-Mazzotti (1996), cujo estudo mostrou que a renda das famílias daquelas crianças mais propriamente conhecidas como crianças de rua – aquelas que passam a maior parte do seu tempo na rua e em lugares afastados de seus bairros e casas – é maior do que a renda das crianças e adolescentes que ela chamou de trabalhadores – aquelas que desenvolvem atividades remuneradas em seus bairros de origem, perto de suas casas, que mantêm vínculo familiar consistente. Em suas palavras, “as famílias de meninos de rua não são as mais pobres, mesmo quando se inclui a contribuição dos menores, parcela bem mais relevante no caso dos menores trabalhadores” (Alves-Mazzotti, 1996, p.120). A impossibilidade de se pensar em causas para que se possa entender essa questão é o índice da complexidade do tema.

Outro fator que explica parcialmente este fenômeno é a modernização em países desenvolvidos, o que inclui a sua rápida industrialização e urbanização (Aptekar, 1996;

Lusk, 1992; Martins, 1996). Aptekar (1996) observa que, em comparações transculturais, um denominador comum ligado ao aparecimento dessas pessoas na rua é “o fato de elas existirem em *países capitalistas* não-ditatoriais do mundo *em desenvolvimento*”¹² que possuem grandes centros urbanos” (p. 163). Está também ligado ao aparecimento dessa população nas ruas, o fato de isso acontecer em lugares onde essas industrialização e urbanização terem acontecido de modo tardio e “atropelado”. Por fim, não se pode negligenciar o papel desempenhado pelas crianças em sua saída de casa para a rua (Menezes & Brasil, 1998), isto é, o fato de que a saída para as ruas também pode ser compreendida como uma escolha. Segundo Vogel e Mello (1996), a vertigem da rua exerce um fascínio sobre os que para ela se encaminham, se tornando para eles em descaminho. Conforme Aptekar (1996), a literatura tem sugerido que outros elementos relacionados à saída para a rua têm sido pouco explorados, não obstante a sua grande importância, como a cultura particular que localiza cada uma das manifestações deste fenômeno. Diferentemente dos fatores acima citados, os quais realizam uma força de “expulsão da casa”, esses são fatores que realizam força atrativa para a rua. Estes fatores são: a imagem que fazem da rua e a existência de uma cultura de rua que possa servir de referência identitária (Lucchini, 1996; 1997).

As características mais abordadas em estudos da categoria *crianças de rua* (Rizzini, 1996) são: gênero, idade, etnia, tamanho, composição e relacionamentos no interior da família, suas condições socioeconômicas, estratégias de sobrevivência das crianças na rua, suas atividades e o tempo que elas passam nas ruas.

¹² Grifo meu.

Muito embora essas características ocorram com grande variedade, os estudos realizados têm encontrado alguma consistência em apresentar esses resultados: essas crianças são predominantemente meninos, em uma proporção que varia entre 70 e 90% (Rizzini & Lusk, 1995); a idade mais comum em que são encontrados varia entre 10 e 14 e são, em sua grande maioria negros e pardos (Rizzini, 1996; Rizzini & Rizzini 1996). Embora estudos apontem uma grande variabilidade na estrutura e composição da estrutura familiar das crianças de rua (Aptekar, 1996), ela é predominantemente de famílias nucleares, sendo que uma parcela significativa delas – com uma proporção bastante variável – é organizada em torno da mãe (Alves-Mazzotti, 1996; Rizzini, 1996; Rizzini & Rizzini 1996; Rizzini & Lusk, 1995). Como já foi sugerido, e sob todas as críticas, esses estudos construíram evidências de que a associação entre os fatores relacionados à pobreza e à grande proporção de famílias chefiadas por mulheres – o que acontece com frequência em países Latino-americanos – é um fator de precipitação da saída das crianças para a rua (Alves-Mazzotti, 1996; Barros & Mendonça, 1996; Lusk, 1992; Rosa, Borba & Ebrahim, 1992), embora não possam ser considerados causas. Apenas um grupo pequeno dessas pessoas não mantém vínculo com a família ou o mantém de forma irregular. Eles gastam o seu tempo nas ruas com atividades que lhes permitem gerar rendimentos, numa jornada que variava de 20 até 48 horas semanais; os motivos mais freqüentemente alegados para estarem nas ruas são a) ajudar a família, b) atender a necessidades pessoais e c) por dificuldade de relacionamento no interior da família (Rizzini & Rizzini 1996). Os dados acerca dos seus rendimentos são raros e pouco confiáveis. As famílias dispõem de uma renda em torno de 0,5 e 1,5 salários mínimos (Alves-Mazzotti, 1996; Rizzini & Rizzini 1996). Os mesmos estudos indicaram que, muito embora esses jovens declarassem

freqüentar a escola, sua presença na rua parecia gerar impacto negativo sobre as condições de escolaridade, produzindo atraso ou abandono escolar. As pesquisas também mostraram que poucos deles eram infratoras. As atividades que mais comumente realizavam eram atividades pelas quais conseguiam algum rendimento, como lavar ou guardar carros, engraxar sapatos, vender coisas no sinal e carregar compras, ou, simplesmente a mendicância; além disso, a perambulação e atividades lúdicas.

3.2 Conseqüências da confusão conceitual

Ao longo de toda a década de 80, e relativamente ao primeiro ímpeto que acometeu as pesquisas sobre essa população nesse período, foram divulgadas por órgãos vinculados às Nações Unidas, diversas estimativas para a população em questão. Os números dessas estimativas eram extremamente exagerados, variando entre 30 e 100 milhões de crianças de rua somente na América Latina, por exemplo. Enquanto boa parte dos pesquisadores, numa avaliação posterior dessas cifras, atribuía sua variação e inconsistência desses números a problemas conceituais e metodológicos (Aptekar, 1996; Carrizosa & Poertner, 1992; Lusk, 1992; Martins, 1996), Rosenberg (1993; 1996) sugere que o exagero fez parte de uma “retórica catastrófica”, que cumpria a função de definir o tipo de relação política entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Estimulou-se com isso, uma política filantrópica de ajuda aos países subdesenvolvidos, ao passo que esses mesmos países foram pressionados por órgãos e governos internacionais a investirem na solução imediata desses agravos em detrimento da atenção às suas necessidades estruturais.

De fato, segundo essa autora, diversos prejuízos podem ser contabilizados, entre os quais a homogeneização indevida das condições de existência das crianças e adolescentes nessa situação, o superdimensionamento de programas assistenciais. Segundo Aptekar e Abebe (1997), a hostilidade contra essas pessoas por parte da sociedade é efeito justamente da imagem homogênea, negativa e exagerada que fazem delas, instruída por tais informações distorcidas.

Além do mais, a crítica e enfrentamento dessa “folia numérico-conceitual” (Rosemberg, 1993) característica da década de 80, pelos esforços de melhor definir a população de crianças de rua, está diretamente ligada ao segundo ímpeto que inspirou um outro tipo de pesquisa sobre essas crianças e, no entanto, atrasou, por mais uma década, o estudo de suas condições de subjetivação.

3.3 O segundo ímpeto de pesquisas: como são elas?

De modo consistente, durante a década de noventa e início do novo milênio, houve vários estudos sobre as características dessa população, com o objetivo de melhor definir o conceito *crianças de rua* (Carrizosa & Poertner, 1992; Crosgrave, 1990; Koller & Hutz, 1996; Maciel, Brito & Camino, 1997; Martins, 1996; 2002). O espectro de abrangência dessa categoria é tão vasto e cobre tantas possibilidades que se torna pouco útil para orientar a identificação das pessoas que deveriam fazer parte dela. O esforço por melhorar o sistema de categorização – embora não pareça ter sido exitoso em seu objetivo principal – foi responsável pelo reconhecimento da diversidade e dinâmica que caracterizam a

população. Tal descoberta teve importantes conseqüências sobre as pesquisas, mudando os seus temas, métodos, abordagem, os seus rumos.

Um primeiro movimento foi a tentativa de diferenciar entre crianças *de* rua e *na* rua. segundo Alves-Mazzotti (1996),

Tais estudos, portanto, se de um lado ampliam o conhecimento sobre o tema, de outro apontam a necessidade de se distinguir menores *na* rua, isto é, aqueles que exercem a sua atividade na rua, mas vivem com as famílias, de menores *de* rua, os quais, tendo rompido parcial ou totalmente os vínculos familiares, moram nas ruas, expondo-se, assim, a maiores riscos (p. 118).

Segundo a definição que se pretende para as duas categorias assim criadas, as “crianças *na* rua” são ampla maioria. Elas estão nas ruas, geralmente, para a realização de atividades com as quais possam obter renda. Assim, se envolvem menos em atividades ilegais como uso de drogas e atos infracionais. Podem estar sob supervisão de um adulto. O tempo que passam na rua é bem menor em comparação ao outro grupo, e voltam para casa ao fim de sua jornada de trabalho. Portanto, mantêm vínculo estável com suas famílias. Já as “crianças *de* rua” seriam aquela parcela minoritária da população de crianças que são encontradas nas ruas, as quais têm aparência mais característica. As atividades que realizam enquanto estão nas ruas são bem mais diversas e incluem, além daquelas com as quais obtêm rendimentos, atividades lúdicas e atividades ilegais. Elas passam todo o seu tempo na rua e é mais freqüente que estejam associadas a outras crianças, adolescente ou adultos que também vivam nas ruas. Sendo assim, seu vínculo à família de origem é muito instável, ou mesmo, já desfeito.

Essa nomenclatura foi bastante divulgada, principalmente por órgãos das Nações Unidas, e mencionada em diversos estudos. Contudo, encerra diversos problemas. Segundo Aptekar e Abebe (1997), essa distinção não faz sentido porque apresenta, de modo estanque, dois grupos, ao passo que somente há um grupo, com características muito flutuantes. Para Koller e Hutz (1996), as diferenças que sustentariam essa distinção não são tão consistentes assim, à medida que as pesquisas não são consistentes, por exemplo, em apresentar as “crianças *de* rua” como aquelas sem referência familiar; além do que diferenças regionais e a complexidade própria do espaço da rua solapam a todo instante as tentativas de definir com mais precisão essas duas categorias.

3.4 Últimas tendências nessas pesquisas

Uma última proposta, ao que parece, não de definição de um grupo, mas de uma nomenclatura apenas, a qual vem sendo bem aceita e difundida no Brasil, é “crianças *em situação* de rua”. O uso desta nomenclatura para o grupo desses jovens que se encontram nas ruas marca uma tendência que se acentua desde meados dos anos noventa, especificamente no Brasil¹³, que são estudos de aspectos desenvolvimentais e psicossociais da vida dessas crianças (Alves et al, 2002; Bandeira et al, 1996; Hutz & Forster, 1996; Hutz & Koller, 1996; Menezes & Brasil, 1998; Rosa, 1999). Têm grande importância, no que respeita a esse tipo de estudo, as pesquisas realizadas pelo grupo do CEP-RUA, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento da UFRGS.

¹³ Em bancos de dados de língua inglesa a expressão *street children* ainda designa essa população.

Principalmente três fatos têm sido apresentados por estudos como esses, cuja apresentação pormenorizada não cabe ao escopo deste trabalho: a) a influência negativa da vida nas ruas sobre os processos de desenvolvimento dessas crianças, tanto em aspectos cognitivos (por exemplo, atenção dispersa e sem tenacidade, vocabulário empobrecido), afetivos (depressão, instabilidade), sociais (efeito dos estigmas e preconceitos sobre as crianças, comportamento infrator); b) evidências de resiliência no que diz respeito a todos esses aspectos (reciprocidade, amplitude visuo-espacial, atenção difusa, autonomia, etc.); c) evidências de que as características do desenvolvimento infantil variam de acordo com circunstâncias pessoais e culturais, como já sugeriam estudos anteriores (Aptekar, 1988).

O “estar em situação de rua”, embora não tenha sido definido em detalhe, mesmo em textos que a apresentam como alternativa mais útil (Koller & Hutz, 1996; Maciel, Brito & Camino, 1997), parece estar fortemente vinculado à idéia de risco em seus diversos tipos, seja físico, social e/ou psicológico (Hutz & Koller, 1996). A situação de risco, por sua vez, se caracteriza, relativamente a crianças e adolescentes, quando o seu estilo de vida não se conforma àquilo que seria esperado em sua faixa etária (Bandeira et al, 1996). Quando o risco em questão se relaciona à *situação de rua*, obviamente, diz respeito às condições componentes dessa situação, ou seja, as que fazem parte do ambiente de rua, entre as quais se pode citar: a exposição à hostilidade, exploração e violência de diversos atores sociais com quem as crianças interagem na rua, seus pares, adultos moradores de rua, transeuntes, comerciantes, etc., policiais e seguranças; exposição à situação de trabalho; exposição à facilidade do uso de drogas. Fatores relacionados ao espaço físico, isto é, a falta de conforto, de abrigo contra intempéries, dificuldade de práticas de higiene, dificuldade de se manter na escola, dificuldades com a alimentação e saúde. Esses riscos também se

associam às condições internas dessas crianças, como sentimento de insegurança, baixa auto-estima, e outros aspectos.

A suposição de risco para essas “crianças em situação de rua” ainda extrapola o ambiente propriamente da rua. Elas estão em risco por fazerem parte de famílias desestruturadas, dentro das quais sofrem abuso e negligência. Isto é um indício de que também essa nomenclatura, muito embora seja fruto de um esforço por aliviar, de seu peso naturalizador e estigmatizante, nomenclaturas anteriores, ainda assim comete uma arbitrariedade, com diversas conseqüências.

3.5 Uma crítica ao esforço de dar nome aos grupos de jovens que se podem encontrar nas ruas

Em primeiro lugar, a idéia de risco instaura o patológico pelos parâmetros de uma normalidade ideal, o que vem a ser conseqüência de sua transposição do discurso psiquiátrico e epidemiológico sem as devidas críticas e cauções epistemológicas (Rosemberg, 1994). Em segundo lugar, se por um lado esse grupo é nomeado com o realce para o *lugar* onde elas são encontradas, por outro lado os riscos aos quais elas estão expostas não são todos eles, tampouco em sua maior parte, próprios do espaço. Assim, se pode aduzir que a exposição à hostilidade, trabalho e drogas se deve à falta de supervisão e não apenas ao espaço (embora, obviamente, a supervisão que falta seja mais difícil nesse espaço); e mesmo as causas de cada um desses agravos à condição de juventude que representam a hostilidade, o trabalho e drogas, também não têm que ver somente com o

espaço da rua, a não ser como um espaço propício como poderiam ser outros. O mesmo se aplica aos riscos associados às condições internas desses jovens.

Algo que parece claro é a intenção de que a expressão composta com a palavra “rua” serve de um modo ou de outro para remeter a um risco que tal condição ainda gera, seja de maior ou menor gravidade. A evolução da categoria que deveria designar o grupo em torno do qual giram esses debates nunca dispensou a idéia de associar, de um modo ou de outro, criança – que reduz inclusive os adolescentes a um estado de imaturidade, e inspira mais caridade – e rua – ainda ligada a todos os sentidos pejorativos produzidos historicamente (Alvim, 2001). Parece estar subjacente à insistência na palavra *rua* o fato de que ela parece oferecer um perigo a mais, um risco além, um risco de enredamento (Vogel & Mello, 1996), de sedução, de “captura de subjetividade”. Assim, também as tentativas de realizar essa categorização fazem parte da tradição que relaciona a rua ao vício, e esse poderia ser o risco real intuído que representa às crianças. Desse modo, pode-se compreender mais facilmente o sentido estigmatizado que a sociedade confere a essa associação, a despeito do tratamento conceitual que lhe dão os pesquisadores.

Diversos estudos têm demonstrado que a representação que as pessoas têm das *crianças de rua* são negativas (Alves-Mazzotti, 1997; Alvim, 2001; Aptekar & Abebe, 1997; Nóbrega & Lucena, 2004; Trussell, 1999), além do fato de que a própria rua é associada a conteúdos negativos por crianças que não estão na rua (Guareschi et al, 2002) e por crianças que se encontram na rua (Raffaelli et al, 2001; Ribeiro, 2003). Não há dúvida de que a imagem que se conhece de “crianças em situação de rua” é estigmatizada, mas o é a tal ponto que chega a fazer parte dos sistemas de identificação que estão disponíveis a essas crianças (Rosa, 1999), já que é no ambiente da rua que se realiza o estigma,

permeando os processos de socialização (Trussell, 1999). Uma evidência empírica disso é o esforço que essas crianças fazem para se manter numa relação exterioridade ou de alteridade com essa categoria, isto é, em seu discurso elas se defendem da ação corrosiva desse estigma tentando argumentar e fazer crer que elas não pertencem a essa categoria (Alves-Mazzotti, 1997; Nóbrega & Lucena, 2004), como forma de proteger a representação que têm de si mesmas, proteger a sua identidade. No entanto, boa parte dessas crianças se deixa identificar à imagem da *criança de rua*, se deixando fazer parte desse espaço simbólico significado como vicioso.

No que diz respeito ao esforço pela definição desses grupos, não tem sido considerado adequadamente o fato de que a associação entre as idéias de *criança* e *rua* para significar uma situação de risco reforça um discurso estigmatizante sobre essa população. Além disso, a tentativa de definir em detalhe as características desse grupo, tentando separá-lo da população de crianças vulneráveis mais ampla a que pertence, tem promovido o velamento do fato de que o mais importante elemento para a compreensão desse estado de vulnerabilidade é a estrutura sócio-econômica injusta em que se sustenta nossa sociedade. Como aponta Moura (2002), a construção social da *criança de rua*, em sua representação corrente e por mais que se pretenda o contrário, apresenta esse fenômeno como um problema linear e orgânico, que favorece intervenções como aquelas empreendidas por ONG's, focalizadas, paliativas e fragmentadas, em vez de favorecerem práticas holísticas e compreensivas, sustentadas pelo Estado, em seu papel de proteger a infância – as quais seriam as mais adequadas. Além disso, aquelas são práticas que servem à manutenção do *status quo* e, portanto, da desigualdade social.

De fato, há semelhanças que identificam essas crianças e adolescentes como um grupo. No entanto, o que faz delas um grupo, por ser o fundamento primeiro de sua semelhança, são as condições materiais em que têm existido e as formas socializadas de produção de subjetividade que lhes têm afetado e, até certo ponto, determinado a experiência que têm do mundo e de si. Portanto, o discurso das características do grupo substitui um outro discurso, de compreensão e crítica do contexto sócio-histórico que gera as condições de surgimento e existência das crianças em situação de rua. O estudo das características do grupo de crianças em situação de rua é necessário, no entanto deve ser superado, com o objetivo de que tenham maior importância os fenômenos que promovem o engendramento dessas características, os quais permitiram a melhor compreensão do mundo dessas crianças.

Qualquer prática ou intervenção com elas, ou políticas públicas voltadas para elas, que levem em conta as suas “características de grupo”, as naturalizará nessa condição e fará delas prisioneiras de um estigma, ou padecerá sob o risco que elas mesmas não se achem incluídas entre os grupos-alvo dessas práticas de intervenção, podendo vir ao fracasso (que não tem sido incomum). Portanto, é preciso que as práticas de pesquisa e intervenção relativas a essas crianças levem em conta as condições materiais e os processos de socialização e produção de subjetividade que estiveram disponíveis a elas para forjarem as suas próprias representações do mundo e de si, o regime de interação em que estão inseridas, os signos com que dão sentido a sua existência no mundo.

3.6 Uma outra abordagem ao “problema” dos jovens que vivem nas ruas

Um caminho para a realização desse objetivo é a compreensão do espaço da rua em sua natureza social, como ambiente simbólico, que oferece não somente recursos físicos para realização de estratégias de sobrevivências das crianças, mas principalmente recursos simbólicos. Assim, é preciso compreender a rua como um ambiente que comporta e franqueia formas peculiares de socialização e sistemas identitários (Invernizzi, 2003; Lucchini, 2001; 2002; Visano, 1990). A rua, em sua natureza social, intervém diretamente sobre os processos de construção da identidade de cada pessoa que possa ser encontrada em seu espaço. Lucchini (2002) propõe o entendimento da relação entre o jovem e a rua como um sistema, em que interagem, de forma complexa, diversos elementos do contexto social em que se inserem as crianças: espaço, tempo (duração), oposição rua-família, sociabilidade, atividades na rua, socialização em uma sub-cultura, identidade, motivação e gênero. Como se pode notar, o entendimento das condições de vida dessa população extrapola em muito as duas dimensões mais estudadas em que se resumem as pesquisas com “crianças de rua”: a sua presença na rua (dimensão espacial) e o seu vínculo ou não à família (dimensão social). De acordo com Lucchini (2001), as “crianças de rua” não formam uma categoria social homogênea, principalmente sobre o plano psicossociológico, porque as suas histórias se traduzem de modo muito diverso quanto as suas formações identitárias, suas formas de inserção num espaço ou grupo, suas competências. Todos os outros elementos também fazem parte de um modelo pelo qual ele sugere que se possa pensar o perfil das crianças e adolescentes que se encontram nas ruas. Como se pode ver,

em todos esses elementos não é possível separar a sua dimensão material de sua dimensão social e subjetiva.

O estudo de Gregori (2000) apresenta evidências empíricas de que a acolhida que a rua oferece é muito mais que um espaço para brincar, trabalhar ou simplesmente estar, “mesmo parecendo paradoxal, essa rua que os nomeia é também um espaço de vivência ordenado e um universo de relações no qual eles encontram lugar – simbólico, identitário e material” (p. 101). No entanto, neste mesmo estudo, o que Gregori aponta como caracterizador mais fundamental das condições de vida dessas pessoas é seu apego à atividade de *viração*, isto é, o seu apego à “liberdade” das ruas, à possibilidade realizar o seu próprio sustento de maneiras muito variadas e seu desapego a qualquer signo que pudesse fixar a sua existência, como uma instituição, sua própria casa, família, um trabalho, etc. Uma idéia semelhantemente expressa por Lucchini (1996b) quando diz que “É essa instabilidade [...] que parece caracterizar essas crianças” (p. 167)¹⁴.

E parece haver mais de um paradoxo permeando a vivências dessas crianças. Vogel e Mello (1996), falam da experiência das crianças que se encontram na rua como um paradoxo da identidade, em que se vê “crianças com coisa de adulto”, ou, nas palavras de um menino entrevistado por Lucchini (2001), “se aprende a ser maduro sendo ainda uma criança” (p. 76)¹⁵. É pelo recurso à idéia de identidade, ou de processos de construção de identidade, que Lucchini (1997) propõe que se compreendam as condições de existências desses jovens que são encontradas nas ruas. Segundo ele, a saída de casa responde antes a uma necessidade de sentido, construída pessoalmente, que a uma meta. Tanto a saída de casa, a ida às ruas, a permanência nas ruas e também a saída delas, todos esses eventos

¹⁴ Tradução Minha (T. M.). “It is this instability... that seems to characterize these children.”

¹⁵ T. M. “... on apprend à être mûr tout en étant encore un enfant”.

fazem parte de uma construção biográfica com diversas “quebras”, ou momentos críticos, de que fazem parte vários tipos de representações, de trocas entre vários atores, os quais desempenham papéis em suas histórias individuais, o que faz de cada história algo muito singular. A saída da rua, quando é possível a um deles, também se realiza sobre o lastro de uma outra quebra na linha de sua construção biográfica, pela qual significam a própria existência (Lucchini, 2001). O seu objetivo é compreender o percurso feito de casas para a rua, a sua “carreira”.

Segundo Visano (1990), três fatores articulados na construção e sustentação do mundo simbólico desses jovens são fundamentais à compreensão de sua existência: sua competência em desempenhar papéis, suas reações aos outros e sua identidade. A compreensão desses fatores desde a perspectiva da socialização desvela o modo como constroem os sentidos de sua experiência e a forma como constroem o seu mundo. Ele situa a socialização como sendo de capital importância para o estudo dessa população, embora esse seja um tema pouco compreendido entre os estudos nesse tema.

O estudo da identidade, portanto, pode fornecer um referencial muito útil para a compreensão das condições de existência daqueles que se encontram nas ruas, de forma holística, e sem reduzi-las a uma categoria naturalizadora e estigmatizante. Se entendermos os processos de construção de identidade como processos em que as crianças e adolescentes interpretam os signos de seu próprio contexto sócio-histórico, com o que produzem significado sobre a realidade, a qual eles mesmos tomam como referência para a significação de seu próprio tempo vivido. A investigação dos processos de construção de identidade, assim, pode servir ao estudo da situação de rua, na forma como ela é experienciada, em sua radicalidade e concretude, como constituinte da realidade material e

social de suas vidas, e como manancial de sentidos subjetivantes. Também deve ser útil para instruir o nosso conhecimento acerca de como enfrentar o problema que é a sua exposição e vulnerabilidade no ambiente das ruas.

4. Por uma definição do conceito de identidade

Para situar o modo como se concebe a identidade no interior deste estudo, e esclarecer sua serventia à compreensão das condições de existência desses adolescentes, é preciso examinar outras formas conceituais que esse fenômeno pode assumir e todo o conjunto de fatores que integram os processos de sua construção. Tal exame – que não poderia ser exaustivo – se realiza, entretanto, pela consideração de sistemas simplificados que não traduzem teorias acabadas sobre a identidade, mas que sintetizam as possibilidades fundamentais de construção teórica. Sua eficácia, portanto, diz respeito ao discernimento desta concepção de identidade que se quer apresentar.

4.1 Limpando o campo

Desde já se pode ter certeza sobre o fato de que não se trata da identidade como uma idéia metafísica, como a apresenta a tradição filosófica de investigação da consciência e da subjetividade até o início do século XX. No interior das ciências sociais e humanas, diversas perspectivas de análise localizam a identidade como fenômeno concernente a processos individuais ou sociais susceptíveis aos seus métodos de investigação. Numa abordagem que privilegie os fenômenos individuais – representada pela psicologia biologicista de Hans Eysenck (1967) –, a identidade é apresentada como um fenômeno mental, causado por fatores endógenos, em alguma medida afetados por contingências

ambientais, que povoam as manifestações psíquicas de diversas maneiras e determinam o comportamento em grande medida. Essa abordagem atribui grande peso na constituição do *self* aos processos orgânicos que determinam estruturalmente as funções cognitivas e afetivas, as quais se organizam como personalidade ao final de um processo maturacional. No entanto, sua posição parece sustentada sobre um transcendentalismo pouco elucidado ou totalmente elipsado para justificar essas estruturas auto-engendradas, além do fato de que essa abordagem atribui importância insuficiente aos fatores sociais claramente presentes tanto na forma como no conteúdo dos fenômenos mentais que dizem respeito ao *self*.

Uma outra perspectiva em que a identidade assume as feições de um fenômeno individual é aquela que a concebe como algo gerado no interior de processos sociais, sob formas culturais pré-existentes, as quais se impõem sobre os indivíduos, provocando-a como fenômeno interior – uma perspectiva que pode ser representada pela antropologia cultural e funcionalista inspirada por Abram Kardiner (1945). Esse ponto de vista se diferencia pela exterioridade, se não da localização do fenômeno mesmo, pelo menos de suas causas. Assim, os determinantes dessa identidade são exógenos, fatores sociais e culturais que produzem representações identitárias disponíveis aos indivíduos, como representações coletivas, categorias sociais que se aderem contingencialmente a esses indivíduos em diferentes esferas de suas vidas, operando funções normativas sobre o seu comportamento. Ora, tal concepção não se sustenta empiricamente pelo simples fato de que somente explica a reprodução social e não admite qualquer possibilidade de transformação, inovação ou criatividade.

Por fim, outra perspectiva que supervaloriza as determinações sociais é uma em que a identidade não é um fenômeno individual, mas social – uma idéia sugerida por Pierre

Bourdieu (1974). Isto é, uma abordagem em que os papéis sociais não são incorporados, mas tão-somente configuram possibilidades de arranjos sociais e algoritmos de ação, e são representados pelos diversos atores sociais em diversas situações. Desse modo, toda possibilidade de apreensão teórica de uma apropriação pessoal das regras que estruturam a interação social e fazem repercussão nos processos psíquicos são subsumidos. Além do mais, as abordagens que recorrem às determinações sociais para explicar a produção de representações de qualquer tipo ainda conservam o ônus de explicar o modo como a sociedade realiza essas determinações sobre os sujeitos.

4.2 Juntando feixes

À parte esse escalonamento de possibilidades, permanece a alternativa interacionista para o entendimento da identidade. Segundo essa abordagem, a identidade é concebida como algo que se constrói no interior das relações sociais. Contudo, tal idéia poderia deslocar o problema, em vez de resolvê-lo. Se essas relações são concebidas entre um sujeito e a sociedade, de onde vêm ambos? Pela colocação desse problema, adianto que, nessa perspectiva, a compreensão dos processos de geração das formas identitárias está irrevogavelmente instalada no interior da compreensão dos processos de subjetivação e da produção das modalidades de interação social em que ocorrem.

Ora, tais afirmações implicam uma dualidade fundamental, o caráter ao mesmo tempo relacional e subjetivo tanto dos fenômenos sociais como dos fenômenos psíquicos. Melhor dizendo, a natureza subjetiva das relações sociais e a natureza relacional dos processos subjetivos. Essa dialética pode ser entendida pela descrição, empreendida por

Berger e Luckmann (1966/1997), do processo de construção social da realidade. A realidade existe e se torna apreensível simultaneamente em duas dimensões, uma objetiva e outra subjetiva. A objetividade da realidade se sustenta sobre a anterioridade e coercitividade das instituições sociais, as quais têm origem na atividade humana tipificada e, sob a forma de conhecimento social, estruturam as práticas sociais. É o conhecimento social que insere as pessoas na lógica institucional, lhe garante o *status* de realidade objetiva e se faz medida do compromisso das pessoas com a vida social. Por outro lado, a lógica institucional não é, de modo algum, intrínseca ao conhecimento social, pois depende da consciência reflexiva que lhe imponha qualidade. Essa consciência participa do conhecimento social que dá sentido à instituição e lhe sustenta sobre a concretude de práticas discursivas. Ora, são as intenções subjetivas e intersubjetivas, com suporte em biografias pessoais, que dão integridade à instituição, e não uma abstrata funcionalidade.

Isso nos leva à compreensão da dinâmica de construção da realidade, apoiada sobre o tripé da atividade humana: a) pela atividade, o homem exterioriza a si mesmo pelos traços significativos de sua experiência, b) isso que se exterioriza é objetivado sob formas simbólicas que podem ser transmitidas em trocas intergeracionais, c) de modo que, também pela atividade, essas formas simbólicas possam ser interiorizadas, ou seja, participar da realidade subjetiva de alguém, com o que esse alguém tem acesso à objetividade do mundo social compartilhado por todos os outros e com o que todos os outros podem ter algum acesso ao mundo (inter)subjetivo desse alguém.

Ponderar a dimensão subjetiva da realidade nos leva ao exame da teoria da socialização em George Herbert Mead – na verdade uma teoria da subjetividade, ou da construção de um si-mesmo na relação com o Outro –, pois fundamenta os apontamentos

de Berger e Luckmann sobre o que chamam de socialização primária. Segundo Habermas (1990), “Mead retoma o programa da filosofia da consciência, porém, à luz dos pressupostos naturalistas da psicologia funcionalista” (p. 205), e vem a ser o empreendimento teórico mais promissor de esclarecimento do processo de individuação. A questão que Mead deseja respondida era sobre o fundamento epistêmico de qualquer discurso sobre o *self*. Em seu texto *The social self* (1913), Mead reflete acerca da dualidade de um *self* tornado objeto pela reflexão, sempre já objetivado (Me), e outro que somente pode ser suposto ao ato reflexivo (Eu), por não ser redutível à experiência consciente. Esse é o problema herdado da filosofia, que Mead espera superar pelo recurso à idéia de mediação simbólica da interação social. É na linguagem que a dualidade produzida pela perspectiva social sustenta o diálogo consigo mesmo, em que alguém pode se experimentar como outro de si-mesmo, pelo vínculo da consciência ao espaço intersubjetivo. Ora, essa colocação ainda não esclarece a origem da subjetividade nem o que ela vem a ser.

Essa origem estaria no processo em que alguém é confrontado com um problema do mundo social, quando o manejo das atitudes de alguém em reação ao mundo social pode marcar uma diferença entre essas atitudes, abrindo o campo a uma autoconsciência. Quando alguém pensa acerca de si mesmo, reflete sobre um *self* que é nada além de uma memória, esse “me” que se apresenta como objeto. A auto-referência originária ocorre na operação em que alguém assume, com relação a esse “me”, as reações do outro com quem interage, portanto, apreendendo-se a si mesmo como objeto social, traço reduzido de um Eu espontâneo que já não está, mas com quem sustenta uma relação de segunda pessoa. Em outras palavras, é quando alguém extrai sentido do próprio comportamento pela interpretação de um outro, ou seja, quando ocupa a posição desse Outro de si é que surge o

self social de Mead. Trata-se, portanto, do surgimento da consciência e da autocompreensão no interior de situações de ações coordenadas, em que as reações mútuas, de parte a parte, se tornam em signos de uma realidade que passa a ser compartilhada assumindo a sua estrutura simbólica.

Ainda sob uma lógica argumentativa funcionalista, Mead situa na arena da comunicação gestual o lugar primitivo da interação simbolicamente mediada, e com isso, a aparição da auto-referência originária em seu caráter adaptativo. Habermas (1990), no entanto, aponta para duas conseqüências dessa argumentação em Mead: uma que ele desemboca – talvez sem mesmo perceber – numa compreensão evolutivamente distinta da interação comunicativa, a que liga o surgimento da auto-referência originária; a segunda conseqüência é que, à medida que essa auto-referência é descentrada do sujeito e localizada em uma situação comunicativa, a subjetividade se revela em suas feições de intersubjetividade, mostra a sua dependência da ação, principalmente aquela que é interação mediada simbolicamente, portanto, a dependência constante da subjetividade, ou dos processos de subjetivação, à linguagem e à ação comunicativa.

Toda essa parafernália conceitual montada por Mead tinha em vista a explicação da auto-referência epistêmica, isto é, o modo como o sujeito pode vir a conhecer a si mesmo como um entre outros. Porém, sua descrição de um processo socializador também toma como objeto a auto-relação prática, que diz respeito aos estados motivacionais e aos mecanismos de controle do comportamento. Essa auto-relação prática recebeu menos atenção teórica e mais atenção descritiva, por isso ficou desguarnecida. A proposta de Mead é a correspondência entre as instituições sociais e o controle do comportamento no sistema da personalidade. Essas instituições transformariam o “me” da auto-reflexão em

uma instância de gerenciamento dos motivos para a ação – produzindo a auto-relação prática –, que manejaria, principalmente, expectativas sociais.

O processo é descrito da seguinte maneira: a incorporação, por uma criança, de um conjunto de padrões gestuais, comportamentais, apreendidos de “outros significativos” (conceito de Mead), com quem se manteriam laços sociais e afetivos mais consistentes – como os pais, por exemplo – promoveria a organização subjetiva dessa criança em torno de papéis, atitudes e esquemas interpretativos específicos, em cujo lugar a criança pode se experimentar. Os papéis, atitudes e esquemas interpretativos se relacionam a regras que mediam interações sociais mais amplas, que permitem aos indivíduos realizarem ações coletivamente organizadas. Aos poucos, essas regras são incorporadas semelhantemente aos papéis, no entanto, promovem uma compreensão diferenciada da relação com o outro, pois permitem à criança se experimentar em uma gama mais rica e complexa de papéis, de modo mais fluido. Essa operação marca a organização de um “outro generalizado” para estruturar as trocas intersubjetivas. O outro generalizado se refere a uma projeção da organização das atitudes das pessoas engajadas no mesmo processo social. Ele oferece possibilidades de unidade para o *self*, pela identificação. Esse *self* da auto-relação prática, a quem o outro generalizado “empresta uma identidade-eu” (Habermas, 1990, p. 215), é marcado pela vontade responsável.

Com tais afirmações acerca da subjetividade, inclusive no que diz respeito a construção de representações identitárias, neste ponto é possível retomar as análises que se esboçavam anteriormente, acerca do paradoxo da dupla natureza objetiva/subjetiva, social/individual, relacional/biográfica da identidade. Segundo Habermas (1990), “o conceito mediano de ‘identidade’, delineado intersubjetivisticamente, oferece um meio para

uma distinção nítida entre aspectos contrários da individuação social” (p. 228). Também Berger e Luckmann (1966/1997) propõem que a identidade é um “elemento-chave da realidade subjetiva, e tal como toda a realidade subjetiva, acha-se em relação dialética com a sociedade” (p. 228). Posta essa concepção de subjetividade, resta ainda construir formas de apreensão da identidade que articulem as duas dimensões da realidade social e que, desse modo, a tornem operacional em pesquisas empíricas.

4.3 Arando a terra

Pretendo tomar a exposição de Claude Dubar (2005) acerca de sua teoria sociológica da identidade, como roteiro e mote para a apresentação do modo como a idéia de identidade é articulada neste estudo.

Esse autor assume a dualidade fundamental da identidade como ponto de partida para a sua análise conceitual. Para ele, essa dualidade se expressa com clareza no que ele chama de *divisão do Eu*, cujas faces são a identidade-para-si e a identidade-para-o-outro. Essas duas faces da identidade se relacionam dialeticamente, em articulação problemática: à medida que dependem da visada estruturante do outro (não mais uma visada especular, mas concebida a partir do interacionismo simbólico de Mead), são inseparáveis; à medida que a experiência do outro não pode, contudo, ser vivida diretamente pelo Eu, o autor estabelece que a identidade é construída e reconstruída sobre uma base de uma incerteza, constituinte dos processos de comunicação.

Essa primeira aproximação de Dubar (2005) a uma definição de identidade leva em conta as proposições até agora levantadas sobre a constituição da subjetividade e da

realidade social objetiva. Assim, para ele “a identidade nada mais é do que o resultado provisório e estável, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições” (p. 136). Ele argumenta em favor de sua concepção de identidade aduzindo os modo de funcionamento dos mecanismos de identificação, que, basicamente, consistem nas formas de apropriação negociada de categorias socialmente disponíveis aos sujeitos para produzirem sentidos acerca de si mesmos e dos outros. Efetivamente, outras perspectivas de análise da identidade reconhecem a sua emergência simultânea em múltiplos níveis, muito embora também privilegiem o nível interacional (Bucholtz & Hall, 2005).

Segundo Dubar (2005), são dois os mecanismos de identificação: os atos de *atribuição* e os atos de *pertencimento*. Pelos atos de atribuição, as várias instâncias sociais de categorização realizam seus efeitos sobre os indivíduos, conferindo sentido aos traços da presença de alguém no mundo (com números que marcam registro civil, fiscal, datas, significados que dizem do estado de alguém relativamente a um amplo conjunto de instituições sociais, que dizem respeito à sua aproximação a grupos sociais específicos, etc.). E pelos atos de pertencimento, as pessoas formulam predicações acerca de si mesmas, para significar a sua singularidade em relação a projetos, desejos e representações muito próprias.

Ora, num caso e noutro, a identificação parece relacionada à predicação e aos seus efeitos sobre as representações acerca de alguém. Na análise de Ciampa (1987; 1994), é justamente o ato de predicação que, embora sintetize o modo como mais comumente se pensa a identidade, acaba velando justamente o mecanismo fundamental pelo qual a

existência é significada, que é a atribuição de sentido à ação. Em outras palavras, Ciampa (1987; 1994) rejeita a interpretação da identidade com predicação, sob a acusação de que a predicação reifica os sentidos identitários, os quais somente são sustentáveis por causa de suas abertura à atualização. De fato, Dubar (2005) reconhece que é na e pela atividade, em seu caráter significativo, que as pessoas são levadas a propor identificações umas às outras, que reivindicam umas às outras essas identificações, ou as recusam. No entanto, ao propor que esse é o cerne do processo de produção de identidade, Dubar (2005) o reduz ao que Ciampa (1987) considera como uma das dimensões dinâmicas da produção de identidade: a dinâmica da identidade pressuposta *versus* identidade re-posta. Ou seja, o processo pelo qual uma predicação realizada acerca do engajamento de alguém em uma atividade ou um papel social, lhe identifica a um conjunto de expectativas de atualização dessa identificação, de modo que isso favorece a reprodução social. No entanto, a apresentação assistemática desse processo por Ciampa (1987) dificulta sobremaneira a sua operacionalização.

Não obstante, parece se tratar justamente disso, já que Dubar (2005) chega a sugerir uma heterogeneidade no interior desse processo de identificação: a diferença entre a própria atribuição e a incorporação da representação atribuída. Ele propõe que a atribuição, analisável em sistemas de ação, resulta de relações de força em que instituições e agentes pessoais formulam e legitimam possibilidades de identificação. Ao passo que a incorporação, operação distinta, depende de uma interiorização ativa dessas possibilidades de identificação a trajetórias vividas, significadas sob forma narrativa, para que de fato sejam alçadas ao *status* de formas identitárias. O conceito de “formas identitárias” se sustenta, portanto, em uma noção nominalista de identidade, isto é, mais suscetível de

análise empírica, pois integra as declarações de identidade, as trajetórias e histórias de vida e os espaços de identificação ao estudo da identidade, tornando-se, desse modo, um conceito de grande valor heurístico (Dubar, 2007).

Por causa da heterogeneidade própria do processo de identificação, eventuais desproporções podem estimular a produção de *estratégias identitárias*, cuja função é reaproximar os resultados das duas formas de identificação apartadas: atribuição e incorporação. Essas estratégias mobilizam transações externas e internas, isto é, trocas objetivas no mundo social, que podem envolver a legitimidade das categorias negociadas, ou trocas subjetivas entre sentidos que se tem e sentidos que se quer ter. Isso põe em articulação direta os sistemas de ação em que as possibilidades de identificação são construídas e as trajetórias de vida, em torno das quais são produzidas identidades predicativas de si. As desproporções entre os sistemas de ação e as trajetórias de vida podem ser traduzidas em termos de continuidade/ruptura de projetos identitários, ou em termos de acordo/desacordo entre possibilidades de identificação.

Uma decorrência bastante interessante dessa perspectiva é o fato de que as pessoas, como demandantes de formas identitárias diante de um campo de possíveis, se colocam em posição de real abertura aos processos de identificação. Ao passo que as instituições e os agentes comprometidos com a disponibilização dessas possibilidades se defrontam com uma real incerteza quanto às categorias sociais para representações identitárias. De modo que as negociações identitárias se multiplicam, se diversificam e se complexificam entre as muitas situações comunicativas. Isso afasta qualquer interpretação determinista do processo e, além disso, abre o campo para o estudo da qualidade das interações na arena comunicacional, em diversas dimensões, como índice da produção de diversidade de

formas identitárias; também acaba localizando a identidade como um fenômeno eminentemente discursivo e social (Iñiguez, 2001). Além disso, estende a identidade em sua dimensão temporal, também como memória e projeto.

Muito embora a heterogeneidade do processo aludido, a concorrência de suas duas operações, um mecanismo comum, subjacente, oferece unidade à identificação como processo. É a ação dos esquemas de tipificação, ainda descritos por Berger e Luckmann (1966/1997), que limitam a quantidade de modelos identitários pela finitude das categorias que lhes servem, cuja variação pode ser localizada em espaços sociais, temporalidades e percursos biográficos distintos e específicos. A figura 2 resume o modo como, nesse enquadre, os recursos semióticos são alocados em vários níveis para compor as formas identitárias assim concebidas e o modo que se afetam mutuamente.

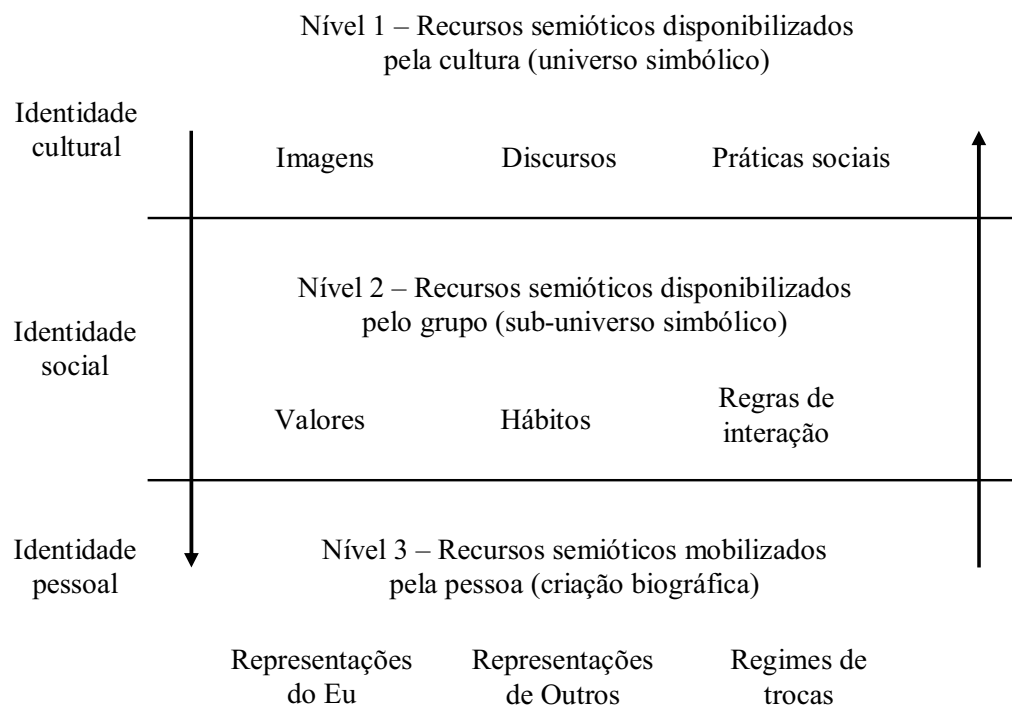


Figura 2. Níveis de alocação de recursos semióticos para a produção de representações do mundo e do si-mesmo.

A afinidade dessa variação de tipologias identitárias à diversidade de espaço e tempo em que se insere uma determinada existência remete ao exame do processo de produção da identidade em algumas de suas características que me parecem caras, mas que não constam na abordagem empreendida por Dubar (2005). Em sua proposta, esse autor dá bastante ênfase às formas identitárias mais constante, descritíveis e analisáveis em termos de categorias – embora sustente o seu caráter de inacabamento, certamente isso tem que ver com o fato de que sua análise parte de considerações sobre o processo de socialização, cuja implicação mais óbvia é que leve a resultados mais estáveis, e aponta para o estudo de identidades profissionais. No entanto, dois outros enquadres analíticos são preponderantes no estudo das formas identitárias: em primeiro lugar, o estudo da identidade como um fenômeno local e contextual; em segundo lugar, o estudo de uma forma de representação identitária fundamental, a narrativa.

4.4 Colhendo alguns frutos

Tomar as formas identitárias em suas características locais e contextuais significa concebê-las como significações temporárias, algo diferente, portanto, de representações. Ora, as representações são feitas de signos que se condensam para significar algo de modo consistente ao longo do tempo. Assumindo a identidade como algo que emerge também sob formas diversas daquelas que condensam as categorias sociais e a experiência pessoal de uma predicação de si, sob formas mais voláteis, produzidas no instante mesmo da conversação, da ação comunicativa, essa identidade se apresenta como uma posição

assumida no ato de engajar-se em uma situação discursiva. E é nesse sentido que se constituem como alguma coisa além de representações. Segundo Bruner (1997), “o si-mesmo, nesta situação, se torna ‘dependente de um diálogo’, projetado tanto para o receptor de nosso discurso como para propósitos intrapsíquicos” (p. 90). Com isso, as formas identitárias assumem um caráter ainda mais aberto e negociado, pois as tensões que alimentam a negociação de sentidos para a identidade ganham a simultaneidade do processo discursivo, a qual é resolvida provisoriamente justo pela tomada de posição diante de outrem. As formas identitárias se dispersam entre as múltiplas exigências discursivas, e por meio do próprio discurso, ganham realidade por meio dos contornos lexicais, gramaticais, prosódicos, na dinâmica de colaboração discursiva, e acabam se constituindo em formas múltiplas e parciais (Ochs & Capps, 1996). Esse modo de emergência da identidade é justamente o que escapa à análise de Dubar (2005), que privilegia as formas identitárias em seu caráter de consistência.

Em segundo lugar, essa mesma ação discursiva, que impõe dinamicidade às formas identitárias, também pode ser relativamente fixada sob uma organização muito própria à estrutura da representação identitária, em sua forma mais rica, que é a identidade como discurso narrativo. Bruner (1998) sugere que a importância da forma narrativa consiste no modo como liga o sentido do si-mesmo ao sentido que os outros assumem no mundo social, e também no fato de que talvez seja essa a única forma pela qual se pode descrever o “tempo vivido”, por causa da relação mimética entre a narrativa e a vida como construção do pensamento (Bruner, 1987; Ricoeur, 1983/1994; 1985/1997). Seguindo Ricoeur (1983/1994; 1985/1997), podemos pensar a narrativa como o processo pelo qual o tempo é integrado à ação, dando significação à experiência, à vida como história de vida. Por um

lado, esse postulado enfatiza o papel da experiência do tempo para a significação da experiência como um todo e, *a fortiori*, das formas identitárias, isto é, torna a construção dessas formas identitárias dependentes dos sentidos produzidos pela experiência temporal que se estende da memória (entre as formas de representação do passado) à esperança do sujeito (entre as formas de representação do futuro). Por outro lado, cria uma porta de entrada para um modo particular de reflexão acerca das formas identitárias, um modo de refletir sobre a identidade com conta com a idéia de que o sujeito re-produz a sua própria experiência em um processo estruturalmente inserido no campo do discurso, que é a produção narrativa.

A narrativa que estrutura a representação da vida, ela mesma é estruturada segundo modelos disponibilizados pela cultura em repertório limitados. A afinidade entre o modelo narrativo e o *self* desempenha, portanto, um papel privilegiado nos processos de construção da identidade (Bruner, 1996; Gover, 1996). Isto porque ao mesmo tempo em que essas narrativas nascem da experiência, também dão forma a ela (Ochs & Capps, 1996). A narrativa media o envolvimento do *self* com o mundo; ao mesmo tempo, agencia sentidos para ambos, uns em relação aos outros. Assim, a assunção da identidade por meio da narrativa sustenta a mesma e fundamental relação de dualidade entre a realidade social e a realidade subjetiva.

Segundo Gover (1996), narrativas de si-mesmo e identidade emergem juntas e articuladas em cinco dimensões: a) tempo, já que sempre se trata de um ajuntamento de eventos e acontecimentos, que somente ganham sentido articulados uns aos outros e a uma intencionalidade que os configure; b) afetos, pois essa articulação é arranjada somente sob os efeitos da força distintiva da afetividade, que marca as ações com significado, em

performances comunicativas; c) artefatos culturais – entre os quais as palavras ocupam posição privilegiada –, pois a construção da identidade e da narrativa se faz pelo recurso ao material signifiante de um mundo pré-existente, e será tão mais complexa e variada quanto os recursos significantes de seu contexto de construção lhe permitirem; d) auto-reflexividade, uma característica suposta ao processo de constituição de narrativas e identidade, pelo qual o *self*, constituído intersubjetivamente, gerenciaria as múltiplas posições autônomas que assume na dinâmica discursiva; e) atividade, pois a construção de narrativa e identidade somente tem lugar como ação comunicativa, mas inseridas em sistemas de práticas sociais, ou, como vínhamos dizendo, sistemas de ação, que incluem relações interpessoais, regras e normas da cultura, tradições, práticas econômicas e assim por diante.

Essa possibilidade representativa que a narrativa oferece às formas identitárias completa o quadro que se pretendia traçar para a definição do conceito de identidade que constitui a abordagem deste estudo. A figura 3 oferece uma possibilidade de esquematização alimentada pela enquadre do conceito de formas identitárias anteriormente aludido e lhe acrescenta a idéia de que lhe escape algo não-representado em categorias sociais, mas que se produz na instantaneidade da interação. Inserida dentro de um contexto povoado por categorias sociais para representação identitária, diversos artefatos semióticos são alocados para a composição das formas identitárias, os quais dão sentido a afetos, pensamentos e à ação. Todos esses sentidos circunscrevem um núcleo refletido dessas representações, que dispõe delas nas situações de comunicação e com elas produz narrativas que transcendem os limites temporais do presente da interação.

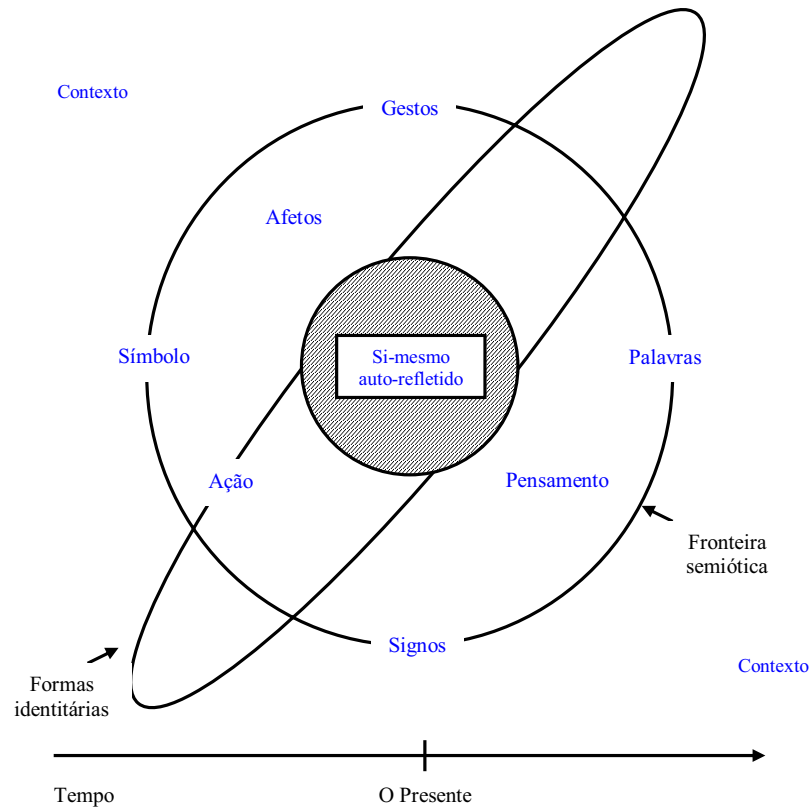


Figura 3. Representação esquemática das formas identitárias simultaneamente como construção social e relacional, contextual e narrativa. Adaptado de Gover (1996).

Embora pareça um conceito fragmentado, na verdade, diz de algo cuja constituição é fragmentária, e tenta tornar o seu estudo operacional. As formas identitárias dizem respeito, simplesmente, *a pessoa que existe como sentido, ao mesmo tempo, para si mesmo e para o outro*. Isto é, 1. um fenômeno delimitado por fronteiras semióticas, mas sob o efeito de múltiplas determinações contextuais, 2. sob a contingência de negociações de sentido em múltiplas situações, sob tensões diversas, em que é presentificado, reivindicado e representado, 3. algo consistente, algo transitório, 4. parcialmente apreensível como representação, individual e social, objetiva e subjetiva, 5. parcialmente apreensível como

posição discursiva em interações comunicacionais, 6. parcialmente apreensível como invenção narrativa, 7. parcialmente não-apreensível.

5. Ainda, a construção de um aporte teórico-ético-metodológico

5.1 O contexto da pesquisa etnográfica e a pesquisa etnográfica como contexto

O estudo dos adolescentes em situação de rua é apresentado como extremamente difícil por causa das características pessoais dessas pessoas, a sua situação peculiar de desenvolvimento e por causa de suas estratégias de sobrevivência no ambiente das ruas (Aptekar, 1996; Bemak, 1996; Hutz & Koller, 1999). Tais dificuldades envolvem todos os aspectos da pesquisa psicológica ou social, desde a dificuldade de agrupá-los por suas características próprias – como demonstrado anteriormente –, e ainda, por causa disto, também de estimar o seu número (Martins, 1996, 2002; Rosemberg, 1996). Por causa da atitude de constante suspeição, elemento evidente de suas estratégias de sobrevivência, ou dos padrões de interação que mantêm com todos os atores com quem se encontram na rua – que tendem a repetir nas interações com pesquisadores –, o trabalho com esses adolescentes apresenta dificuldades relativas à aproximação aos grupos que formam, ou a cada um individualmente, dificuldades de estabelecer e manter o tipo de relacionamento que interessa à situação de pesquisa, dificuldades para a produção de confiança, e isso prejudica inclusive a qualidade das informações fornecidas por elas (Günther, 1992; Alves et al., 1999; Hutz & Koller, 1999).

A complexidade, diversidade e dinâmica desses grupos, assim como todas as dificuldades de acesso a eles, têm levado os pesquisadores a preferir e recomendar

abordagens metodológicas que valorizem o estudo no ambiente de seu cotidiano, por meio de procedimentos muito diversos de *geração de dados* fortemente articuladas à opção teórica que sustenta o estudo (Lucchini, 1996b), e que mantenham o vínculo das informações obtidas em campo com o seu contexto de produção, ou seja, o ambiente imediato das ruas (Alves et al, 1999), as histórias de vida das crianças e, de forma mais ampla, com a cultura em que estão inseridas (Lucchini, 1996a). Conseqüentemente, isto envolve o dispêndio de mais tempo e diversidade de espaços e situações. Entretanto, tempo e espaço são diretamente proporcionais à qualidade dos resultados produzidos. Por isso, diversos estudos etnográficos têm sido realizados (Aptekar, 1988; Gregori, 2000; Invernizzi, 2003; Lewis, 2001; Menezes & Brasil, 1998; Trussel, 1999), e essa abordagem tem se insinuado como indispensável, tornando-se um importante elemento de um novo paradigma de investigação em estudos com essa população (Bemak, 1996). De fato, a pesquisa etnográfica se caracteriza, de diversas formas, como um método apto a responder às necessidades metodológicas e éticas impostas pela pesquisa no ambiente das ruas.

A etnografia, embora seja um método de pesquisa científica e muito embora seja apontada, por tantos pesquisadores, como sendo particularmente útil para o estudo da população ora descrita, devido a um mesmo conjunto de características muito específicas, é uma prática extremamente idiossincrática e, além disso, freqüentemente sofre o efeito perturbador de diferentes enquadres epistêmicos assumidos pelos pesquisadores que dela se servem. Por isso, passo a apresentar a construção dialogada da perspectiva em que realizei esta pesquisa.

5.2 Uma perspectiva interpretativa

Uma entre outras abordagens é a perspectiva interpretativa em etnografia, que se caracteriza, no plano epistemológico, principalmente por sua **reflexividade** (Hammersley & Atkinson, 1994), ou seja, o fato de que o cientista, pesquisador ou investigador, assim como a sua prática de pesquisa, fazem parte do mesmo mundo que ele pretende estudar. Sua prática científica, por assim dizer, é reflexiva (ou metalingüística, por assim dizer), já que se trata de uma prática social, como as outras práticas socialmente instituídas, mas voltada sobre si, que reflete sobre as outras práticas sociais (por vezes, sobre ela mesma) através da qual a sociedade se contempla a si mesma. Ora, isto não se reconhece sem conseqüências. Implica o seu reconhecimento entre as outras formas de ação instituída, como um sub-universo simbólico, tão legítimo e arbitrário como os outros, e, portanto, reconhece a realidade social compartilhada como um lugar privilegiado de construção do conhecimento científico. O conhecimento científico se torna um tipo de produção de conhecimento entre outros presentes na cultura e, por isso, sofre influência dos mesmos processos sociais envolvidos em outras formas de produção de conhecimento. Reconhecer ao empreendimento científico (principalmente no que respeita às ciências humanas) sua natureza social e cultural torna a relação sujeito-objeto mais fluida e delimita a abrangência do projeto de conhecimento que é a ciência interpretativa: trata-se de um projeto em que têm lugar a negociação de sentidos com outros atores e outras dimensões do saber social, um projeto estreitamente relacionado à vida cotidiana, em que tem lugar o erro e a incompletude. Essas conseqüências da reflexividade também constituem o prelúdio das inflexões éticas decorrentes dessa abordagem.

Tais colocações impõem a retomada de importantes questões acerca dos objetivos mais gerais da pesquisa social e daquilo que, por conseguinte, pode vir a ser o seu resultado. Assim, pode-se dizer que para além do esforço de inventariar comportamentos e situações, e produzir explicações universalizantes para os processos sociais e culturais que estudamos, a pesquisa social interpretativa visa à **descrição densa** desses processos sociais e culturais (Geertz, 1989). Assume-se que a realidade social é tecida com fibra semiótica, que a cultura se realiza como um conjunto de redes de significados dispostos em cadeias, em vários níveis intercambiáveis, um conjunto de sentidos dispersos e voláteis, com margens constantemente redefinidas e que, no entanto, ainda não contêm toda a extensão da experiência humana. A cultura, portanto, se constitui como um conjunto hierarquizado e estratificado de estruturas significantes, pelas quais, ou com recurso às quais, as pessoas e os grupos produzem e interpretam a sua própria ação no mundo. A decifração dessas estruturas e de seu vínculo aos sujeitos e aos grupos é o que está no horizonte da descrição densa. Mais especificamente, a visada etnográfica implica “escolher entre estruturas de significação [...] e determinar a sua base social e sua importância” (Geertz, 1989, p. 19), isto é, discernir essas estruturas de significação, apontar momentos em que se sobrepõem, se opõem, coincidem, se complementam, se completam, disputam, etc., também apreender essas estruturas em suas especificidades, e por fim, apresentá-las, tendo em vista o “alargamento do universo do discurso humano” (p. 24).

Por causa disto, uma característica essencial do empreendimento etnográfico, debatida mais amiúde nos últimos anos, é o fato de que o seu “recurso particular” (Gutwirth, 2001), a descrição ou o *texto etnográfico*, é imanente ao seu método e às possibilidades de teorização que dele decorrem. Desse modo, a etnografia existe em sua

qualidade de texto interpretativo, irremediavelmente assujeitada ao mundo da escrita, aos seus limites, suas inflexões, seus meandros, possibilidades e recursos para produzir autoridade científica sob a forma narrativa (Clifford, 1998). Ora, quase tudo o que um pesquisador que realiza uma etnografia pode produzir são os seus textos, textos que traduzem outros, os textos da cultura. E como afirma Clifford (1998), “esta tradução da experiência de pesquisa num *corpus* textual separado de suas ocasiões discursivas de produção tem importantes conseqüências para a autoridade etnográfica” (p. 41). A etnografia, portanto, se reconhece participando de dois mundos, fazendo mediação entre eles: o **mundo da experiência** e o **mundo do texto**.

Quanto ao mundo da experiência, esses traços epistêmicos da pesquisa interpretativa e, mais precisamente, da abordagem etnográfica, produzem certo efeito sobre as possibilidades e necessidades metodológicas para a sua realização. O fato de que é preciso participar da cultura e dos processos sociais que fazem parte da vida dos grupos que se pretende estudar, com o objetivo de documentar mudanças e transições de forma historicamente situada, torna a pesquisa etnográfica necessariamente engajada, intimamente partícipe da vida dos grupos que estuda, e isso redundará num maior rigor da interpretação que assim se produz. Isso lhe permite também o registro dos detalhes das situações que se observa e os sentidos que lhes compõem, uma abordagem comparativa dos processos que compõem as diversas modalidades de interação em um grupo, e, sem perder de vista a abrangência das possibilidades de interação e significação fornecidas pelos grupos em que essas interações ocorrem, interpretar esses contextos e sua variedade. A experiência se torna, desse modo, inevitavelmente dialética, já que as trocas ocorridas no interior da vida dos grupos investigados afetam também o pesquisador (se este, de fato, participa da vida do

grupo), e produzem nele também mudanças, desviam o rumo de suas intenções metodológicas e de seu esforço interpretativo. Por isso, a pesquisa etnográfica passa a assumir um conjunto bem específico de características, as quais devem torná-la **engajada, microscópica, holística, flexível e auto-corretiva** (Eder & Corsaro, 1999, p. 521).

O **contexto** e o seu discernimento são fundamentais no trabalho do pesquisador que realiza um esforço etnográfico, pois constitui o fundamento de sua experiência. O contexto, neste estudo, é uma categoria fundamental na integração das opções metodológicas levadas a termo e, portanto, na produção do *design* metodológico. Trata-se de uma situação social ampla, visada como uma totalidade significativa, cujos elementos são solidários na produção de um referencial semântico comum às diversas dimensões de negociação de sentido que nessa situação têm lugar, da qual são inalienáveis, e que são interpretáveis particularmente ou em conjunto. A idéia de contexto, portanto, diz respeito àquilo que freqüentemente é chamado de pesquisa de campo, no entanto, leva em conta um conjunto bem definido de elementos e uma forma particular de apreendê-los. Três conjuntos de elementos caracterizam o contexto.

5.3 Sobre a noção de contexto

O primeiro deles é o *setting*¹⁶. Segundo Winkel (1987), a natureza do *setting*, como objeto de valoração social, têm efeitos sobre a estrutura e organização dos ambientes em que as pesquisas são realizadas, o que torna o ambiente (espaço e tempo) importante para o planejamento e execução da pesquisa. O *setting* toca ao tipo de relação entre o ambiente e

¹⁶ A palavra *setting* é de difícil tradução, mas é fundamental a idéia de “composição” que ela traz, pela qual se concebe o ambiente como totalidade e se pode delimitá-lo.

as pessoas com que interage em todas as dimensões; não se confunde, portanto, com o ambiente, mas se configura como uma relação entre o ambiente e as pessoas, o produto físico-simbólico dessa relação. Por isso, é feito também do sistema social que comporta, com as atividades que favorece e desfavorece, também da temporalidade pertinente a esse sistema. Suas fronteiras não têm propriedades apenas físicas, mas dependem de sua interação com outros sistemas físicos e sociais.

A estrutura e organização do ambiente podem tornar forte ou fraca a relação entre o *setting* e as atividades realizadas pelas pessoas dentro de seus limites, pelo efeito das regras e/ou programas que o próprio *setting* deve sustentar. Essas regras são decorrência da história de sua composição e uso, cujos determinantes podem haver tido efeitos refletidos ou não sobre o espaço, mas que, em todo caso, envolveram todo tipo de negociação, conflituosa ou não, de poder, afetividade, valor, etc. Esse é o processo de constituição histórica do *setting*, que acontece por meio das associações simbólicas engendradas na relação entre os diversos sistemas sociais, mas também segundo intenções e escolhas pertinentes ao uso particular dos lugares. As formas de interação, pela sua ocorrência constante, são tipificadas em sua incorporação ao cotidiano, assim como os elementos de sua interpretação. Portanto, a atividade realizada no *setting* é multiplamente determinada pelas demandas de seu programa e pelas interpretações socialmente mediadas que ocorrem em seu interior, pelas interações que comporta e traços pessoais dos agentes.

Por tudo isso, porque aquilo de atividade que um ambiente comporta depende de sua transformação em um *setting* de ação, os acontecimentos num dado ambiente só podem ser entendidos desde um mínimo de experiência ambiental, a qual viabiliza a apreensão do *setting* como tal. Isso se expressa no conceito da *validade ecológica*, geralmente associada

às categorias da metodologia tradicional de validade interna e externa. Na pesquisa qualitativa, no entanto, a experiência ambiental toma o semblante de chave de interpretação, pois coloca o pesquisador sob os efeitos das associações simbólicas que estruturam o *setting*. A experiência ambiental passa a condição de acesso aos elementos de outro horizonte de interpretação, permitindo a inteligibilidade da estrutura e organização do ambiente, suas regras e atividades.

O segundo conjunto de elementos diz respeito aos grupos que o compõem, os signos que eles carregam, pelos quais formulam e sustentam suas representações identitárias. São justamente esses signos que intervêm como mediadores nas negociações de sentido, na relação dialógica entre as pessoas de um grupo, entre pessoas de grupos diferentes e entre as pessoas desses grupos e o próprio investigador. O acesso ao contexto depende da participação do pesquisador junto a esse grupo, como condição da interpretação situada. A noção de “acesso” ao campo é bem conhecida em etnografia e definidora de sua prática. Segundo Harrington (2003), os processos psicossociológicos envolvidos no acesso podem e devem ser conhecidos, de modo que se esclareçam às condições sócio-estruturais em que se particulariza cada um dos empreendimentos de pesquisa de campo, com vistas a favorecer o pesquisador na consecução de seu objetivo.

Dois dos temas mais importantes que envolvem essas condições são as negociações de poder e de representações identitárias. A Psicologia Social oferece um enquadre teórico pelo qual esses dois temas podem ser integrados. Numa perspectiva interacionista, a configuração das relações de poder depende do acionamento de recursos simbólicos disponíveis, durante os momentos de interação, na produção de representações identitárias. Uma primeira implicação dessa perspectiva é que diversos sentidos podem ser engendrados

no processo de negociação. Uma segunda implicação é que essa produção é recíproca e atual, e, porque as pessoas não carregam consigo identidade e poder, não se sustenta a suposição de assimetria inerente e necessária à relação entre pesquisador e participantes, pois os termos da relação são negociados interativamente.

No entanto, os diversos processos envolvidos na formação de identidades sociais e nas estratégias de auto-apresentação, que sustentam a negociação de sentidos e representações no contexto de pesquisa, geram modalidades de relações sociais, de trocas interpessoais, em que o pesquisador é objeto de categorização, e com isso são engendrados modos de interação que favorecem ou não a experiência de campo. O entendimento desses processos tanto deve fazer parte do dimensionamento do contexto como ser contado entre as condições da eficácia de seu deciframento¹⁷.

O terceiro conjunto de elementos diz respeito ao fato de que o contexto necessariamente comporta a realização de atividades. É a idéia de atividade que confere inteligibilidade ao contexto e vice-versa. Segundo Leontiev (1981), a atividade humana é o processo de transformação recíproca entre o sujeito e o mundo, um processo em que o sujeito se objetiva, gravando marcas de sua existência no mundo, e pelo qual também subjetiva a objetividade do mundo, do mesmo modo, se deixando marcar por ele. A atividade tanto está envolvida na construção da realidade social quanto da própria subjetividade, mas de uma maneira eminentemente prática de interação com o mundo.

¹⁷Contexto e *setting* não devem ser confundidos, embora possam se sobrepor. Conquanto o *setting* dependa dos grupos sociais que comporta, a permuta desses grupos não o afeta necessariamente, já que suas características físicas e sociais podem se manter. Por exemplo, como no *setting* “sala de aula”, cujos grupos podem variar em faixa etária, ocupação, sem que seu funcionamento básico seja afetado. Contudo, tais alterações transformariam o contexto. Mesmo mantidas estrutura e organização sócio-físicas, a especificidade dos recursos simbólicos disponíveis aos diversos grupos geraria mudanças nas condições estruturais de negociação de sentidos para representar a situação vivenciada.

São as condições objetivas do mundo social que fornecem os elementos estruturais, dinâmicos e formais da atividade, disponíveis as pessoas pelo processo de internalização, de reconstrução psicológica das funções sociais por intermédio da interação humana, mediada por ferramentas materiais ou ideais. As funções sociais são apropriadas de maneira operacional, pela ação, cuja montagem de significado corresponde à sua apropriação mental. Ora, tanto a estrutura operacional das funções sociais, as ferramentas necessárias a sua realização, também as possibilidades de sua reconstrução significativa por meio de signos, são encontradas no interior das interações sociais, de modo que a “consciência é um produto da sociedade” (Leontiev, 1981, p. 57)¹⁸. É preciso salientar que a consciência de que se trata aqui é justamente a capacidade de significar, por conseguinte, a possibilidade de apropriação pessoal e subjetiva da realidade social.

A análise da atividade se faz pelo discernimento de um conjunto de unidades psicológicas que se relacionam em sua composição, de modo que a cada elemento de sua estrutura corresponde um elemento da vida social que lhe dá inteligibilidade. Assim, a idéia de atividade depende de sua correspondência a um motivo, do mesmo modo que os componentes básicos da atividade, as ações, dependem da inteligibilidade que lhes proporcionam as suas metas. É a natureza intencional da atividade que permite a sua interpretação, e é a natureza socialmente construída dos seus elementos que evidencia o seu vínculo à vida social. Porque a organização da atividade é constitutivamente semântica, é por meio dela que as pessoas e grupos conferem sentido à sua existência. Portanto, é na atividade que têm lugar os processos de produção de sentido e significado, cujo entendimento é tão necessário ao deciframento do contexto.

¹⁸ T. M. “...consciousness is a product of society...”.

5.4 Mais uma vez, o mundo da experiência e do texto

Todos esses elementos do contexto o compõem não como uma coisa ou uma cena, mas como experiência. Sua compreensão depende sempre de que o pesquisador se coloque sob os efeitos dos processos de significação que o envolvem, o que determina a necessidade de sua “participação”, como condição de interpretação. A participação do pesquisador no contexto de pesquisa tem a propriedade de inseri-lo na dialética entre experiência e interpretação, o que situa a investigação num registro hermenêutico (Clifford, 1998).

Mesmo como ocorrência experiencial, a integração dos elementos acima mencionados no estudo do contexto permite que se produzam mediações (interpretações) entre operadores analíticos macro e micro-sociais, admitindo o encadeamento de categorias de análise e interpretação de processos de significação microscópicos (relativos à forma como grupos significam sua própria prática) e macroscópicos (como se constroem, apropriam e acionam, rituais, repertórios interpretativos e/ou discursos). Pesquisar em contexto, então, consiste em produzir sentidos locais e situados estreitamente vinculados à experiência, no entanto, articulados a circunstâncias mais amplas de tempo e espaço, para dizer de fenômenos psicossociais. Os sentidos produzidos na pesquisa, portanto, não dizem respeito somente a indivíduos ou grupos, mas a um conjunto amplo de relações entre pessoas, grupos e cultura. De todas essas relações, não obstante, o pesquisador também faz parte. Portanto, o contexto é a experiência do pesquisador e seu efeito retroativo sobre ele. O contexto é, ao mesmo tempo, objeto de pesquisa, um dos seus operadores analíticos e a condição de **rigor e verossimilhança** dos resultados.

É objeto de pesquisa porque nele se projetam as estruturas significantes da cultura, em que, em primeira instância, se realizam os processos de significação. É também um operador analítico, pois o pesquisador dele se utiliza para situar e articular outros elementos de seu *corpus* de análise, do qual podem fazer parte outras categorias, como representações, valores, imagens, com cuja articulação, somente, ganham sentido e interpretação. E se torna condição de rigor e verossimilhança já que é somente a participação na vida do grupo que pode desvelar, ao pesquisador, os signos com que os grupos já interpretam a sua prática e história¹⁹.

O mundo da experiência, em nenhum momento, se realiza à parte do mundo da escrita, ou do texto. A mediação que o pesquisador faz entre eles é feita desde sempre, desde o momento em que ele imagina a sua experiência (pela produção de um projeto de pesquisa), até o momento em que o pesquisador recorre à memória da experiência, na composição do texto etnográfico. No entanto, o momento mais tenso e negociado dessa mediação é a experiência de campo. Neste momento, a mediação entre experiência e texto é produzida pelo olhar (sinédoque do trabalho etnográfico) ao real da cena cultural em seu vínculo com o que ele registra no seu **diário de campo**, forma concreta dessa mediação. Segundo Roldán (2002), essa é a mediação essencial do trabalho etnográfico, porque liga a narrativa etnográfica ao seu contexto específico de produção e, por isso, o distingue de outros tipos de texto. Ela se realiza de pelo menos três maneiras: as notas de campo são o principal registro material das impressões, percepções e informações produzidas na experiência de campo; também é o registro material das auto-percepções, as quais também

¹⁹ É preciso esclarecer que o contexto também contém os procedimentos realizados pelo pesquisador, pois as técnicas e procedimentos de que lança mão também são situações sociais, mas criadas para os propósitos da investigação (Rubio, 1999).

compõem a experiência de campo; e são o primeiro registro do horizonte de interpretação do pesquisador, isto é, do seu esforço de produção teórica.

Como se pode ver, ou ao que parece, a experiência etnográfica está quase sempre imersa em um registro textual da experiência. De fato, o que aqui chamo de experiência nem sempre é mesmo textual, no entanto, é sempre uma experiência circunscrita ao registro discursivo²⁰. Ora, se assumimos que o contexto, aquilo que de fato interessa ao pesquisador, é estruturado com elementos semióticos, isto é, elementos que comportam necessariamente significados, é preciso admitir a sua vulnerabilidade aos processos de comunicação e interpretação, cuja maior força é desempenhada pela linguagem. Por isso, e de acordo com García (2000), se “qualquer acontecimento social está ‘tocado’ pela linguagem” (p. 76), mesmo “a observação”, como já me referi antes, sinédoque do trabalho etnográfico, “sem o discurso é totalmente estéril” (p. 77)²¹. O entendimento de que entrevistas formais ou informais, consultas a fontes documentais, discussões em grupos, são totalmente inscritos num registro discursivo²² é fácil e pacífico. Segundo a

²⁰ No que diz respeito às perspectivas hermenêuticas de investigação social, a distância epistemológica entre texto e experiência pode variar consideravelmente. Segundo a posição adotada por Geertz (1989), por exemplo, a interpretação etnográfica consiste na fixação em texto de diversas situações culturais “textualizadas”, ou seja, tomadas como texto. Ele o faz sustentado nas hipóteses de Paul Ricoeur (1989) sobre a possibilidade de interpretação da ação humana, cuja idéia principal é a de que o mundo não se pode apreender diretamente e em sua totalidade, isto é, somente indiretamente e em parte. Essas partes devem ser separadas da experiência, para se tornarem objeto de análise, e, no momento dessa separação, se tornam autônomas. A situação discursiva, em si mesma, é abandonada, é preciso que o seja, para se tornar em texto, este sim, o texto que poderá ser estudado. Essa discussão pode ser ampliada se levarmos em consideração as suposições epistêmicas levantadas por Derrida (1999), que propõe um alargamento da idéia de escrita. Ele sustenta que a escrita que o pesquisador realiza acerca do mundo não traz uma novidade de registro, pois as culturas e os povos ou os grupos já estão envolvidos num processo em que inscrevem e escrevem a sua própria cultura, não necessariamente recorrendo ao *logos* ou a *grame*, mas produzindo também inscrições rituais, gestuais, etc, isto é, fixando sentidos, textualizando significados. Ora, se o pesquisador se encontra no campo com um mundo de antemão, e de certa forma, escrito, textualizado, a diferença, ou distância, entre mundo da experiência e do texto se relativiza totalmente, e é totalmente subvertida.

²¹ T. M. “Cualquier acontecimiento social está ‘tocado’ por el lenguaje”; “...la observación sin el discurso es totalmente estéril”.

²² Discurso deve ser entendido aqui como um conjunto de práticas lingüísticas que sustentam, de diversas formas, relações sociais (Iñiguez, 2001).

argumentação de García (2000), em sua crítica à dicotomia observação-informação, também a observação é um fenômeno carregado de discursividade, já que, por exemplo, as observações são freqüentemente marcadas pelo discurso de informantes, e mesmo as unidades de observação, em seu tempo, espaço, extensão e abrangência, a atenção que se dá a cada elemento da imagem ou situação que se observa, é delimitada discursivamente, assim como os recursos para a sua interpretação. Essa afirmação pode ser estendida para abranger todos os outros procedimentos de pesquisa em etnografia.

5.5 A etnografia na rua, com adolescentes

A presença de adolescentes nas ruas das cidades se realiza de maneira muito dinâmica e variada. São muitos os tipos de atividades em que se envolvem (Alves et al, 2002) e em todas essas atividades o espaço é um elemento fundamental de regulação e formatação dessas atividades. Por isso, é imprescindível referir as categorias de análise ao espaço em que desempenham essas atividades.

O espaço da cidade, principalmente de suas ruas, demanda do pesquisador variadas adaptações de seu modo de olhar, algo que diz respeito às primeiras apreensões do contexto de pesquisa, tais como se sugeria anteriormente (aquelas que se podem fazer de antemão).

A primeira delas diz respeito a sua grande complexidade devido à profusão de elementos e processos que o ambiente “aberto” das ruas da cidade engendra. Isso implica um primeiro desafio a qualquer possibilidade de etnografia no espaço urbano, já que o que lhe caracteriza é a possibilidade de uma perspectiva **de perto e de dentro** (Magnani, 2002). No entanto, é indispensável, também ao método etnográfico, o seu esforço de reajuntar os

fragmentos de real que compõem a sua experiência de campo numa totalidade significativa. Os apontamentos oferecidos por Magnani (2002) para uma etnografia urbana incluem a necessidade de atentar para a paisagem urbana naquilo que lhe caracteriza como tal. Em primeiro lugar, é preciso notar os seus *equipamentos*, com os quais as pessoas e os grupos interagem ou dentro do qual o fazem, por exemplo, praças, estacionamentos, mercados, as vias de tráfego, calçadas, cruzamentos, etc. Em segundo lugar, os seus *personagens*, tipificados dentro dos regimes de sociabilidade que o espaço aberto da rua impõe sobre os que ela acolhe, os quais desenvolvem hábitos específicos. Por fim, atenção à natureza fragmentária dos processos que nela ocorrem, de modo que são muitos os seus tempos e espaços (num sentido mais imaginário que físico), são muitas as suas imagens. A categoria analítica que fornece integridade à experiência etnográfica, nesse contexto, é a de **arranjo**, o arranjo realizado pelos atores sociais que se encontram na rua, para significar a sua estada nesse espaço pela referência a paisagens de que participam, ou seja, a sua pertença, ou não, a elas.

Os regimes de sociabilidade definidos no espaço das ruas também supõem as *formas de negociação dos sentidos* que identificam personagens, pessoas e grupos no seu âmbito. Ora, o trabalho do pesquisador depende de sua inserção no campo de registro simbólico desse grupo, cujas culturas e práticas sociais ele pretende estudar, e a entrada nesse campo é um aspecto muito importante de sua abordagem. E, embora não se possa controlar o caráter dessas trocas – como já se discutiu –, é possível realizar o que Harrington (2003) chama de improvisação informada²³.

²³ A improvisação informada pode ser entendida como um tipo de prática de pesquisa que comporta uma flexibilidade limitada e orientada pelo conhecimento dos processos sociais envolvidos naquilo que produz a surpresa no campo de pesquisa. É uma forma aberta de investigar, mas ancorada em uma abordagem teórica.

Existem algumas maneiras de conduzir tentativas de entrada no campo – conhecidas, por exemplo, em pesquisas etnográficas com crianças –, que podem criar possibilidades de interação melhor dispostas à investigação etnográfica. Uma forma que pareceu bastante interessante pela sua simplicidade e adequação ao contexto da rua é aquela sugerida por Corsaro (2005), sobre a participação em grupos de crianças em pesquisas etnográficas, a **entrada reativa**. Embora pensada para facilitar a entrada nas culturas de pares entre crianças, a idéia de introduzir-se como “apenas” uma presença, disponível a abordagem dos adolescentes, à sua imaginação, promove um despojamento das características tipificadas de aproximação de um pesquisador. Essas características tipificadas certamente desfavorecem a participação por instaurarem desconfiança nos adolescentes pelo interesse de um estranho em suas atividades. Como já mencionada, sabe-se de sua constante atitude de suspeição relativa a adultos que lhes abordam. Essa é uma modalidade de abordagem compatível com as necessidades de respeito à dignidade desses adolescentes e à sua competência em produzir sentido sobre as situações de interação e sobre as pessoas com quem interagem.

5.6 Método, ou a produção de uma participação

Parece-me acertado descrever o método empreendido, quando se trata de um estudo com intenções etnográficas, pela apresentação, ou rememoração, do processo de entrada no campo, o que prefiro chamar de processos de *produção de uma participação*. Isso porque toda a *geração* de dados, a forma que a experiência contextual assume, da qual se

extraí conseqüências para o estudo, decorre diretamente das negociações realizadas nesse momento da prática etnográfica.

5.7 Elementos antecipados do contexto

A pesquisa à qual venho me referindo foi realizada ao longo de dois meses e meio, isto é, desde o início de junho até meados de agosto de 2007. Foi tomado como contexto para o estudo das condições de vida, dos processos de produção de identidade de adolescentes em situação de rua, um grupo predominantemente de adolescentes, algo em torno de 11 pessoas (trata-se de um número aproximado tendo em vista a rotatividade dos componentes desse grupo), cuja idade varia entre 16 e 42 anos (com exceção de três deles, todos os outros têm entre 16 e 18 anos). Entre eles há três mulheres; uma delas é mãe de outros dois, uma outra é sua sobrinha. Os demais não têm nenhum laço de parentesco.

Esse grupo “vive em um cruzamento” da cidade de Natal/RN. O espaço que circunscreve a sua presença, portanto, compreende os arredores de um cruzamento entre duas avenidas importantes da cidade, com grande movimento de carros e pessoas. Trata-se de um espaço amplo e pouco favorável à permanência de pessoas. O grupo em questão foi indicado a mim por uma cobradora de um ônibus, que me disse que faz muito tempo que esse mesmo grupo “mora” naquele lugar. As pessoas do grupo – a maioria, de fato parece meninos, e por isso passo a chamá-los por meninos – passam o dia inteiro nesse espaço, nos canteiros entre as faixas da avenida, nas calçadas. Lá eles trabalham (lavando carros, guardando carros, distraindo as pessoas com malabarismo e pedindo), comem, dormem, e passam a maior parte do seu tempo.

5.8 Procedimentos imaginados, caminhos percorridos: da observação participante à “participação observante”

Os procedimentos planejados para o desenvolvimento do estudo consistiam em observação participante, de que deveriam fazer parte também conversas informais com as pessoas do grupo e com outros atores daquele contexto. Em seguida seriam incorporadas às práticas de campo entrevistas semi-estruturadas sobre temas pré-definidos (percepção da vida na rua, atividades realizadas, percepção das formas de interação entre os diferentes grupos que participavam daquele contexto), mais uma vez com as pessoas do grupo em questão e com os outros grupos do contexto. Por fim, seriam produzidas fotografias, cujos temas seriam as atividades cotidianas dos grupos estudados, as quais serviriam para o registro visual do observado e para a composição de uma narrativa visual em apoio à narrativa escrita. Esses registros visuais seriam apresentados aos meninos para que compusessem falas sobre as impressões de suas próprias imagens e da imagem de seus pares (proposta metodológica adaptada de Nobre, 2003). Elas deveriam servir de estímulo à sua produção de uma narrativa de história de vida, objeto de entrevistas na fase final de minhas práticas de campo.

Conforme já assinalei em outro momento, o empreendimento etnográfico, embora deva ser planejado inclusive em suas minúcias, deve ser aberto e flexível para comportar a surpresa, mudanças de percurso e transformações de intenções e representações antecipadas. Essas mudanças e transformações pelas quais passou o modo de minha participação no ambiente do cruzamento e no grupo de meninos foram registradas por mim

como transformações contextuais. Os diversos contextos vivenciados são apresentados em seguida, de forma esquemática, de acordo com um modelo de análise inspirado naquele oferecido por van Dijk (1996). Segundo esse modelo, o contexto se compõe de diversos elementos que descrevem os processos cognitivos pelos quais os participantes de uma situação interativa são capazes de discernir as regras que estrutura a interação num contexto particular, e pelas quais também interpretam a sua própria participação, assim como a participação de outros nesse contexto. Tais elementos são: o tipo de contexto, que o situa entre as possibilidades mais amplas de estruturação da atividade de acordo com categorias básicas dos ambientes de interação; o *frame*, que é o modelo básico de orientação da atividade interativa num contexto particular e lhe fornece o sentido mais geral; a estrutura do *frame* é composta pelas propriedades que situam os atores em interação entre os grupos sociais e a forma como isso acontece, das funções desempenhadas por eles no interior da interação, de um determinado cenário para sua ação, das relações que são travadas em cada momento, as quais organizam esses atores em posições relativas à sua atividade; as convenções que estruturam o frame, isto é, que oferece especificamente as chaves de interpretação da atividade de cada um dos atores, segundo regras, normas de conduta, algoritmos comportamentais, para que possam coordenar mutuamente a sua atividade; o ponto de vista que situa a análise do desenvolvimento da ação contextual; a macroestrutura, que sumariza toda a interação; e as ações antecedentes que preparam e oferecem as condições de início e desenvolvimento da situação interativa.

Minhas primeiras aproximações do grupo em seu contexto consistiam, de fato, em uma prática regular de observação, ainda não participante, tendo em conta que a estratégia

de entrada no grupo que eu empreendia, no seu campo de experiências pessoais, era a entrada reativa. Assim, escolhi um *ponto de vista*, de onde fazia observações e construía o registro do cotidiano em um diário de campo previamente formatado. Pouco a pouco, a minha presença passou a provocar algumas reações previsíveis no grupo de meninos, ao passo que a minha própria presença naquele contexto, aos poucos também modificava a minha percepção do *setting*, tornando os meus sentidos mais acurados. A primeira reação dos meninos foi a curiosidade: tendo percebido a minha presença, em seguida a minha frequência constante ao espaço, os meninos passaram a me observar como se se perguntassem o que eu fazia ali, sentado, olhando e escrevendo. A reação seguinte pareceu de um certo incômodo, de modo que minha presença, antes tomada como uma simples presença, passou a elemento perturbador por seu caráter exótico e persistente. O quadro 1 descreve esse primeiro momento da evolução contextual de minha participação.

Quadro 1

Descrição esquemática das características do primeiro momento no contexto de interação no cruzamento.

Frames: M1. → presença de um estranho.		
Tipo do contexto	Cenário	Espaço público aberto e informal
Estrutura do <i>frame</i>		Semáforo num cruzamento entre duas avenidas (c), durante os turnos da manhã e da tarde.
		→ $G(p) ? \underline{e} F(s) ?$.
	Funções	→ s é um grupo com ≈ 11 pessoas: 01 adulta (42 anos), 01 adulto (29), 01 jovem (24) e 08 adolescentes – 01 menina e 07 rapazes – (16-18 anos). a) aparência: roupas, pés descalços, sinais de sujeira, de exposição ao sol, cicatrizes, os instrumentos que carregam (rodos pequenos, garrafas descartáveis adaptadas ao trabalho com limpeza de carros, carrinho com material reciclável); b) atividades – lavar carros e pedir
	Propriedades	

		<p>dinheiro no sinal, transportar água para o sinal;</p> <p>c) condições em que realizam práticas de cuidado de si – usam sempre os banheiros do posto de gasolina vizinho, comem no espaço aberto da rua, em quentinhas, em recipientes descartáveis, comida comprada em lojas de conveniência, padarias, ou comida oferecida por motoristas ou moradores da redondeza, sem o auxílio de louça; d) fato de guardarem as suas coisas e dormirem no mesmo espaço em que realizam todas essas atividades – o espaço da rua. Tudo isso sugere a sua situação de rua. Além disso, <i>s</i> se apresentou como “gente de rua”.</p>
		<p>→ <i>p</i> se vestia como qualquer outro passante daquela localidade: calção, camiseta e chinelos; portava uma bolsa tipo carteiro em que trazia um pacote com caderno e canetas, com que fazia diversas anotações ao longo do tempo em que passava no lugar, provocando estranhamento. Nem sua aparência, nem suas atividades possibilitavam a sua identificação a uma função clara. No entanto, <i>p</i> reivindicou o papel de observador.</p>
	Relações	<p>→ <i>F(s)</i> desconhecem/têm curiosidade/desconfiam de <i>G(p)</i> e <i>p</i> se interessa/desconfia de <i>s</i>.</p>
	Posições	<p>→ <i>s</i> são observados por <i>p</i>.</p> <p>→ não é notado o efeito de nenhum tipo de convenção que o estruture (estranhamento) de <i>s</i> e de <i>p</i>.</p>
Convenções do <i>frame</i>		
Desenvolvimento da ação contextual		
Macroestrutura		<p>→ <i>s</i> são observados por <i>p</i>.</p>
Ações antecedentes		<p>→ <i>p</i> {chegou a (c) e <i>p</i> permaneceu em (c) e <i>p</i> fez anotações} e <i>s</i> trabalham em (c).</p>

Um episódio bastante ilustrativo dessas transformações interacionais é aquele em que o olhar de um terceiro marca essa diferença de minha posição relativa ao grupo dos meninos. Enquanto eu via – desde o meu observatório – um dos meninos se dirigir a um carro parado no sinal, para propor ao motorista a limpeza de seu pára-brisa, esse menino parou, estancou a sua atividade, que permaneceu realmente suspensa por algum tempo, para

me olhar por um instante. O olhar que ele me lançou certamente comportava algum significado, e foi tão dessemelhante, que interessou uma outra pessoa – que passava de bicicleta pelo sinal –, que também o via, mas de maneira distraída, a ver também o que ele olhava. Isto é, a relação desse passante com o contexto daquele sinal, antes distraída, como a de alguém que vê, transformou-se em uma outra, como a de alguém que observa. Ora, essa dimensão do *ver* – pois eles me viam – que se recortou como *olhar* – como um ver que assume outros motivos –, essa dinâmica entre ver e olhar foi o que me levou a considerar a necessidade de me apresentar aos meninos para expor os meus motivos e intenções.

Por outro lado, à medida que os registros por mim produzidos já passavam a incluir minha própria presença, isto é, desde que a minha presença passou a ser contada como uma participação na vida do grupo, pelo modo como era recebida, representada, e pelos efeitos que causava em mim e no grupo, a tensão e a circulação de sentidos de parte a parte, se construía assim, justamente esse marco de minha entrada no campo experiencial do grupo. O que antes era uma observação se constituiu como observação participante.

As mudanças engendradas com essa operação foram, então, diversas e significativas. Quando me apresentei ao grupo os conheci também (ver quadro 2). Conheci um pouco de sua história, do modo como dão significado à sua experiência de estarem na rua. Minha presença no campo tornou-se mais tranqüila, sem a tensão da dúvida sobre estar ou não sendo inconveniente. Pude explicar quais os motivos de minha presença ali e de meu interesse neles. Apresentei-me como estudante, e contava que estava ali para fazer um estudo, quando um deles me disse que “sabia” o que eu estava fazendo. Disse que eu deveria estar ali para contar a história deles, a história da “gente de rua”. Todos pareceram satisfeitos com essa explicação. Fiz algumas colocações sobre o modo como eu contaria

essa história, onde e a quem, mas também me satisfiz com esse significado para a minha presença ali e tomei-o para mim mesmo.

Quadro 2. *Descrição esquemática das características do segundo momento no contexto de interação no cruzamento.*

Frames: M2. → (introdução).		
Tipo do contexto		Idem.
Estrutura do <i>frame</i>	Cenário	Idem.
	Funções	→ $G(p)$ anfitrião e $F(s)$ visitante.
	Propriedades	Idem.
	Relações	→ $G(p)$ desconhecem $F(s)$ e $G(p)$ sabem que $F(s)$ tem interesse x por eles e $F(s)$ tem interesse x por eles.
	Posições	→ s são abordados por p e p se apresenta a s – neste momento se configura a possibilidade de estabelecimento de uma relação simétrica/assimétrica entre s e p .
Convenções do <i>frame</i>		→ a) o visitante anuncia o seu interesse pela visita, b) os anfitriões convidam à entrada em seu próprio espaço e a tomar um lugar nesse espaço, c) os anfitriões dedicam certa atenção e amabilidade ao visitante e àquilo que ele tem a dizer, d) o visitante fala acerca de quem é e dos objetivos a que veio, e) os anfitriões reagem a essa introdução e procuram pontos de ancoragem do que se apresenta em seu próprio conhecimento, f) o visitante orienta essa busca, g) a visita se conclui pela despedida formal (com expressões institucionalizadas) entre anfitriões e visitantes.
Desenvolvimento da ação contextual		Idem.
Macroestrutura		→ p se apresenta a s .
Ações antecedentes		→ p se aproxima de s e p aborda um membro do grupo de s .
Observação		Desde a apresentação que fiz de meus propósitos, relatada no segundo momento, de fato, diversas possibilidades de outros tipos de relação foram suspensas. Um índice disse é

que um tipo de relação cuja ocorrência seria previsível, ou seja, aquela em que eles me pediriam dinheiro – como faziam com todas as outras pessoas que passassem por aquele espaço –, somente ocorreu duas vezes, em que eu fui abordado assim por pessoas que não estavam presentes no momento de minha apresentação. Mesmo assim, a abordagem dessas pessoas era “corrigida” pelos outros membros do grupo, quando eles diziam que eu era um visitante e que não trazia dinheiro.

Uma das pessoas do grupo – que passo a chamar pelo nome fictício de Cosme – se ofereceu para favorecer a minha participação no grupo (assumiu o papel de “informante”). Com isso, o regime de interação que passou a configurar minha relação com eles passou a uma outra qualidade. Porque nós passamos a nos cumprimentar, ao longo do dia; às vezes eu era chamado a fazer parte das conversas que tinham entre eles; espontaneamente, eles me falavam sobre opiniões deles acerca de acontecimentos naquele contexto, ou de uns sobre os outros do grupo. A princípio, eu participava do grupo na condição de “visita” – como eles me chamavam quando era necessário vetar um tema na minha presença –, mas, aos poucos, as formas de relação comigo iam se tornando cada vez mais sujeitas a contingências que me deslocavam da posição de “visita”, por exemplo, quando o humor deles afetava o modo como me tratavam. Assim, se o “sinal estava ruim” (o que significava que eles não estavam obtendo dinheiro, ou o tempo era desfavorável, e uma coisa ou outra acarretava mau humor), e eles estavam em um mau dia, não tinham nenhum problema em “não querer conversa”, xingar, sem que isso fosse de qualquer maneira constrangedor para eles (ver quadro 3).

Quadro 3. *Descrição esquemática das características do terceiro momento no contexto de interação no cruzamento.*

Frames: M3. → (visita/observação).		
Tipo do contexto		Idem.
Estrutura do <i>frame</i>	Cenário	Idem.
	Funções	→ $G(p)$ anfitrião/— \underline{e} $F(s)$ visitante/pesquisador.
	Propriedades	Idem.
	Relações	→ $F(s)$ se faz presente entre eles \underline{e} $F(s)$ tem interesse <i>de trabalho</i> por eles \underline{e} $G(p)$ conhecem $F(s)$ \underline{e} $G(p)$ sabem que $F(s)$ tem interesse <i>de trabalho</i> por eles \underline{e} $\{G(p)$ permitem que $F(s)$ esteja entre eles <u>ou</u> $G(p)$ se irritam com a presença de $F(s)\}$.
	Posições	→ p observa s \underline{e} s recebem a visita de <u>ou</u> se deixam observar <u>ou</u> repelem a presença de p .
Convenções do <i>frame</i>		→ somente as convenções a, c e g se repetem nessas situações da segunda a n ésima visita, com o acréscimo de mais uma convenção, em que h) anfitriões e visitante demonstram interesse mútuo. Relativamente ao segundo <i>frame</i> , não é notado o efeito de nenhum tipo de convenção que o estruture.
Desenvolvimento da ação contextual		Idem.
Macroestrutura		→ p visita s \underline{e} s se deixa observar <u>ou</u> não por p .
Ações antecedentes		→ p se apresentou a s \underline{e} p freqüenta (c) \underline{e} s aceitou a presença de p .

Minha participação se aprofundava, à medida que eu era incorporado à paisagem do contexto e em que diminuía a estranheza da minha presença. Aos poucos foram deixando de ser necessários os mútuos cumprimentos, os meninos foram se sentindo mais à vontade para estarem perto de mim, me oferecerem comida, me tocarem em situações inteiramente corriqueiras. Cada vez mais era como se eu fosse de casa, embora estivéssemos na rua.

Quando me senti confiante o bastante no fato de que poderia ter certo controle sobre o modo como lhes poderia propor algo novo em nossa interação, decidi que era oportuno pedir a eles que me permitissem fotografá-los. Eles não concordaram num primeiro momento, numa atitude que me pareceu desconfiada – muito embora, alguns parecessem interessados. Garanti a eles que sem sua permissão não os fotografaria de modo algum. Mas comecei a fazer algumas fotografias do espaço e dos arredores do cruzamento, inclusive do lugar onde eles dormiam e guardavam as suas coisas, com a permissão deles. Isso lhes pareceu divertido, e, como estavam interessados, perguntei se gostariam de ver as fotografias. Eles vieram, olharam, se divertiram e me disseram que eu os poderia fotografar. A princípio posaram para mim e eu lhes disse que imprimiria as fotografias e que lhes traria. Com isso eles me disseram que poderia continuar fotografando.

A empolgação deles com as fotografias começou a gerar uma expectativa nova com relação a minha presença. Eles gostaram muito das fotografias, e conversar sobre elas me permitiu conversar também sobre diversas outras coisas. Por exemplo, quando eles diziam que pretendiam levar alguma fotografia para alguém de suas famílias, acabavam falando sobre isso, de modo que um novo patamar de relação se inaugurava mais uma vez. Eles me chamavam de seu amigo, e Cosme, que é evangélico, me chamava de irmão.

Passaram a fazer parte de nossas relações, um regime de interação mais pessoal, interesse pessoal de parte a parte, e conversas interessadas sobre temas mais íntimos. Se em outro momento boa parte de minha atenção no campo se voltava para a necessidade de construir formas mais pessoais de participação, a partir desse momento a minha atenção passou a se centrar sobre a necessidade de não perder de vista o registro dos acontecimentos sob a forma que interessavam ao meu estudo. Com isso, o que se esboçou

foi uma experiência de estar sob os efeitos das negociações de sentido realizadas naquele contexto de forma mais engajada e aberta. Eu passava, então de práticas de observação participante para outras de “participação observante” (ver quadro 4).

Quadro 4. *Descrição esquemática das características do quarto momento no contexto de interação no cruzamento.*

Frames: M4. → (visita/visita mais próxima/observação/visita incômoda/sessão de fotografias).

Tipo do contexto		Idem.
Estrutura do <i>frame</i>	Cenário	Idem.
	Funções	→ G(p) anfitrião/— e F(s) visitante/pesquisador/amigo/intruso.
	Propriedades	Idem.
	Relações	→ F(s) se faz presente entre eles e F(s) tem interesse <i>de trabalho</i> por eles e F(s) se irrita com eles e G(p) conhecem F(s) e G(p) sabem {que F(s) tem interesse <i>de trabalho</i> ou que F(s) tem interesse <i>de ajuda/amizade</i> } por eles e G(p) {permitem que F(s) esteja ou apreciam a presença de ou repelem a presença} de F(s) entre eles.
	Posições	→ p {observa ou fotografa} ou descuida de s e s {recebe a visita de ou se deixa fotografar} ou {se deixa observar ou acolhe ou posa para fotografias ou repele a presença} por p.
Convenções do <i>frame</i>		→ as convenções mencionadas anteriormente se repetem para o primeiro e segundo <i>frames</i> , com a diferença que para o segundo deles, essas mesmas convenções se tornam mais flexíveis. Com relação ao terceiro e quarto <i>frames</i> , não é notado o efeito de nenhum tipo de convenção que o estruture. Com relação ao quinto frame, a) o fotografado aguarda que o fotógrafo prepare a câmera, b) o fotógrafo aguarda que o fotografado lhe indique o momento e o modo como a fotografia poderá ser feita, c) faz-se a fotografia, d) o fotografado demanda olhar como a fotografia ficou.

Desenvolvimento da ação contextual	Idem.
Macroestrutura	→ p visita s e s {se deixa observar <u>ou</u> deixa fotografar <u>ou</u> repele} por p .
Ações antecedentes	→ p se apresentou a s e p frequenta (c) e s aceitou a presença de p e s aceitou que p faça fotografias.

Em seguida a isso, conforme lhes anunciei, eu deveria finalizar a minha estada naquele contexto. O modo como arranjei de fazer isso foi trazendo todas as fotografias que havia feito durante o período que estava ali, para que pudéssemos conversar sobre elas, para que eles pudessem me falar sobre o efeito que elas geravam sobre eles. E pedi-lhes, também, que nesse momento eles em falassem sobre as suas histórias de vida, que as contassem a mim para que eu pudesse contá-las em outro lugar, conforme havia esclarecido, em outro momento, que era o meu objetivo.

5.9 Instrumentos

Ao longo de todo esse processo, os instrumentos dos quais me utilizei para a realização dos objetivos que tinha foram: a) três câmeras fotográficas diferentes: uma Olympus D-435, uma Nikon Coolpix 7600, e uma Yashica FX-D, com lente acoplada de 50mm; b) um gravador digital de voz Olympus W-10; c) um *diário de campo*, cuja formatação eu mesmo preparei. Nesse diário de campo eram feitos três tipo de registro: 1. notas de campo, com descrições de observação e impressões sobre os acontecimentos e seu significado, descrições de impressões acerca de minhas próprias percepções, produzidas no trabalho de campo; 2. comentários pré-analíticos a essas notas, produzidos e registrados ainda em campo, com a indicação de vínculo às notas de campo a que faziam referência; 3.

memorandos, com o registro de apontamentos analíticos assistemáticos. Nesse diário de campo também foram indexadas informações sobre o momento e as condições em que se produziram os registros de voz e fotográficos.

5.10 Outros comentários sobre os referenciais teórico-analíticos

O referencial analítico para o estudo das condições de existência e das formas identitárias com que estão implicados os meninos do grupo estudado diz respeito, em primeiro lugar, a toda possibilidade de interpretação das situações interacionais configuradas no contexto em questão, segundo os princípios anteriormente aludidos. Por isso, a análise de suas condições de existência, assim como o estudo das formas identitárias que lhes estão disponíveis, consiste na descrição dos processos de negociação de sentido, mapeamento das categorias sociais negociadas na interação mediada simbolicamente, na refiguração desses sentidos dispersos pelo ato de sua interpretação.

Em segundo lugar, também são objeto de análise as entrevistas realizadas (e transcritas) com os meninos e também com algumas pessoas de outros grupos que, de um modo ou de outro, afetam a experiência daquele contexto, os moradores daquela localidade. Essa análise visa às formas identitárias em um nível mais microscópico, e por isso se orienta segundo alguns princípios da análise dos processos comunicacionais em uma abordagem sociocultural. Esses princípios são sumarizados por Bucholtz e Hall (2005) desde a lingüística sociocultural, da seguinte maneira:

a) a identidade é uma propriedade emergente, e não um dado pré-existente:

isso implica que quando se fala em identidade como um fenômeno local e

contextual não se trata da identidade como produto de relações situadas no tempo e espaço, mas que ela é algo que emerge em situações específicas, portanto, deve ser estudada como um fenômeno situacional;

b) a identidade emerge como uma posição em uma situação de interação discursiva: isso implica que, embora alguma dimensão da identidade seja devedora de categorias sócio-demográficas, num nível mais básico, os sentidos que a compõem dizem respeito a posições discursivas constituídas como papéis temporários sob orientações comunicacionais assumidas temporariamente pelos participantes na interação;

c) as posições discursivas que constituem as formas identitárias são plasmadas em formas lingüísticas, cujo sentido depende de suas ligações semióticas com os significados sociais, estes sim, pré-existent, evocados na produção discursiva dos sujeitos em interação (princípio da *indexicalidade*);

d) os sentidos que constituem essas formas identitárias são construídos intersubjetivamente por meio de relações complementares variadas e sobrepostas, como similaridade e diferença, autenticidade e artificialidade, legitimidade e ilegitimidade (princípio da *relacionalidade*);

e) mais uma vez, os sentidos que constituem essas formas identitárias são construídos pela reciprocidade entre várias determinações parciais, conscientes e inconscientes, materiais e representacionais, pessoas e sociais, etc. (princípio da *parcialidade*).

Por fim, com relação à análise específica das entrevistas com os meninos, em que contam as suas histórias de vida, as formas identitárias engendradas nessa situação são analisadas sob o modelo de uma representação narrativa. As formas identitárias são inseparáveis de sua representação narrativa (Gover, 1996), de modo que a produção discursiva em que são engendradas faz parte de seu estudo. Trata-se aqui de discursos de certo modo fragmentados (não de fragmentos de discurso), e não de autobiografias escritas ou contadas pelos meninos. E isso tem que ver com o próprio contexto de sua produção, no ambiente da rua, na presença de diversas pessoas, numa conversa algo informal e sem a proteção institucional em que é produzida a maior parte dos relatos de história de vida em nossa sociedade. São, portanto, pequenas histórias que pretendem transmitir um a experiência pessoal sob forma oral (Labov, 1967; 1997). Contudo, mais próximas das situações dialógicas em que as formas identitárias são construídas discursivamente no espaço das práticas cotidianas.

Desde já é importante enfatizar que, embora o estudo da forma e conteúdo das narrativas tenha sua relevância, o que está em primeiro plano aqui é a própria existência discursiva do *self* e das formas identitárias. O estudo da narrativa, empreendido aqui, portanto, concerne à organização retórica e argumentativa do discurso que apresenta as declarações de identidade do *self* (Bamberg, 2004). Numa circunstância de contação de estória, numa conversação, são apresentados diferentes “me”, em função de tempos e espaços diferenciados, tematizados (objetivados) em diferentes constelações de personagens. Com isso, se constrói um entendimento particular de um “eu” que conta a estória, engajado no contexto conversacional. Emergem assim as formas identitárias para aquele que fala. Isto porque “o ponto de vista narrativo a partir do qual os seus personagens

[‘me’ e ‘outros’] são ordenados no mundo da estória deixa escapar... o ponto de vista de onde aquele que fala [‘eu’] representa a si mesmo” (Bamberg, 2004, p. 223)²⁴.

Posto esse princípio, o que se realiza então é uma *positioning analysis* (Bamberg, 2004; Bamberg & Georgakopoulou, no prelo), que toma a narrativa como uma narrativa-em-interação. Ora, “o espaço interativo entre os participantes... é a arena em que identidades são micro-geneticamente efetuadas e consolidadas e onde elas podem ser micro-analiticamente acessadas” (Bamberg, 2004, p. 225)²⁵. Partindo da suposição de que o mundo referencial da estória contada é função do engajamento interativo, portanto, aponta para o modo como o “eu” *quer ser entendido* (Bamberg & Georgakopoulou, no prelo), a análise começa pela atenção à organização imposta a esse mundo representado.

Serão localizadas I. as descrições e avaliações dos personagens e II. analisadas as coordenadas espaço-temporais em sua relação a categorias sociais e a ação potencial (*positioning level 1*). Será realizada III. a análise mais “próxima” do modo como os aspectos referenciais e representacionais da construção da estória são ajuntados em seqüências e arranjos pela interação dos participantes da conversa, em que a estória é interativamente preparada, e IV. discernidas as circunstâncias interacionais em que ocorre a produção discursiva, assim como V. o tipo de relação que o “eu” de quem conta mantém com o(s) seu(s) interlocutor(es), de modo que o faz regular retórica e argumentativamente o seu discurso, assim como o lugar de onde o(s) seu(s) interlocutor(es) o ouve(m) (*positioning level 2*). Por fim, VI. serão analisados os sentidos relativos ao lugar ocupado pelo pesquisador nessas circunstâncias interacionais de produção do discurso, que dizem

²⁴ T. M. “The narrative point-of-view from where the characters are ordered in the story world gives away... the point-of-view from where the speaker represents him-/herself”.

²⁵ T. M. “The interactive space between the participants... is the arena in which identities are micro-genetically performed and consolidated and where they can be micro-analytically accessed”.

respeito ao modo como o discurso lhe é dirigido e o lugar de onde ele se faz ouvir (*positioning level 3*).

Em seguida a todo esse processo até aqui descrito, o que se tem em vista é a reintegração de todos os sentidos produzidos em um sistema interpretativo para a experiência de campo com esses meninos.

6. Tempo, espaço e processos de produção de identidade sob um semáforo

6.1 Fenomenologia do semáforo

O modo como cheguei a saber da existência do grupo de jovens com quem realizaria esta pesquisa diz muito da imagem pela qual esses jovens são tomados. Não pelo que fiz para obter informações a propósito deles, mas pela forma e conteúdo das informações: entrei em um ônibus e disse à cobradora que estava procurando grupos de crianças e adolescentes que moram na rua, por causa de uma pesquisa, e ela me respondeu muito prontamente que nós passaríamos por um cruzamento onde havia “um monte deles”, um grupo que sempre fica, todos os dias, pedindo dinheiro, limpando carros, num semáforo... Esse grupo é bem conhecido de quem tem o tal cruzamento em seu percurso de sempre, bem conhecido das pessoas que passam por eles, com maior ou menor frequência. Havia tomado aquele ônibus enquanto estava à procura de um grupo de jovens de quem já ouvira, mas ainda não havia conseguido localizar. Tinha ouvido informações muito vagas – de amigos que os viram ou também ouviram falar deles, de outros conhecidos, que de uma forma ou de outra sabiam de sua existência. Informações vagas sobre quantos eram, o que faziam, acerca de sua aparência etc. No entanto, uma informação que me davam todos não era vaga e estava particularmente relacionada à minha declaração de que os precisava encontrar para estar com eles, e não somente saber deles: a informação era a de que eles eram perigosos e, por isso, eu deveria tomar cuidado com minha segurança.

Cheguei até o grupo, portanto, com informações de quem já havia passado por eles no cruzamento, e o que completava a informação de onde se localizavam era a advertência do risco envolvido em encontrá-los. Ora, o meu objetivo era investigar justamente os processos pelos quais as pessoas que eu procurava encontrar – jovens que estão vivendo na rua, isto é, que dormem, acordam, comem, brincam, trabalham na rua – constroem representações, imagens, discursos, sentidos acerca de si mesmas, de suas ações, de suas relações com os outros e de suas condições de existência. E, certamente, parte dos recursos simbólicos com que essas pessoas contavam para isso era a opinião que as outras pessoas faziam delas, o modo como elas eram representadas. É inegável que dessas “informações opinativas” com que tive contato de saída já apontavam para alguns dos temas sobre os quais eu deveria me debruçar. O principal deles, que mais me chamou a atenção neste momento, foi a relação da paisagem descrita de sua localização (um cruzamento, um semáforo) e a paisagem discursiva que também os situava (alteridade, risco).

Embora eu já dispusesse de certo conhecimento sobre pessoas que viviam na rua, esta foi, de fato, a primeira experiência concreta de relação com o mundo desses jovens, o contato com essa paisagem discursiva, mas não somente de ouvir falar de pessoas que moram nas ruas, como acontece à maioria das pessoas para quem isso não tem maior significância. Essa paisagem me afetou particularmente, conforme seu objetivo de prevenir, preparar, precaver, por em alerta acerca de algo da dimensão do desconhecido. Se o conhecimento acadêmico da população de pessoas que vivem na rua era uma mediação a um objeto abstrato, essa outra mediação foi a primeira entre mim e a alteridade real, material e mundana que eles representavam.

Assim, depois de ter me informado sobre onde estavam os meninos, desci do ônibus no lugar indicado. Eram oito e meia da manhã. Não avistei o grupo até estar bem perto da esquina onde eles ficavam. Fazia parte do *script* que eu deveria cumprir, algum tempo de observações preliminares, não somente naquele dia, mas ao longo de certo tempo, com o objetivo de decidir se aquele espaço e aquele grupo serviriam de fato aos propósitos deste trabalho. E, além disso, seria necessário me familiarizar com o lugar, com o grupo, com alguns de seus hábitos, de forma a estruturar o meu programa de visitas, etc.

O lugar – um cruzamento entre duas avenidas importantes da cidade – parecia completamente deserto de outras pessoas além de mim, dos meninos que avistei e de pessoas que não estivessem passando de carro. Ora, o espaço desse cruzamento é bem peculiar: trata-se de um ponto de fronteira, o final de um bairro, mas que não marca o começo de um outro (ver figura 4). Em uma direção, aquela da avenida que cruza a fronteira, o bairro que termina situa o final de um trecho de importância econômica, com muitas lojas, bares e supermercados ao longo de sua extensão; e o trecho de sua continuação é um caminho asfaltado de grande importância viária, por ligar agilmente pontos importantes da cidade, um caminho entre dunas e terrenos vastos, escassamente ocupados. Na direção da avenida que desenha esta fronteira, o que se tem é um caminho ladeado por estes dois espaços: o fim-de-bairro e um espaço-vazio.



Figura 4. Fotografia aérea do cruzamento das Avenidas²⁶.

Este é um espaço intersticial que localiza grande fluxo de veículos, desprovido de equipamentos para o tráfego de pedestres, mesmo as calçadas em seu entorno – ora muito acidentadas, ora inexistentes – desestimulam a passagem e repelem a permanência das pessoas (ver figura 5). Também não há muita coisa que exerça atração até ali: o entorno próximo desse cruzamento tem, além dos espaços desocupados, prédios também desocupados, um posto de gasolina, uma loja de artigos de jardinagem e paisagismo, e muitas casas. Por este motivo, a minha presença não poderia passar despercebida, porque ninguém mais estava lá e tampouco alguém mais teria motivos para estar naquele lugar. Quando percebi que cada vez mais o meu interesse por eles e por aquele lugar se tornava mais e mais indisfarçável, quando notei que esses meninos esboçavam movimentos em

²⁶ Fonte: Site do Google Maps. Acessado em 05 de dezembro de 2007, disponível em <http://maps.google.com.br/?ie=UTF8&ll=-5.841554,-35.22154&spn=0.002279,0.003648&t=h&z=18&om=1>.

minha direção, me resolvi a sair daquele lugar e adiar, de modo pouco discreto, o encontro completamente inusitado que aquele lugar nos preparava.



Figura 5. Fotografia do cruzamento.

No dia em que os encontrei, o que fiz foi observá-los de longe, e o que eles faziam era tão-somente se deixar estar, durante as primeiras horas de sua manhã, enquanto havia pouco movimento de carros na rua. Eu os observei fazerem nada durante algum tempo, conversarem, voltarem a dormir, sentarem à beira de uma calçada muito alta onde estavam, onde haviam dormido. Na esquina oposta, o lugar onde eu estava, havia diversos vestígios da presença de um grupo que morava na rua – provavelmente daquele mesmo grupo. Debaixo do toldo do prédio da esquina havia embalagens e sobras de comida, um pequeno espaço gramado em que havia uma falha, cujas dimensões são as mesmas que poderiam envolver uma ou duas pessoas deitadas, bem no lugar onde alguém poderia se abrigar do

sol ou da chuva. Aliás, aquela era uma época do ano em que chove bastante, e naquele dia em particular, o tempo nublado e a brisa fria sugeriam que cairia um chuvisco.

Notei que o grupo percebeu os traços particulares da minha presença – a de alguém que está observando –, e quando eles esboçaram movimentos em minha direção, foi então que me afastei, para evitar o encontro neste momento. Esforcei-me por adiar esse encontro até o momento mais oportuno, o qual, conforme eu imaginava, comportaria maior interesse mútuo que desconfiança, de modo a ensejar trocas reais que viabilizassem a continuidade de uma relação de convivência e participação. Desse modo, ainda fiz diversas visitas ao cruzamento, realizando observações, e decidi tomar o lugar como tema de meu estudo até o momento em que fiz o convite ao grupo para que participasse desta pesquisa.

Ao longo desse tempo pude me indagar a propósito dos diversos elementos deste espaço e tempo que compõem o ambiente do cruzamento/semáforo, as transformações que sofre ao longo do dia e da noite, com as mudanças ocorridas quando chove ou faz muito sol, quando faz frio ou muito calor, como os diversos programas que comporta são estruturados. Algo que deve ser imediatamente distinguido no que respeita às *práticas de espaço* neste ambiente diz respeito ao fato de que eram completamente diversas para o grupo dos moradores (das pessoas que têm suas casas no entorno desse cruzamento), para o grupo dos passantes (o grupo de todas as pessoas que passam por aquele cruzamento, de carro, ônibus, caminhão, motocicleta, bicicleta), e para o grupo dos jovens que vivem no espaço da rua daquele cruzamento.

Essas práticas de espaço dizem respeito à propriedade transformadora da ação que convoca o lugar ao seu serviço. Por isso, ao mesmo tempo em que a ação de alguém toma um lugar para enunciá-lo como espaço, para torná-lo em espaço de sua existência, essa

mesma ação re-produz o lugar, transformando-o em novidade. Numa acepção derivada e modificada de Certeau (1994), para quem “o espaço é o lugar praticado” (p. 202), as práticas de espaço realizam e promovem o lugar. Certamente, quando menciono a idéia de espaço, estou me referindo ao espaço experienciado, não o espaço geométrico, mas o espaço antropológico que Merleau-Ponty (1945/1994) descreveu.

Por fim, a descrição dessas práticas de espaço não concerne somente à relação desses grupos com o ambiente físico do cruzamento. Elas fazem parte do conjunto de suas práticas sociais, que constituem a realidade social em que esses grupos estão imersos, estruturam o cotidiano citadino e circunscrevem identidades sociais, distinguem formas de interação e apreensão mútua entre pessoas e entre grupos.

As primeiras práticas de espaço cuja consistência pude registrar foram aquelas relativas aos moradores daquela localidade. Eles saíam à rua para varrer a sua calçada, quando iam ao trabalho, às vezes sentavam à porta e olhavam o movimento, quando também se encontravam para conversar, recebiam outras pessoas a sua porta e, algumas vezes, saíam para oferecer aos meninos que vivem naquele cruzamento alguma comida ou para lhes trazer água, quando eram solicitados. De fato, a rua é uma parte de seu cotidiano, tem a forma do cotidiano, construída pela rotinização de modos de estar, e constitui aquela parte que é estruturada em função de um estar-fora de casa, e, mais particularmente, aquelas ruas dos arredores do cruzamento representam o “fora de sua casa”. Aqui é preciso lembrar a importância da distinção entre dois ambientes em que se inscreve diversamente o cotidiano das pessoas, duas categorias já mencionadas e descritas anteriormente: a casa e a rua. Conforme foi dito, a rua representa a negatividade em sua relação com a casa e, no entanto, as duas se orientam mutuamente como referência uma para a outra. É em função

disso que aquelas ruas se constituem, imaginária e simbolicamente, de elementos significativos e identitários, como a rua ao lado, a rua por trás, a sua rua. Aquelas ruas localizam a sua morada, lembranças, afetos, o ponto de partida e chegada de todos os seus percursos, localizam a sua vizinhança. O espaço das ruas, portanto, se constitui em *lugar*, à medida que se lhe define e se lhe confere significado a partir das experiências que também se ligam à casa e que compõem o *cotidiano* em seu exterior.

Conforme Tuan (1983), a organização e fixação semântica de um espaço, no interior da experiência, é o que transforma espaços em lugares: são os espaços de origem e fim, de permanência e de referência (Certeau, 1994). Assim, as ruas são alheias à experiência até serem apropriadas; espaços tornados lugares. Então, depois de serem refeitas como referência do cotidiano, são praticadas novamente como espaço. Contudo, a rua não se torna um lugar da mesma forma como acontece às casas, já que estas se representam em relação dialética com a rua, segundo a dialética do interior e do exterior.

Por isso, mais uma vez, o sentido da casa depende do sentido da rua, e vice-versa. Essa dialética separa territórios de existência e formas de existir, instaura lugares, mas diversamente. É por isso que a casa e rua não podem constituir referência uma para outra de modo completamente reversível. A casa é referência para a rua de um modo que a rua não pode repetir. A casa representa o interior na dialética do interior-exterior. Por conseguinte, todos que têm a casa como referência territorial estão inseridos em práticas de espaço diferentes daqueles que não têm a casa como essa referência.

Assim, quando, então, pessoas encontram outras na rua, as mesmas determinações territoriais se infundem sobre todos os que estão sob os efeitos dessa dialética, mas não sobre aqueles que não a vivenciam. Esse é o caso dos meninos que vivem na rua: eles estão

sempre no exterior, tudo fazem no exterior, em tudo dependem do exterior, não têm uma referência no interior. Segundo Bachelard (1957/1993), “o exterior e o interior formam uma dialética do esquartejamento [...] Ela tem a nitidez crucial da dialética do sim e do não, que tudo decide” (p. 215). Ora, com relação ao contexto de que tratamos, uma comunidade foi esquartejada, já que o grupo de meninos que vivem na rua foi apartado do laço social que liga as pessoas nos espaços da cidade, da mesma forma que os espaços foram apartados imaginariamente. De acordo com Certeau, Mayol e Giard (1996),

quanto mais o espaço exterior se uniformiza na cidade contemporânea e se torna constrangedor pela distância dos trajetos cotidianos, com sua sinalização obrigatória, seus danos, seus medos reais e imaginários, mais o espaço próprio se restringe e se valoriza como lugar onde a gente se encontra enfim seguro (p. 206).

Os meninos que vivem na rua, por seu vínculo à exterioridade, representam a negatividade nessa dialética, sendo de fora, do exterior, da rua. O modo como participam da vida social, no dia a dia, é mediado pelos sentidos vinculados à sua pertença à exterioridade. Isso promove uma relação peculiar com as pessoas inseridas de um outro modo na dialética do interior-exterior. Os meninos são inseridos aí somente como negatividade e, com isso, também representam o descontrole da falta de uma casa.

Entretanto, esse ambiente da rua não é o mesmo para os passantes. Obviamente também estão inseridos na dialética anteriormente mencionada, no entanto aquelas ruas não são tomadas pelos passantes em suas particularidades, da mesma forma como acontece aos moradores. Essas pessoas estão passando, em algum veículo, no caminho para o seu trabalho, para casa, para algum lugar onde desejem chegar ou de onde desejem sair, por

qualquer motivo. Quando são obrigados a parar no semáforo do cruzamento, o que fazem é esperar: os motociclistas põem os pés no chão, motoristas e caronas põem o braço na janela, batucam o painel do carro, os passageiros dos ônibus freqüentemente se ocupam com o que lhes é possível dentro do ônibus, mas todos olham para frente, e mesmo quando dirigem os olhos para o lado, o fazem distraidamente, como que relaxando da concentração no percurso que têm diante de si.

Por conseguinte, aquelas ruas e, principalmente, aquele cruzamento, se comportam como parte de um itinerário. O semáforo, como equipamento organizador e disciplinador do tráfego, marca um ponto em um percurso, na verdade, um ponto de espera, em que o motorista, assim como os passageiros de um veículo, são interrompidos em sua passagem. É um equipamento da tecnologia da movimentação que gera um outro ideal, um outro dos contratos de tráfego, um outro simbólico que sustenta as regras do tráfego, com o qual as pessoas nos veículos se relacionam, e cria também especificidades em seu espaço vital no interior dos veículos. Assim, o fato de estarem em seu percurso, compondo o fluxo, remetidas ao encontro com o outro ideal que regula a passagem, reduz as possibilidades de relação com pessoas concretas por que passam a quase zero. Com isso, as possibilidades identitárias que esses lugares poderiam oferecer também são reduzidas. E, por fim, o tempo do tráfego – que se inscreve na experiência do passante como urgência de passar, urgência de chegar – gera no interior da experiência do passante o *tempo-lixo*, a cada vez em que essa passagem é interrompida com finalidade organizativa.

Segundo Augé (1994), a prática de um espaço que extirpa aos lugares as suas propriedades relacionais, inditárias e históricas, torna esses lugares em *não-lugares*. E para ele, porque o espaço dos não-lugares não pode produzir relação nem identidade, o que

produz é “tensão solitária” (Augé, 1994, p. 87), “solidão e similitude” (p. 95). Entretanto, é preciso lembrar que as idéias de *lugar* e *não-lugar* são pólos que dizem respeito não àquilo que os espaços são, mas falam de como o espaço é praticado. Assim, o mesmo espaço é lugar e não-lugar, o mesmo tempo é *cotidiano* e *tempo-lixo*, porque as experiências se multiplicam neste ambiente.

A prática do espaço do cruzamento pelo grupo de meninos que vivem na rua é, ainda, diversa das práticas anteriores, dos dois outros grupos. O mesmo espaço cheio das significações já aludidas é ocupado e utilizado por eles para todas as suas atividades, as mais variadas. Já mencionei muitas vezes as suas atividades, embora não as tenha apresentado como práticas de espaço. Essas práticas inusitadas subvertem os sentidos atribuídos às ruas à medida que incluem nesse espaço todo o tempo vital do grupo, não obstante a rua não o acolha como outros espaços o poderiam acolher. Isto significa que muito embora eles façam as suas refeições na rua, a rua não acolhe o tempo do almoço ou o tempo do jantar, com os instrumentos, as práticas e as instituições que isso comporta: não há um horário certo ou uma faixa de horário provável, não há um espaço separado para isso, não há ajuntamento, não há além de uma pessoa comendo quando é oportuno. Assim também com o tempo de dormir e de acordar, pois a rua não oferece a intimidade que compõe a instituição desse tempo: não se pode garantir a tranqüilidade, nem as condições que se deseja, não se pode preparar o espaço, a não ser estendendo um colchão sobre a calçada. Mesmo o seu trabalho dificilmente toma as feições de trabalho, porque lhe faltam os traços do ambiente adequado.

Mesmo assim, ao entardecer, quando um dos rapazes do grupo que estava correndo sobre as dunas, suando um pouco, volta para o ambiente do cruzamento, vai tomar um

banho no posto de gasolina, e chega à calçada de uma das avenidas, num dos cantos do cruzamento, para estar com os seus, conversar, pensando, ainda, em trabalhar até que se aproxime o fim da noite; quando eles estão esperando os carros no semáforo, como se os esperassem para os receber em seu espaço; e quando recebem amigos de outros cantos da cidade, pessoas que vivem como eles. Nesses momentos, o ambiente não parece hostil, se reveste, também ele, com o véu do cotidiano. O ambiente oferece pertença, mas uma pertença construída pela presença transformadora da colonização de todo dia, isto é, pelas suas práticas de espaço.

Ora, esse ambiente resiste sempre à apropriação, pois o estilo de ocupação do seu espaço pelos meninos que vivem nas ruas é comparável a um caminhar pela cidade, sob a forma pela qual Certeau (1994) a define, “é ter falta de lugar. É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio. A errância, multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social de privação de lugar” (p. 183). Além disso, a forma de relação entre esse espaço e esse grupo negativiza a ambos, diante dos olhos de todos os outros grupos. É por isso que essa prática de espaço não inscreve, no ambiente do cruzamento, os traços do lugar, tampouco os traços do não-lugar.

Esse ambiente assume as feições de um híbrido, as propriedades de um *anti-lugar*, que oportuniza relações sociais e pessoais, mas situadas num tempo particular, uma *precipitação* entre a falha no cotidiano dos moradores e o tempo-lixo dos passantes, extremamente rápido e sem propósito, portanto criando relações adulteradas pela ação estigmatizante do viver na rua, e obstruídas em suas potencialidades de integração social. Segundo Giddens (1989/2003), as formas de interação que garantem o que chama de

integração social são aquelas ocorridas em situações de co-presença²⁷, as quais favorecem a reciprocidade das práticas entre os atores sociais. No entanto, as formas de interação ocorridas no ambiente do cruzamento não configuram condições plenas de co-presença nem entre os meninos e os motoristas e, tampouco, entre aqueles e os moradores.

Quadro 5. *Efeitos das práticas de espaço sobre o ambiente do cruzamento e seu entorno.*

Práticas Grupos	Espaço da rua	Tempo da rua
Moradores	Lugar- exterioridade	Cotidiano-parcial
Passantes	Não-lugar	Tempo-lixo
Meninos	Anti-lugar	Precipitação

A dinâmica relacional da rua prioriza a passagem em detrimento do encontro. Para Sennett (1974/2002), a modernidade transformou a vida íntima em um vértice para onde confluem todos os interesses, o que acarreta o recrudescimento da dimensão social da vida. Uma das conseqüências disso é que o espaço público está sendo rapidamente esvaziado, e um dos fatos que torna isso visível é o conjunto de modificações por que passa o espaço público urbano, que, ao mesmo tempo em que oferece acolhimento desde uma estética da visibilidade, promove o isolamento social. Com isso, segundo esse mesmo autor, o espaço público urbano “se tornou uma derivação do movimento” (Sennett, 1974/2002, p. 28), de modo que o sentido das ruas, e mesmo outros equipamentos antes destinados à permanência das pessoas, como as praças, somente conseguem sustentar a passagem. Além disso, parte fundamental da ansiedade que esse espaço é capaz de produzir diz respeito ao eventual

²⁷ Um conceito que toma da obra de Erving Goffman, para quem a co-presença significa o conjunto de condições de proximidade que garantem uma mútua percepção multidimensional entre agentes em interação.

constrangimento da movimentação que os equipamentos disciplinadores do tráfego acabam promovendo – esse é o caso do semáforo. Um dos sentidos do isolamento de que fala tem que ver com o fato de que “alguém pode se isolar num automóvel particular para ter liberdade de movimento”, e que também “deixa de acreditar que o que o circunda tenha qualquer significado além de ser um meio para chegar à finalidade da própria locomoção” (p. 29). Também conforme Hall (1973), “os veículos motorizados isolam o homem do meio ambiente e, ao mesmo tempo, impossibilitam o contato humano” (p. 270)²⁸.

A rua desfavorece o encontro de quaisquer pessoas. Mais particularmente, as relações entre o grupo de pessoas que vivem na rua e os outros grupos, especialmente, a sua relação com o primeiro grupo, por conta das práticas de espaço que são possíveis a ele no ambiente do cruzamento, sofrem de uma *lacuna de convivência*. Além disso, também a possibilidade de ancoramento a uma história produzida no interior daquele ambiente é sempre uma possibilidade pronta para ser esquecida, e as formações identitárias, assim disponibilizadas aos meninos, são aceitas enquanto não se podem rejeitar, conforme ficará claro mais adiante. Portanto, ao mesmo tempo em que as suas práticas de espaço lhes dispõem relações sociais, história e identidade, também lhes privam disso.

6.2 Esquemas de negociação da ocupação do ambiente

O espaço desse cruzamento, no entanto, não está em disputa, ao contrário, tem servido como meio pelo qual os meninos que moram na rua e os moradores da localidade têm negociado sentidos acerca de sua ocupação. E esses são sentidos que se infundem sobre

²⁸ T. M. “Los vehículos motorizados aíslan al hombre del medio ambiente y, al propio tiempo, imposibilitan el contacto humano”.

a vida de todas as pessoas de ambos os grupos. Esse foi o segundo tema para o qual a minha atenção foi convocada, desde o momento em que fui me apresentar ao grupo, momento em que eles me contaram a história de como vieram a se estabelecer naquela localidade.

Quem me contou a história de como eles chegaram àquele lugar foi uma mulher que chamarei de Maria, a mais velha do grupo, com 42 anos de idade, mãe de outros dois meninos que também faziam parte do grupo, e tia de uma menina também do grupo. Ela era negra, vestida com agasalhos naquela manhã um pouco chuvosa. Foi ela quem me recebeu para que eu me apresentasse ao grupo, foi ela quem me ouviu mais atentamente, quem me fez perguntas e quem me disse que todos ali se empenhariam em me ajudar quanto ao propósito de minha pesquisa. Mesmo assim, cada um se mantinha, a seu modo, sob certa independência da posição dela, e ela admitia isso com aquiescência à atitude de alguns deles, que me olhavam à distância, com desconfiança. Enquanto contava a história do grupo, ela mantinha uma atitude, um olhar bastante particular, sereno e algo risonho, com o ar de uma conversa matinal – o que de fato era. O que chamou a atenção foi o conteúdo de sua história em contraste com aquele tom que ela oferecia às suas palavras.

Segundo ela, o grupo está naquela localidade faz bastante tempo, mais de 10 anos. Mas ela não sabe ao certo quanto tempo, por causa das muitas idas e vindas que fizeram parte de itinerário de todos ali, e da história de ocupação daquele espaço por pessoas que morassem na rua. Ela contou que aquele grupo já havia sido totalmente modificado, e que nenhuma das pessoas do grupo que estava ali naquele momento fazia parte dos primeiros grupos que ela conheceu naquele lugar. Aquele grupo começou a ser ajuntado em outra localidade, embora nesse mesmo bairro, um pouco mais para dentro do bairro, na verdade.

Eles começaram a se juntar numa praça que fica nas redondezas da paróquia do bairro. Lá eles eram acolhidos por um velho padre que os ajudava a conseguir alimento e abrigo, às vezes, e que muitas vezes os protegia do assédio de vigilantes contratados pelos moradores do bairro para os expulsar daquele lugar. Durante muito tempo, eles resistiram às tentativas de removê-los dali, até que aquele padre veio a falecer e, com isso, eles perderam sua proteção. Desde então, vinham sendo retirados de lugar em lugar até chegarem a uns terrenos desocupados, onde construíram uns barracos, ainda dentro dos limites desse mesmo bairro, um pouco próximo de onde estão hoje. Mas esses barracos foram queimados pelas mesmas pessoas que os queriam repelir dali. Eles voltaram a construir os barracos que, da segunda vez, foram destruídos por tratores do poder público, que tentava evitar a invasão daquela localidade. Durante esse meio tempo, segundo o relato de Maria, diversas pessoas que compunham o grupo foram embora, desapareceram, morreram ou foram mortos.

Por fim, chegaram ao cruzamento em que estão hoje, e nesse lugar foram “aceitos”, na medida do possível. O que “aceitos” significa – segundo Maria – é que, até aquele momento, os moradores dessa localidade ainda não tentaram expulsar-lhes, que ainda conhecem algumas pessoas da vizinhança, as quais, vez por outra, os ajudam com algo, de modo que se sentem tranquilos. Uma outra pessoa do grupo, um que eu já chamei neste relato de Cosme, tomou a palavra para dizer que, mesmo assim, sofrem violência naquele lugar, que às vezes são ameaçados de serem tirados dali, e por isso, um dia eles terão que reagir a isso, porque, segundo ele, não podem ser tratados como cachorro, porque são “gente de rua”. Ele dizia que justamente por esse motivo merecem respeito.

Notei, com muito interesse, o fato de que a expressão de Cosme – gente de rua – acentuava a primeira palavra, ou, por assim dizer, a primeira dimensão daquilo que nomeava as suas condições de vida. Venho discutindo o fato de que as expressões que acabam nomeando as pessoas que fazem parte de grupos como aquele, seja no ambiente midiático, seja no ambiente acadêmico, e principalmente entre as expressões cotidianas, a acentuação das expressões que se compõem com o nome rua sempre recai sobre essa palavra, sobre essa dimensão. O que Cosme apontou é inusitado porque sua afirmação é a de que porque são “gente de rua” é que merecem respeito, enquanto que todos os outros discursos os situam como dignos de repressão, piedade ou, no máximo, cuidado. Em sua forma de dizer, Cosme não precisou anular o fato de que vivem na rua para fazer menção à sua plena dignidade de “gente”, como se precisassem completar essa dignidade pelo efeito de políticas públicas que lhes restituíssem uma parte perdida de sua dignidade. Em suas palavras não houve ressalvas ou coisas do tipo. São “gente de rua” e merecem respeito.

Com relação ao que dizem sobre a atitude de seus vizinhos, minhas observações até aquele momento confirmavam essa interpretação de Cosme e Maria acerca do fato de que eles parecem ter sido aceitos pela vizinhança – muito embora a observação feita por Cosme. Contudo, com o tempo, também pude notar que naquele lugar, no cruzamento, a sua presença provocou diversas reações de rejeição, às quais as transformações ocorridas no ambiente dão visibilidade.

Conforme vem sendo objeto de análise neste estudo, desde o início, a rua é um ambiente fortemente povoado pelos signos de um imaginário do descontrole e do risco, os sentidos mobilizados por esse imaginário se infundem sobre o viver na rua e, conseqüentemente, sobre as pessoas que vivem na rua. De fato, tais sentidos se fizeram

presentes no discurso do grupo de moradores, em conversas que tive com pessoas desse grupo. Segundo a sua opinião, o que levou aquelas pessoas do cruzamento a morarem na rua foi o fato de serem pobres, não terem casa para morar, não terem formação ou educação, sua carência de estrutura familiar, de trabalho, de comida; e o que faz com que não saiam da rua, é o fato de acharem a vida na rua mais fácil que uma outra em que tivessem de trabalhar, o fato de haver pessoas que os ajudem, o fato de estarem acostumados e, de certo modo, a omissão do Estado. Segundo as pessoas desse grupo, a vida nas ruas é uma vida sofrida, sem conforto algum e muito perigosa e cheia de riscos. Uma das moradoras com quem conversei, Regina, confirmou muito do relato feito por Maria com o seu próprio relato, acerca da violência sofrida pelo pessoal do cruzamento, dos desaparecimentos e das mortes. Entretanto, o relato montado para explicar a existência de pessoas vivendo nas ruas traz os mesmos elementos constitutivos da história da montagem do discurso que envolve a imagem das pessoas em situação de rua, entre os quais se incluem a desagregação familiar, pobreza, privação cultural e desvio moral.

Trago aqui os relatos²⁹ de quatro moradoras e mais uma moça que trabalha na loja de conveniência do posto de gasolina nas redondezas do cruzamento. Elas me contaram suas impressões sobre as pessoas que vivem nas ruas daquele cruzamento. Duas entre as moradoras aceitaram participar de entrevistas que eu pude formalizar pela gravação – as quais passo a chamar de Olga e Lourdes –, enquanto as outras duas, embora tendo aceitado conversar comigo acerca de suas percepções sobre aquelas pessoas, não quiseram participar de uma entrevista gravada – Regina, já mencionada, e outra que passo a chamar de Sônia.

²⁹ Todos os relatos apresentados neste trabalho foram transcritos de arquivos de áudio, de gravações de entrevistas. Eles foram transcritos com a utilização de símbolos cujo objetivo é reproduzir, com a maior verossimilhança possível, as características de oralidade em que foram produzidos. Ver convenções de transcrições no Anexo 1.

A moça da loja de conveniência, que chamo aqui de Teresa, também não quis gravar entrevista. Os seus relatos trazem diversos índices de polifonia que marcam, de outros modos, o vínculo da fala de cada uma delas a outros discursos. Dois exemplos são fundamentais.

O primeiro deles é um trecho da fala de Olga.

eles são... >a impressão que eu tenho é a seguinte<
*eles são pessoas humanas como nós somos*³⁰... certo?
 só que eles *não tiveram* assim... vamos dizer:... uma
formação... que nós tivemos... uma *educação*... uma
estrutura familiar que nós tivemos... aí... >por essa
 razão< é que eles estão aqui... *se encontram aqui*...
 mas *na verdade* eles são ta/ *pessoas humanas como*
nós... como eu já falei né?

O segundo relato é um trecho da fala de Teresa. Ela me contava que os meninos daquele cruzamento incomodam bastante a vizinhança com a sua presença, que usam drogas, *mas que não roubam, nem assaltam*. Segundo o que ela acha, se os meninos fizessem isso, já teriam sido retirados daquele lugar.

Para os dois casos, o índice de polifonia que se verifica diz respeito à criação discursiva de duas possíveis realidades, duas possíveis conclusões acerca de quem são os meninos que vivem naquele cruzamento, entre as quais se escolhe uma como verídica, correta. Em um momento, a afirmação de que os meninos *não roubam nem assaltam*, feita por Teresa, por ter sido introduzida por um operador argumentativo que cria uma situação de adversidade, conta com uma outra afirmação, com uma outra conclusão a seu respeito, a de que *eles roubariam e assaltariam*, suposta para que se lhe possa opor. Essa suposição é

³⁰ O destaque em itálico representa apenas uma ênfase dada por mim a certos trechos da transcrição, não é um item da transcrição propriamente.

colhida, obviamente, de um Outro discurso que os acusa disso, que, portanto, os aprecia de uma forma diversa daquela que é a apreciação feita por Teresa, já que ela toma partido em defesa dos meninos. Mais interessante ainda é o fato de que a argumentação de Teresa conta, para obter êxito, com outras premissas colhidas também desse Outro discurso, a de que o roubo e o assalto, se praticados pelos meninos, levariam à sua expulsão daquele cruzamento. Como a expulsão não aconteceu, ela decide pela conclusão de que eles não são ladrões e assaltantes. Algo semelhante é o que acontece relativamente à fala de Olga, quando afirma que *na verdade, são pessoas humanas como nós*. Assim como a conjunção adversativa “mas” cria discursivamente um outro mundo possível ao qual a conclusão decidida se opõe, a expressão “na verdade” reforça essa oposição. Assim, a conclusão de que os meninos não seriam *seres humanos como nós* é a conclusão possível e o seu contrário é a conclusão decidida. Essa fala revela ainda outra dimensão da relação com o Outro discurso. A estratégia argumentativa levada a termo por Olga, para conduzir à conclusão de que os meninos são *seres humanos como nós*, é uma em que ela oferece essa afirmação a despeito de uma outra: não a despeito de que os meninos não tiveram formação, educação ou estrutura familiar, mas a despeito de que estão na rua. Seguindo de perto a sua argumentação, a situação de rua vivida pelos meninos poderia levar a crer que eles são menos que *humanos como nós*, no entanto, quando essa situação se explica pelos outros fatores, anteriores à rua – falta de educação, formação e estrutura familiar –, assim se lhes devolve à condição de humanidade. A questão que permanece é “por que a situação de rua reduziria os meninos em sua humanidade?”. Ao que parece, é justamente a isso que responde a ênfase dada por Cosme à dimensão do humano em sua expressão “gente de rua”.

Algo que identifica a fala e a posição de todas as moradoras tem que ver com o fato de que todas as suas impressões e opiniões se sustentam sobre a lacuna de convivência, anteriormente mencionada. Isto é, o fato de que os territórios existenciais em que se situam cada um dos grupos – moradores e a gente de rua – não se sobrepõem, não há interseção entre os espaços e tempos do cotidiano de cada grupo, de modo que não há encontros entre eles, embora haja, de toda forma, o que se pode chamar de *proximidade*. Ou seja, embora as formas de interação entre os dois grupos em questão aqui ocorram em um mesmo tempo e espaço, isso não configura situações de co-presença, porque na interação que mantêm, todos eles percebem quando não estão sendo percebidos, e isso veta a possibilidade de coordenação da ação com o objetivo de controle das impressões. Lourdes, por exemplo, disse que não os conhece. Nas palavras dela: “eu não saio de casa, eu sou uma pessoa muito caseira”. Ela conhecia apenas duas pessoas do grupo, Cosme e Cirilo, a quem recebe em sua porta e a quem recomenda que não tragam outras pessoas consigo, não tragam a “galera” deles – em suas palavras. Quanto a Olga, depois que eu perguntei sobre que tipo de contato ela tinha com os meninos, ela me respondeu: “Não, nunca tive contato com nenhum deles”, e de fato me falou apenas daquilo que ela observa de longe, quando passa pelos lugares onde eles costumam ficar e do que ouviu de seus vizinhos.

No dia em que eu conversei com Regina pela primeira vez, me surpreendi quando vi a janela de sua casa aberta – uma casa que, até então, eu supunha estar abandonada, situada bem na esquina onde as pessoas do grupo que vive na rua passam a maior parte do tempo, e onde eu também passava a maior parte do tempo, desde que comecei a visitar aquele cruzamento. Esta casa estava sempre fechada e sem os sinais da presença de qualquer pessoa em seu interior. Da janela, eu via apenas o seu rosto, e foi assim que aconteceu a

nossa conversa nesse dia. Por fim, Sônia, que mora numa espécie de condomínio, com diversas casas protegidas por um portão sempre fechado, afirmou somente sair de casa para o estritamente necessário, além do quê disse evitar o contado com eles de modo ostensivo.

O relato dessas moradoras se confirma em minhas observações durante três meses, nos mais diversos horários, em que somente registrei três momentos de contato face a face com algum dos meninos. Aliás, contatos muito rápidos, quase sem palavras ou olhares: duas vezes para doação de algum tipo de comida, e mais uma vez em que eu observei de longe uma conversa muito rápida entre um dos meninos e uma senhora por entre as grades de seu portão. Também nos relatos de todas as moradoras, a forma pela qual elas se referiam a esse grupo de pessoas era sempre como “eles”, o pronome por excelência da relação a um objeto, índice das relações que não comportam intersubjetividade.

A conversa que tive com Teresa, no entanto, marca uma diferença interessante com relação a isso. Teresa, logo de início de nossa conversa, se referiu aos meninos como seus clientes. Disse que eles freqüentam a loja, fazem compras – quase sempre comida ou água – e que muitas vezes já pediram a ela o favor de preparar alguma comida que exija isso – alguma comida pré-pronta. Esse tipo de interação cria um espaço de convivência e, portanto, gera as condições plenas de co-presença, pelas quais ela e os meninos coordenam mutuamente os signos que oferecem para a formação de impressões. E essa relação justamente marca a diversidade de sua relação com eles.

Ora, a quase inexistência dos momentos de interação face a face entre a gente de rua e os moradores está no cerne dos processos de produção de sentidos acerca de quem são as pessoas por cada um dos grupos. A falta dessas situações produz, por meio do que venho chamando de lacuna de convivência, as singularidades na transmissão de informação social

que são observáveis nesse contexto. Segundo Goffman (1963/1975), a informação social “é uma informação sobre um indivíduo, sobre suas características mais ou menos permanentes, em oposição a estados de espírito, sentimentos ou intenções que ele poderia ter num certo momento” (pp. 52-3). Essa informação está ligada à identidade social e se transmite por meio de signos. Ainda de acordo com Goffman (1963/1975), ela é reflexiva e corporificada, ou seja, “é transmitida pela própria pessoa a quem se refere, através da expressão corporal na presença imediata daqueles que a recebem” (p. 53).

O que torna peculiar as situações de interação em que ocorre a transmissão de informação social nesse contexto é que, embora ela continue sendo reflexiva, a sua propriedade corporificada se verifica de modo peculiar. Os signos que transmitem informação social sobre os meninos que vivem no cruzamento não são somente signos da expressão corporal, mas – e principalmente – são os signos que se desprendem do seu corpo. Regina, por exemplo, contou que permanece com as janelas fechadas por causa da “bagunça” que o grupo faz em sua calçada, inclusive em horário muito inconveniente. Ela disse que as pessoas ao redor dali estão cada vez mais descontentes com os meninos, porque muitas vezes eles brigam entre si e, além da zoadinha que fazem, jogam garrafas e outras coisas uns nos outros, as quais atingem também as janelas das casas da vizinhança e chegam a entrar pelas janelas. No relato de Olga, além do fato de que a presença dos meninos ser marcada com essas características relativas aos objetos e signos que se desprendem de seus corpos, a sua presença, sob esses signos, produz justamente, insegurança.

é um medo... a *insegurança* né? e outra coisa... de qualquer forma a *presença deles aqui* é:.... é:.... é esse

negócio que eu estou falando a você né? que *gera vários problemas... sujeira... >ou... como é<... polui o ambiente... né? polui muito o ambiente....* hoje pela manhã eu saí de casa pra fazer supermercado... passei aqui em frente a essa casa... então... na ocasião em que eu passei tinham *muitas roupas sujas no meio-fio... nessa lateral aqui dessa casa... muitos restos de comida... também... no chão....*

Segundo o relato de Teresa, os meninos fazem muita *sujeira* na esquina onde eles ficam, no cruzamento, tanto que, por causa disso, uma clínica privada que funcionava no prédio situado nessa mesma esquina havia se mudado dali, deixando até hoje, esse prédio desocupado. Informei-me acerca disso com outras pessoas naquela localidade e pude confirmar a hipótese levantada por ela; mais que isso, essa mesma hipótese podia perfeitamente explicar também a desocupação de mais outros três prédios comerciais quase contíguos ao prédio onde funcionara a clínica mencionada. E essas não foram as únicas peculiaridades por mim observadas entre as características daquela localidade: também os prédios residenciais pareciam ter reagido à presença dos meninos, cheios de equipamentos de segurança e proteção.



Figura 6. Fotografias dos prédios desocupados como efeito da presença do meninos.

Os vestígios da presença do grupo de pessoas que vivem naquele cruzamento, ou melhor, os restos de sua existência ali, fazem mediação entre eles e a vizinhança, uma mediação que depende de sua relação de *proximidade*, uma mediação ambiental. Aos restos de sua existência naquele ambiente, a vizinhança tem reagido também expressando pelo ambiente a sua rejeição e insegurança. Por efeito daquilo que, do grupo, se deposita no ambiente da rua – os seus dejetos, restos de comida, seu lixo –, dos signos de sua presença – como os seus colchões, lençóis, a sua roupa limpa e suja –, e daquilo que, propriamente, se desprende do corpo das pessoas do grupo – é o caso do barulho que fazem, do cheiro que provocam –, o espaço vai sendo transformado, vai sendo abandonado ou ostensivamente protegido, por meio de muros, portões, grades de proteção (chamados pega-ladrões), cercas

elétricas e placas de serviços privados de segurança. Por esse motivo, embora de modo muito particular, a informação social transmitida por meio desses signos da presença dos meninos configura o estigma da vida nas ruas, obviamente, rejeitado pelo grupo, nesse contexto.



Figura 7. Ambiente do cruzamento como meio de negociação simbólica.

O ambiente do cruzamento, desse modo, vai se tornando em palco da tensão gerada entre esses dois grupos de pessoas. Os resíduos da presença dos meninos que vivem no cruzamento são resultado de suas práticas de espaço nesse ambiente; tomados como signos, esses resíduos veiculam informação social acerca da gente de rua. Eles são depositados no espaço de proximidade compartilhado por eles e pela vizinhança, a qual reage pela produção de signos de hostilidade. Toda essa produção, ao mesmo tempo material e simbólica, transforma o ambiente e provoca o acirramento da dialética interior-exterior, de

modo a encerrar cada vez mais para dentro os moradores e cada vez mais para fora a gente de rua. Ao passo que esses símbolos e materiais povoam o espaço compartilhado de proximidade, marcam a ocupação do ambiente pela gente de rua e levam à desocupação parcial do ambiente pelos moradores. As marcas de ocupação produzidas pela gente de rua oferecem a essa mesma gente novas possibilidades de práticas de espaço, que fazem desse ambiente um espaço de vida (onde se dorme, se come, se brinca, se trabalha); ao passo que a permanência desse grupo no ambiente do cruzamento, também altera as práticas de espaço dos moradores, as quais, nesse caso, foram incrementadas de tecnologias de proteção (ver figura 8).

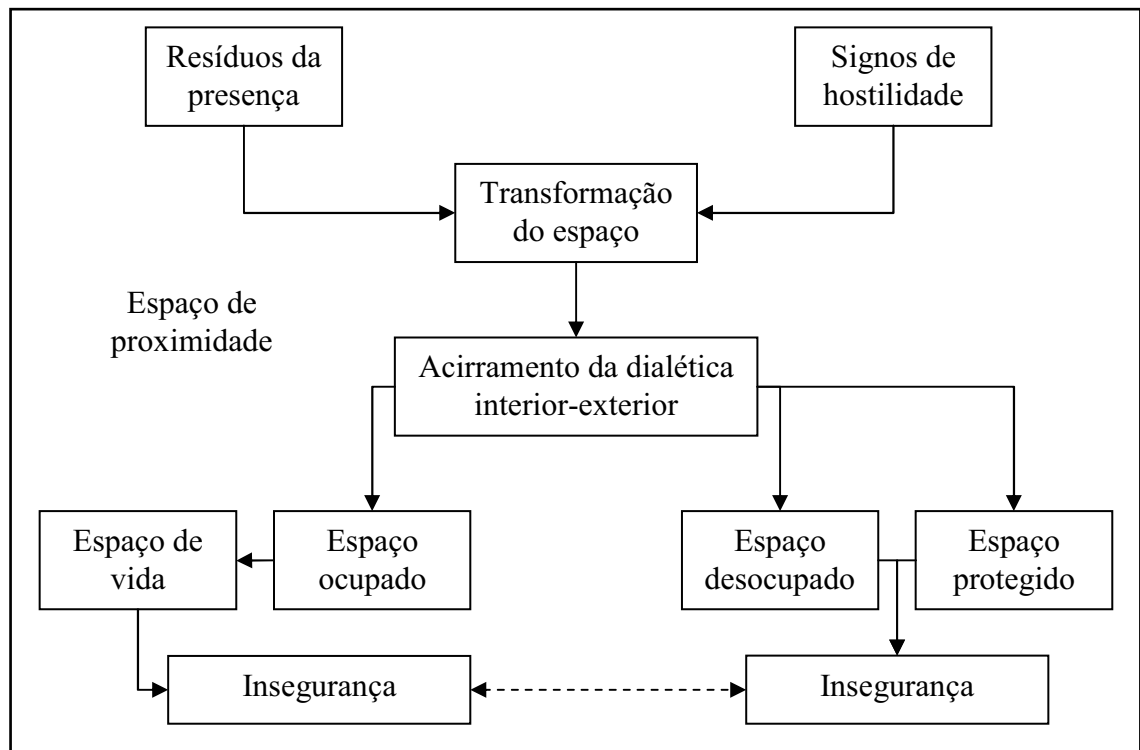


Figura 8. Resumo esquemático da negociação de sentidos mediada pelo ambiente.

Como se vê, as interações mediadas dentro do espaço dessa lacuna de convivência produzem não somente a transformação do espaço e o conseqüente acirramento da dialética interior-exterior, mas também a insegurança. Mais uma vez, segundo Giddens (1989/2003; 2002), o sentimento de segurança depende do controle da vida pela rotina, pela previsibilidade que os esquemas de ação da vida cotidiana impõem aos agentes em seus encontros diários. Na verdade, uma certa competência em discernir e reproduzir as condições de sua confiança mútua, “em cujo âmbito podem ser canalizadas e administradas as tensões mais primitivas” (Giddens, 2002, p. 75), dá fundamento à segurança. Para ele, justamente aquilo que dá liga à integração social afasta de cada indivíduo a ansiedade surgida em situações críticas, em que não se sabe o que esperar de si mesmo e do próximo. São, portanto, as rotinas engendradas pelas situações de interação social em co-presença que fazem sedimentar todos os sentidos concernentes à ação de todos os agentes com os quais se tem contato ao longo do tempo de um dia cotidiano.

Os signos produzidos pelo grupo de pessoas que vivem no cruzamento, entretanto, não estão sedimentados entre esses sentidos. Esses signos permanecem desgarrados dos outros signos que produzem confiança e familiaridade. Dois exemplos muito ilustrativos desse fato foram oferecidos por Sônia e Olga. A conversa que tive com Sônia foi bastante difícil, pelo fato de que ela não se sentia segura para conversar comigo sobre os meninos que vivem no cruzamento. Primeiramente, ela me pediu para que essa conversa ocorresse em outro horário e em outro lugar, para que os meninos não soubessem que ela falava sobre eles. Por sinal, nesse mesmo momento, passava por nós, enquanto conversávamos, um dos meninos do cruzamento, e ela me disse que ele passava ali somente para saber acerca do que nós conversávamos. Sônia me disse que faz de tudo para se sentir segura e que,

inclusive, “se faz de valente” quando tem de lidar com eles, para evitar que a dominem – segundo palavras dela. A respeito disso, ela me contou que certa vez foi abordada por um rapaz que passava na rua e lhe pediu um pouco de água. Disse que o rapaz lhe mostrou o braço e lhe falou que ali “corria o sangue dos Targino” (!). Sônia falou ao rapaz que era de Patu e que, por isso, não tinha medo de “Targino nenhum” (sic), e ainda, por causa do desaforo, não lhe daria água, para mostrar que não tinha medo. Arrematou, dizendo que “é preciso se mostrar valente com essas pessoas”.

Sônia me disse que faz muito tempo que observa “o pessoal do cruzamento”, mas nunca quis conversa com eles. Contou que ficou surpresa outro dia, quando uma menina, novata no grupo, também veio lhe pedir um pouco de água e lhe disse que era carioca, e que havia morado em Jacaré-Paguá. Ela contou que se perguntava o porquê de alguém vir de tão longe para lá, e que isso a deixava muito apreensiva. O que acontecia era que Sônia não dispunha de esquemas interpretativos para situar essa informação acerca de alguém do grupo das pessoas que viviam no cruzamento, e os sentidos que o estigma da vida nas ruas acionavam completavam a configuração da situação crítica, ansiogênica, de que fala Giddens (1989/2003). Com isso, a alteridade representada pelas pessoas desse grupo somente se agravava.

O exemplo oferecido pela fala de Olga é ainda mais esclarecedor acerca disso. Acerca do que ela pensa dos seus vizinhos,

se sentem inseguros... né? e que:: se sentem inseguros... que:: acham que eles... >vamos dizer< gritam... muitas vezes eu tô lá () em casa... e isso mesmo que eu sinto... eles têm sentido... os vizinho né? então assobios... *assobios alto*... né, que eles dão uns assobios bem altos que *eu não sei o que significa*

isso certo? esse assobio... e quando não é o assobio... é um gritando com outro... e essa vizinhança tem me falado tudo sobre eles... alguns telefonam... como uma Proteção Relâmpago... que tem aqui do lado sabe? Uma... uma segurança... o nome deles é Proteção Relâmpago... e outros ligam para o cento e noventa...

Aqui, a ansiedade é produzida por um assobio, e não somente produzida em uma pessoa: o assobio é um resíduo da presença dos meninos que se torna ansiogênico para um grupo de moradores, e chega a provocar medidas tão drásticas quanto acionar um serviço de segurança privado, e mesmo a polícia. Esse assobio é, com efeito, um símbolo da forma como os signos que representam o grupo de pessoas que vivem no cruzamento, mediados por este ambiente, são recebidos pelo grupo de moradores, fora de situações de co-presença, dentro de um espaço aqui chamado de proximidade. Esse símbolo – o assobio – transmite informação social acerca da diferença representada pelos meninos do cruzamento, carrega consigo um estigma, e remete ao estranho. Não obstante, o assobio assusta os moradores pelo desconhecimento de seu significado, e é justamente isso que provoca a sua insegurança, o horror de um mero significante.

Essa insegurança é a mesma provocada em mim pelas pessoas com quem conversei antes de chegar ao cruzamento, antes de estar entre as pessoas do grupo que vive ali, quando, então, cada movimento e gesto, cada palavra, poderiam significar muitas coisas, mas, por efeito do discurso sobre a vida nas ruas, tendiam a significar para mim, como significam para os moradores, hostilidade. Essa é também a mesma insegurança que não é sentida por Teresa, que os conhece como clientes, para quem eles não são estranhos.

Mais uma vez, é essa mesma insegurança que também os meninos do cruzamento demonstram relativamente às pessoas que figuram como estranhos para eles. Eles

apreendem o sentimento de medo e insegurança que a sua imagem cria, e a hostilidade que a insegurança produz nas pessoas ao seu redor, por sua vez, provoca a insegurança dos próprios meninos, como o ilustra aquilo que disseram duas meninas que fazem parte do grupo que vive naquele cruzamento.

Lúcia: aqui os povo xinga.... as pessoa homilham...

Pesquisador: por que é que você acha que eles fazem isso?

Raquel: porque nós faz programa.(1.7) e somo de rua....

Pesquisador: e qual o problema de ser de rua e fazer programa?

Jeane: (1.9) é:: (o seguinte)...

Lúcia: (1.5) é como se fo/... a gente pra eles fosse um bicho... um bicho de mato (1.6) ele tem medo... não sei se eles têm medo ou:: (1.9) mas pr/... no meu pensamento eles têm medo da gente... que a gente veve na rua... eles veve na sociedade... a gente já não somo... a gente somo de rua... eles não procura é: conhecer a gente... por exemplo... assim... você (1.4) você é diferente... e tem muita gente assim igual a você... também... entendeu? mas tem gente que já não é assim...

Esse foi o sentimento que elas tiveram em relação a mim, quando ainda não havia me apresentado e mesmo assim estava sempre por perto, observando. Mesmo depois de ter me apresentado, se fazia perguntas, por exemplo, acerca dos lugares onde eles se abrigam para dormir. Uma vez, quando eu sutilmente insistia com Cosme para que ele me contasse acerca desses lugares, acerca de quantos e quem exatamente fazia parte do grupo, ele me respondeu um pouco constrangido que há coisas que eles não contam para ninguém. Não fazia muito tempo, Cirilo havia sofrido violência de três rapazes. Estava dormindo num lugar não habitual, afastado dos demais, e foi acordado a socos e ponta-pés. Ainda estava

bastante machucado. Outras vezes em que se mostraram inseguros foi nos dias em que levei máquina fotográfica. Eles não queriam ser fotografados, e somente aceitaram depois que algumas pessoas do grupo atestaram a sua confiança em mim. Mesmo assim, uma vez em que eu fotografava um dos meninos – Ricardo, debaixo do semáforo, enquanto ele trabalhava –, esse menino me pediu para que eu parasse, segundo ele, porque “o povo vai pensar que ele está fazendo coisa errada”. O entendimento do cálculo feito por Ricardo tem de levar em conta a sua suposição acerca do que o meu ato de fotografá-lo no semáforo faria com que terceiros, os passantes – ou os moradores – suporiam acerca dele. Ele se apreende como alvo de suposições hostis por parte dos outros.

São dois, portanto, os principais fatores de insegurança para o grupo de pessoas que vivem no cruzamento: em primeiro lugar, a transformação do ambiente do cruzamento em espaço de vida os torna vulneráveis, porque os expõe às pessoas que conhecem a sua localização. O comportamento de outros grupos de pessoas que vivem nas ruas nesta cidade é mais nômade justamente para minimizar esse tipo de insegurança. Em segundo lugar, compõe o seu sentimento de insegurança esse modo de se apreender sendo apreendido pelo outro: em seu modo de ver, a imagem que se faz deles é a de que eles estão sempre na iminência de fazer “algo errado”.

6.3 O equívoco como mediação

Embora as conseqüências dessas formas de apreensão de si, do outro, e de si pelo outro, na maior parte das vezes não implique a reorganização das percepções de um grupo e de outros, isto é, ainda que elas tenham logrado êxito em estruturar o cotidiano das

interações entre os grupos, a dimensão equivocada dessas apreensões recíprocas é evidente. E neste caso, o equívoco aludido corresponde a não-coincidência entre os sentidos que cada grupo pretende para as suas práticas, mais uma vez, a despeito da funcionalidade das práticas ou das interpretações que elas engendram. O mútuo engano, portanto, tem uma importância particular na estruturação das formas de interação entre as pessoas do grupo que vive no cruzamento e as pessoas dos demais grupos, e o papel que o equívoco realiza é justamente de produção de imagens.

Ora, um dos mecanismos que compõem o equívoco das relações entre esses grupos – fundamental no processo de formação discursiva – é a articulação entre palavras e práticas, mais especificamente, o modo como algumas palavras deslizam entre as práticas de um grupo e outro e reproduzem imaginariamente os seus estilos de vida. Esse é o caso das imagens que orbitam em torno da palavra “cachorro”, cujo percurso tentei acompanhar e apresento aqui como um estudo de caso.

Essa palavra me chamou a atenção desde a entrevista com Lourdes. Eu lhe perguntava se ela compartilha o sentimento de insegurança de que outras pessoas daquele lugar já haviam falado, o qual haviam atribuído a toda a vizinhança. E ela disse o seguinte,

Não... eu não... primeiro eu sou muito católica... eu não tenho.. não tenho receio deles de jeito nenhum... de maneira nenhuma... nunca nenhum ali me soltou uma piada... nunca... não sei se atacaram eles aí... não sei né? >atacaram é ridículo a gente dizer isso né? *ninguém é cachorro*<... mas eu tenho o maior respeito... não tenho entrosamento com eles entendeu?

Após a entrevista, Lourdes me convidou para um café e continuou falando sobre a sua relação com esse grupo, e me disse que algumas vezes oferece comida a uma das duas

pessoas com quem ela tem contato, Cosme e Cirilo. Enquanto conversávamos, Cosme estava em sua casa lhe fazendo um favor: lubrificando com graxa os trilhos do portão externo de sua casa. Ela me disse que havia guardado um pouco de lasanha para oferecer a ele. Contou também que quando faz isso, não gosta de oferecer a comida em um saco, como vê outras pessoas fazerem, porque acha que isso reduz aquelas pessoas à condição de *cachorro*. Por isso ela entrega a comida em algum tipo de recipiente plástico ou de vidro. No entanto, como nem sempre os recebe de volta, passou a pedir deles que tragam esse recipiente para levarem a comida. Quando Cosme entrou na cozinha, onde Lourdes e eu estávamos, ela ofereceu a comida e pediu a ele que trouxesse um recipiente. Ele respondeu de pronto que não tinha nenhum recipiente em que pudesse levar a comida e pediu que a colocasse em um saco plástico. Completou dizendo que não precisava de vasilha nenhuma, porque “quem mora na rua, como eles, não pode ter muita besteira”.

No momento em que Cosme dizia isso, Lourdes me olhava extremamente constrangida pela situação. Então insistiu com Cosme para que ele fosse procurar o tal recipiente, que desse um jeito de conseguir um, ao que ele atendeu e saiu para tentar consegui-lo. Em pouco tempo, nossa conversa se encerrou e eu fui embora da casa de Lourdes. Não soube como aquele problema foi resolvido. Independentemente disso, os elementos dessa negociação de sentido, a despeito de Cosme e Lourdes terem-se dado conta, já estavam presentes. Enquanto estive entre os meninos do cruzamento, diversas vezes os vi comendo algo que recebiam em sacos. Em uma dessas vezes, em que um dos meninos havia recebido algumas fatias de pizza em um saco, Cosme, depois de ter-me oferecido um pouco dessa pizza, me disse que muitas pessoas se sentiriam humilhadas com

aquilo, mas não eles. Ele dizia que a caridade de alguém não os humilhava, que humilhação, para eles, era não ter o que comer, passar fome.

Desse modo, Cosme, assim como os outros meninos do grupo, não relacionava o fato de comer algo recebido em sacos plásticos com a condição de *cachorro*. Como já mencionei, Cosme repugna a idéia de serem tratados como *cachorro*, e mencionou isso relativamente ao fato de serem rejeitados em todos os lugares onde eles estejam – caso relatado anteriormente. A propósito disso, Cosme disse que deveriam ser respeitados por que são “gente de rua”, e isso implica condições de existência que comportam diversas peculiaridades determinadas pelo espaço e as tecnologias corporais, as quais têm lugar nesse espaço. No entanto, para Lourdes, não se incomodar em receber comida daquele modo é o que os coloca nessa condição. O que chama a atenção é que os sentidos circulam entre eles, por meio desses diversos desencontros, contudo, a idéia de “condição de *cachorro*” continua constituindo as imagens que mediam a interação entre esses grupos. Os meninos se apreendem sendo tratados como cachorro, e os moradores os apreendem como se colocando nessa condição.

Num outro dia, Maria achava engraçado o fato de Lourdes ter pedido a Cosme que conseguisse o recipiente. Segundo ela, se eles tivessem louça, talheres, esse tipo de coisa, teriam de conseguir também água e um lugar onde lavar e uma cozinha onde guardar tudo isso, isto é, uma casa. Ao mesmo tempo em que dispensam a preocupação com louça e talheres, também dispensam a preocupação com o lixo que produzem, que vem a ser o maior motivo de queixa dos moradores, motivo pelo qual eles são rejeitados naquele lugar. Assim se pode notar o papel estruturante dos desencontros entre os grupos na construção de sua proximidade, e das formas de interação que ela comporta.

6.4 O cotidiano dos meninos do cruzamento

Até agora venho mencionando de relance os diversos elementos, as muitas atividades que compõem o cotidiano do grupo de pessoas que vivem naquele cruzamento. Talvez seja preciso descrevê-lo em mais detalhe com o objetivo de avançar no entendimento dos processos postos em movimento na produção de todo o conjunto de representações, imagens e sentidos que descrevem o mundo para esses meninos e de representações, imagens e sentidos pelos quais eles pretendem se descrever para o mundo.

Num dia típico, as pessoas do grupo acordam quando já está claro, mas somente parte do grupo levanta antes das sete horas da manhã, enquanto a outra parte continua dormindo até quase nove. Quando chove durante a madrugada, todos eles acabam levantando mais tarde, talvez por que o tempo seja mais ameno nesses dias. Já quando chove durante a noite inteira, tendo começado antes que eles começassem a dormir, eles acabam se dispersando e nunca dormem no mesmo lugar.

Os que levantam mais cedo caminham pelas redondezas do bairro e pedem algo para comer em casas que já fazem parte de uma espécie de catálogo informal, com informações acerca de onde é mais fácil obter êxito e só raramente fogem a esse catálogo. Essas pessoas somente voltam ao cruzamento no tempo em que os demais também estão levantando. Algumas vezes, trazem qualquer coisa que tenham conseguido para repartir com os demais, outras vezes, o grupo dispõe de uma reserva de comida do dia anterior para aquele café da manhã, outras vezes ainda, quando dispõem de algum dinheiro, compram mais alguma coisa para comer.

Essa primeira refeição é a única que tem um horário mais ou menos provável, e a única em que a maior parte deles está reunida justamente para comer. Quando acordam, levantam-se aos poucos, sempre como quem não dormiu bem, meio indispostos, e alguns deles, gastam algum tempo sentados, olhando o dia. Até esse momento, muitas pessoas já passaram por eles, como se eles não estivessem por ali – talvez, já incorporados à paisagem daquele lugar. Como já descrevi, durante algum tempo, eles se deixam estar sentados nas calçadas que compõem aquele cruzamento, meio preguiçosos, e conversam sobre qualquer coisa: sobre a comida, onde e como foi conseguida, como está boa. Às vezes, aqueles que levantam mal-humorados são incomodados por aqueles que levantam de bom humor, então discutem e brigam.

Até por volta das dez horas da manhã fazem qualquer coisa desse tipo, e brincam também. Enchem a paciência uns dos outros por qualquer motivo: um dia, riam do fato de que um deles, querendo dizer DVD, dizia DBB, DDD... outro dia, encontraram um ratinho que, para o próprio infortúnio, quis atravessar a rua bem na frente deles: duas meninas que estavam com o grupo se assustaram, os meninos gostaram da idéia e esse foi o divertimento daquele dia. Uma outra vez, falavam acerca das desventuras amorosas de um dos meninos do grupo: alguns especulavam se ele era traído por sua namorada, outros afirmavam isso e se perguntavam porque ele não a deixava, e outros riam fosse qual fosse a situação.

Entre dez e onze horas eles começam a assumir seus postos de trabalho no cruzamento, pois é nesse horário, próximo ao almoço, que o movimento dos carros recomeça. Os lugares em que eles ficam esperando os carros são freqüentemente os mesmos. Djair, Magno e Roberto ficam na parte alta da Avenida 1, Ricardo fica na parte baixa da Avenida 1, Arlindo fica mais freqüentemente na parte baixa da Avenida 2, às

vezes fica também na parte baixa da Avenida 1, e Cirilo também fica mais freqüentemente na parte baixa da Avenida 2, mas às vezes sobe à parte alta da Avenida 1 (ver figura 9).

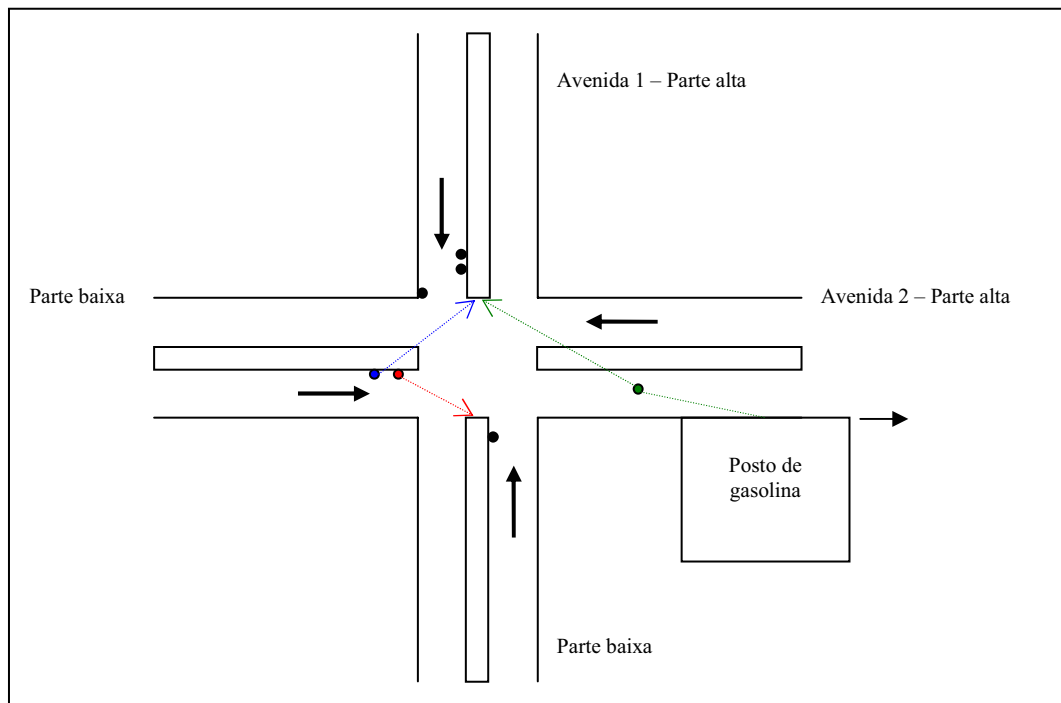


Figura 9. Representação gráfica da movimentação dos meninos no cruzamento.

O que eles fazem debaixo do semáforo é limpar os pára-brisas dos carros e pedir dinheiro em troca, ou, mesmo quando não limpam os carros, simplesmente pedem dinheiro. Para isso, é necessário que eles constantemente disponham de água para encher as garrafas com que molham os carros. Quem mais freqüentemente cumpre o papel de trazer essa água, e deixá-la armazenada no canteiro do centro da parte alta da Avenida 1 é Cosme, que a traz do posto de gasolina próximo ao cruzamento.

Quando vêem os carros, eles esperam que o semáforo feche no lugar onde esperam, então se dirigem aos carros, sem pressa, para oferecer seus serviços ou simplesmente pedir. Arlindo é malabarista – segundo ele, já trabalhou em um circo –, e o que ele faz é

malabarismo durante algum tempo, até o momento em que se dirige aos carros para pedir dinheiro. Ao longo do tempo em que fazem isso, algumas vezes param para descansar o corpo, descansar do calor e da insolação. Algumas vezes em que os observei, estavam descalços, pisando o asfalto muitíssimo quente; algumas vezes o sol estava tão forte que eles se molhavam, refrescando o rosto com a mesma água com que limpavam os carros, e esse gesto sempre me parecia índice de quão árduas são essas atividades e as condições em que elas são praticadas por eles. A pele de todos eles é muito escura, queimada e prejudicada pelo sol.

Muitas vezes a sua rotina lhes pesa muito, principalmente quando não estão tendo retorno de seu esforço no semáforo. Quando não obtêm dinheiro, ou, segundo eles, quando o “sinal está ruim”, ficam mal-humorados. Por isso e pelas diversas outras dificuldades que enfrentam, com as pessoas que passam pelo sinal e riem deles, que os ofendem. Também não têm hora para parar e comer, porque comem no momento em que ganham alguma comida ou no momento em que conseguem dinheiro suficiente para comprá-la. Uma terceira possibilidade é irem para algum lugar da cidade onde servem comida de graça ou por um preço mínimo, e mesmo assim, comem na rua também.

Vez por outra, eles recebem alguém no ambiente do cruzamento. Alguém que eles conhecem, que também vive nas ruas da cidade, em outros lugares. Quando essas pessoas chegam àquele espaço sempre são bem recebidas por eles, e essa visita nunca provocou nenhuma disputa de espaço. Aliás, nunca cheguei a observar, em qualquer momento, qualquer tipo de disputa por espaço entre eles.

Além de compartilhar o espaço de onde tiram o seu sustento, também parece ser uma regra observada por todos eles a de compartilhar a comida. Sempre que eles ganham

qualquer tipo de comida, eles a dividem ou guardam para alguém. Os únicos momentos em que os vi brigar por comida foram duas vezes em que o grupo inteiro recebeu comida de alguém que foi ao cruzamento exclusivamente para lhes oferecer, e um deles deixou de comer algo por ter chegado muito tarde ao lugar. Também compartilham as roupas. Segundo um deles, Roberto, a roupa que pertence a eles é a que estão vestindo, e isto por causa da dificuldade de guardar qualquer coisa que seja, inclusive roupas, à qual se acrescenta a dificuldade de mantê-las limpas. Ora, sempre que eles precisam descansar e se sentam, têm de sentar no chão da rua; passam o dia inteiro suando sob o sol; quando se preparam para dormir, mesmo que estejam limpos, mesmo que tenham tomado banho, já acordam sujos, porque dormem no chão, entre os lençóis que não têm como lavar sempre.

A rotina de que venho falando é a mesma, monótona, até tarde da noite, enquanto houver movimento de carros naquele cruzamento. Com o anoitecer, aquele ambiente se transforma completamente: torna-se cada vez mais hostil. Aliás, o anoitecer da rua torna mais evidente a dimensão antropológica do espaço. Obviamente, o anoitecer ali é mais impressionante para mim do que para os meninos que vivem no cruzamento. A sensação que eu tinha ao experimentar a noite daquele lugar era como aquela descrita por Merleau-Ponty (1945/1994), quando a descreve a propósito do espaço antropológico:

[A noite] Ela não é um objeto diante de mim, ela me envolve, penetra por todos os meus sentidos, sufoca minhas recordações, quase apaga a minha identidade pessoal. Não estou mais entrincheirado em meu posto perceptivo para dali ver desfilarem, à distância, os perfis dos objetos. A noite é sem perfis, toca-me ela mesma, e a sua umidade é a umidade mística do mana (pp. 380-1).

Com efeito, à noite era bem mais antipática, e o movimento dos carros a deixava assim: à noite eu desconhecia todas as ruas por onde passava, perdia de vista todo o horizonte, os carros deixavam o seu ambiente mais barulhento, as suas luzes incomodavam a visão e os olhos, os carros pareciam bem maiores e mais apressados, todo o ambiente mais tenso; e quando o movimento dos carros diminuía ou cessava, parecia despovoar completamente o ambiente, que se tornava mais sombrio. Mas todas essas mudanças, os meninos não as sentiam muito, antes, pareciam mais ágeis à noite, mais vivos.

À medida que o trabalho diminuía, eles ficavam mais brincalhões, conversavam cada vez mais entre eles. Muitas vezes discutiam e brigavam. Também conversavam mais comigo. Foi à noite que ouvi a maior parte das histórias que eles tinham para me contar. E quem mais conversava comigo era mesmo Cosme. Ele me falou das histórias de cada um dos meninos, de como cada um deles tinha ido parar ali. Disse acerca dele mesmo, que como a maioria ali, tinha uma casa, mas preferia ficar ali, no cruzamento, mesmo sabendo que não estavam fazendo a melhor escolha. Cosme me disse que fica na rua por três dias, juntando material reciclável. Quando tem o bastante para vender, volta para o bairro onde mora, que é bem distante dali, a pé. (Todos ali circulam a pé pela cidade inteira, não costumam tomar ônibus ou qualquer tipo de condução. Isso faz parte de sua cultura de grupo).

Segundo Cosme, e de acordo com outros meninos de lá, cada um deles teria uma casa para onde voltar, caso não tivesse perdido a família, caso não tivesse “arranjado confusão” no bairro onde morava, caso não houvesse brigado com as pessoas com quem morava, caso não houvesse “se metido com droga”. Quando ficava à noite lá no cruzamento, eu sempre via chegar embriagado algum dos amigos do pessoal. Além disso,

sempre via um ou outro dos meninos dar umas saídas, na direção da parte baixa da Avenida 2. Quando perguntava a alguém para onde se ia, sempre me davam respostas evasivas. Uma vez perguntei a Cosme, e ele me respondeu que os meninos gostam de sair, às vezes, para “tomar uma”, tomar uma bebida. O que confirmei uma vez em que segui um deles. Mas vi também que eles saem também quando querem usar algum tipo de narcótico, de droga. Quando querem fazer isso, também se dirigem para o lado das dunas, dos espaços vazios. Quando fazem isso, não querem ser incomodados ou observados. Nem todos usam drogas naquele cruzamento; certamente, a maioria.

Eles permanecem trabalhando até por volta das dez horas da noite. Ainda ficam brincando, conversando, comendo ou qualquer outra coisa até a meia-noite, ou uma da manhã, e então começam a se preparar para dormir, procurar um lugar seguro, procurar com o que forrar o chão, apoiar a cabeça, minimizar o frio ou o calor.

6.5 Tecnologias do corpo

Com efeito, ao longo do dia, a atividade que mais toma tempo aos meninos é o seu trabalho debaixo do semáforo, atividade muito peculiar. Enquanto estão no semáforo, eles abordam os carros para limpá-los e para pedir dinheiro a motoristas e outros passageiros. Todos os dias eles fazem isso durante doze horas, a cada vez em que o semáforo se fecha e param os carros, o que acontece, aproximadamente, de minuto em minuto. Esta, portanto, foi a atividade que mais observei, que observei com mais detalhe, que mais vi se repetir. É algo que está presente em vários contextos de muitas cidades no Brasil, em que esse equipamento cria o espaço e tempo de um mercado informal que acolhe pedintes de todas

as idades, com características muito diversas, mas que repetem quase que os mesmos procedimentos com o fim de obter dinheiro. Em outro estudo semelhante a este (Lewis, 2002), as características e a importância dessa atividade também foram notadas, descritas e analisadas.

A ação desses meninos no semáforo chega a ser estereotipada: eles aguardam no canteiro ao centro, entre as faixas de trânsito das avenidas até que o semáforo feche; em seguida, abordam os carros daquele que está mais próximo à faixa de pedestres ao mais distante; carregam pequenos rodos e garrafas com água e oferecem a limpeza dos pára-brisas; aceita ou não esta limpeza, eles pedem algum dinheiro, numa atitude gestual que se repete sempre; muito rapidamente eles seguem para o próximo carro. O tempo que cada uma das abordagens dura é muito curto, e ainda lhes permite abordar quatro ou cinco carros durante cada minuto em que eles param no semáforo.

Ainda que essa atividade pareça demasiadamente simples e trivial, a análise de sua elaboração revela a sua real complexidade, assim como a função que realiza entre os processos de produção de representação e sentido concernentes à identidade dos meninos que vivem naquele cruzamento. Essa elaboração é analisada pelo recurso à noção de *cálculo*, importante para a interpretação dessa atividade em função de que a idéia de eficácia é estruturante da abordagem de cada um deles – ora, isso se verificou pelo fato de ter sido um tema freqüente em muitas conferências que presenciei entre eles. Essa noção de cálculo, que ora apresento, corresponde a uma operação da consciência prática³¹ que permite aos meninos estruturarem a sua ação, pela organização de seus componentes, com

³¹ A consciência prática, segundo Giddens (1989/2003), diz respeito a um conhecimento do mundo social e concernente à própria ação do sujeito que, no entanto, não é elaborado discursivamente, não por efeito de qualquer barreira psíquica – como é o caso do inconsciente freudiano –, mas pela falta de recursos discursivos para a expressão desse conhecimento.

vistas à consecução de certos fins. Esse cálculo depende de uma inteligência também prática das condições materiais, simbólicas e sociais em que a ação é realizada.

O primeiro aspecto que concerne a essa atividade é o cálculo do tempo para a sua realização. O tempo que eles aproveitam é aquele que chamei anteriormente de *tempo-lixo* dos passantes – tanto condutores como passageiros –, aquele tempo curto em que eles esperam em seus carros e olham impacientes as luzes que lhe dizem para seguir ou não. Essa espera impaciente, juntamente com as características já mencionadas da situação, as quais tornam o espaço não-relacional e a-histórico, tornam qualquer abordagem impertinente. O tempo usado na abordagem dos meninos, então, calculado em função da eficácia, é rápido e não insistente, o menor possível, de modo que lhes permita também a abordagem do máximo de veículos possível. Essa é a apropriação que fazem do *tempo-lixo*. É um tempo que repete o tempo do semáforo, que eles não tentam estender, mas encolher cada vez mais, em que os meninos pleiteiam a porção de atenção que pode ser dedicada a alguém durante uma parada curta como aquela.

Esse tempo diz respeito ao tempo produzido pelas práticas de espaço dos meninos, que chamei de precipitação. Segundo Hall (1973), “o tempo e a forma em que se emprega é algo que guarda estreita ligação com a estruturação do espaço” (p. 265)³². Ora, já que o cálculo do tempo realizado pelos meninos tende a repetir o tempo do semáforo, o tempo do espaço do semáforo, os meninos estruturam o seu próprio tempo, aquele em que trabalham, com as mesmas características do tempo que tornam inviáveis as relações pessoais e a elaboração histórica no semáforo. O tempo é calculado para produzir interações não historicizáveis.

³² T. M. “El tiempo y la forma en que se emplea es algo que guarda estrecha relación con la estructuración del espacio”.

O cálculo do espaço que compõe também esta atividade é feito no interior do espaço informal em que acontece a interação, isto é, no interior da dimensão experiencial do espaço (Hall, 1973): é a distância observada entre as pessoas em um determinado “encontro”, portanto, figurando entre as práticas de espaço mencionadas anteriormente. A distância observada começou a se tornar relevante a partir do momento em que se pôde notar que ela se repetia. Ora, a relação entre os corpos e o cuidado com os corpos no espaço público, observados entre os rituais de aproximação e/ou evitação realizados na rua, apontam para a valorização moral de uma pessoa em relação à outra (le Breton, 1990). O cálculo do espaço, por causa de tudo o que ele acarreta, leva em conta diversas variáveis, as quais são adaptadas tanto ao próprio espaço – como efeito retroativo –, como também são adaptadas aos fins pretendidos pelos meninos com esses encontros. Essas variáveis dizem respeito, portanto, às possibilidades perceptuais de veiculação de informação social e as características mais próprias dessa espécie de interação social. Segundo essas características, precisamente, a distância “cumprida” pelos meninos pode ser descrita como *distância social* em sua fase *próxima* – conforme as categorias elaboradas por Hall (1973)³³. Essa distância é tal que oferece condições de contato visual pleno e troca material, condições necessárias ao tipo de interação pretendida pelos meninos (ver figura 7).

³³ Hall (1973) estudou em mais detalhe a sociedade americana, no entanto, a observação que fiz, a qual leva em conta as características sociais e perceptuais das situações de interação confirma as distâncias observadas por ele. As medidas para essa distância social são as seguintes: entre 120cm e 210cm, a fase próxima, e entre 210cm e 270cm, a fase remota.



Figura 10. Fotografia que mostra a observação da Distância Social.

Ainda dentro dessa mesma categorização, outras distâncias que oferecem essas condições são a *distância íntima* e a *distância pessoal*. A distância íntima é improvável por sustentar situações de interação muito diversas daquelas que o ambiente do cruzamento comporta. A diferença que marca o limite entre a fase remota da distância pessoal e a fase próxima da distância social é justamente uma das características mais pertinentes ao cálculo do espaço. Segundo Hall (1974), essa diferença é o “limite de dominação” (p. 189), isto é, aquele desde o qual se pode produzir uma sensação de intimidação, semelhante, por exemplo, aquela que alguém produz em outra pessoa simplesmente por estar a mesma distância, mas em um plano superior, como acontece em ambientes de trabalho em que um chefe mantém a sua cadeira mais alta que a cadeira das pessoas que ele recebe em sua sala. Do mesmo modo, a distância pessoal poderia produzir intimidação nos passantes, o que não seria desejável ao tipo de interação pretendida pelos meninos, além de transmitir

informação social indesejável, como é o caso do cheiro de sujeira. É por este motivo que a sua aproximação ainda guarda outras características, como o fato de ser frontal ou lateral. Por outro lado, uma distância mais remota inviabilizaria as condições de contato visual direto e trocas materiais.

Essa distância social, cumprida pelos meninos, integra um conjunto de tecnologias do corpo que lhes servem nessa abordagem aos passantes. A idéia de *tecnologia do corpo*, perseguida aqui, é aquela proposta por Marcel Mauss (1939/2006; 1934/2003). Segundo ele, as técnicas do corpo são “as maneiras pelas quais os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo” (Mauss, 1934/2003, p. 401). Em seus estudos, essas tecnologias dizem respeito a um conjunto bem amplo de práticas, como a de comer, dormir e várias outras – por isso, o relato feito anteriormente sobre o cotidiano dos meninos no cruzamento também toca a esse tema. Mauss (1934/2003) sustenta ainda que todas essas técnicas compõem “um sistema de montagens simbólicas” (p. 408) que estão em concurso com outros símbolos morais e intelectuais. As tecnologias do corpo que têm lugar no trabalho dos meninos no semáforo podem ser descritas em mais detalhe como cálculo do tônus, cálculo dos gestos e cálculo das expressões faciais. São todas elas tecnologias de produção de uma imagem a serviço do propósito de persuadir os passantes a darem dinheiro aos meninos. No relato composto por Lewis (2002), a importância atribuída a essas tecnologias corporais é marcante, como se pode ver,

Neste momento de parada as crianças têm a oportunidade de entrar em contato com seus potenciais fregueses. Os movimentos dos seus corpos se repetem a cada contato com os motoristas: a atividade laborativa é imediatamente seguida pela suspensão da mão aberta demandando algumas

moedas, acompanhada por uma leve inclinação da cabeça e um sorriso em tom de apelo. Estas são as estratégias utilizadas por estas crianças com o objetivo de comoção do outro. O apelo não deve ser visto aqui apenas com a conotação de vitimização, mas como um pedido, uma solicitação” (p. 46).

A importância dessa tecnologia se deve ao fato de que a exposição do corpo, no caso do trabalho no semáforo, substitui o mecanismo da demanda verbal pela qual os meninos abordariam os passantes. O corpo é o suporte material da troca social, tornado signo, vetor semântico, de modo que é a sua presença, simplesmente, que deve persuadir. Contudo, no caso particular da abordagem dos meninos aos carros, no espaço debaixo do semáforo, o corpo assume contornos muito peculiares no papel de suporte da interação. Embora conte com uma formação discursiva que dê conta de organizar os sentidos relativos a imagens de pessoas que moram na rua, acerca de como é a sua vida, a manipulação da imagem corporal é o instrumento de comunicação de que dispõem os meninos, já que o tempo e as condições ambientais do cruzamento tornariam a interação pela fala menos eficaz.

Aqui, um outro conceito, tomado de Goffman (1959/1999), adquire importância, a idéia de *representação* – numa acepção diferente da que vinha sendo usada anteriormente. A representação vem a ser justamente aquela atividade realizada em presença de outros, no tempo que circunscreve a interação, que exerce alguma influência sobre esse outro, cria nele uma impressão, a qual sustenta os termos da interação. As técnicas de representação incluem a produção de uma *fachada pessoal*, isto é, o “equipamento expressivo de tipo padronizado intencionalmente ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação” (Goffman, 1959/1999, p. 29). Esse equipamento inclui as vestimentas, o

sexo, a idade, a altura, a atitude, as peculiaridades da linguagem, e assim por diante. Constituem também essa fachada, os signos da *aparência* – que informam sobre o status social das pessoas e sobre o tipo de atividade em que estão envolvidas – e os signos das maneiras – que informam sobre o papel a ser desempenhado por alguém na interação.

As técnicas do corpo produzidas pelos meninos concorrem para a produção de uma gama de imagens que se sustentam sobre as idéias de docilidade e carência/necessidade. A começar pela montagem da fachada pessoal, a aparência dos meninos, que venho descrevendo desde algum tempo, cumpre um papel muito importante nesse momento. O fato de que os meninos se vestem com roupas bem maiores e mais largas que os seus corpos, a sua estatura, a forma de sua estrutura muscular, todas essas características lhes favorecem com a aparência de crianças e contribui na composição de uma certa imagem. Com efeito, muitas pessoas com quem conversei acerca dos meninos se enganaram relativamente à sua idade. Eu mesmo me enganei quanto a isso: certa vez quando conversava com eles e disse qual era a minha suposição sobre a idade deles – atribuí a eles bem menos idade do que a que realmente tinham – eles riram muito e de um modo que me fez acreditar que muito freqüentemente outras pessoas cometem esse mesmo engano.

As possibilidades de tónus são diversas. Considerando a figuras 11, pode-se notar, por exemplo, que o corpo se debruça para um lado ou para o outro, marcando duas atitudes diferentes, como timidez e arrojo. Com essas variações de tónus, a gestualidade – seja a mão estendida, a cabeça inclinada, o sinal de positivo, o piscar de olhos – compõe quadros semânticos diversos: a) um em que a mão estendida comunica um pedido, como que de reconhecimento – é preciso notar que o menino que pede na figura 8 porta malabares e evoca a imagem de artista de rua; b) outro em que as mãos recolhidas junto ao peito

comunicam uma solicitação, uma carência, e evocam a imagem clássica do pobre menino de rua. É a expressividade da face que completa o quadro semântico montado pelos meninos a cada vez que abordam os passantes debaixo do semáforo. As possibilidades expressivas também são diversificadas: fome, dor e sofrimento, que inspiram piedade; uma espécie de serenidade, que atribui dignidade à fisionomia; uma expressão mais veemente de sofrimento compõe em caráter de urgência uma solicitação de socorro que fazem.



Figura 11. Variedade postural na interação face a face.

Com relação a estas tecnologias do corpo, é preciso notar que o fator de eficácia do uso dessas diversas técnicas pelos meninos é uma regra de ordenação subjacente à organização dos encontros face a face. Essa regra diz respeito ao fato de que nesses encontros sempre se está negociando sentidos acerca de quem são os agentes em interação, o que mantém relação íntima, por exemplo, com a auto-estima dos atores envolvidos. Segundo Goffman (1955/1998), o que está sendo negociado é a *face* de cada um dos atores, isto é, aquela auto-imagem com que cada um dos atores está comprometido nos momentos de interação, que não pode ser perdida sob pena de que se percam com ela todas as coordenadas que orientam a interação – o que seria ansiogênico. Por isso, os atores envolvidos em uma situação de interação face a face se empenham em não perder a face,

não deixar escapar essa auto-imagem, e se empenham também em não por em risco a auto-imagem dos outros atores com quem interagem, assim como se empenham em salvar a própria imagem ou a auto-imagem alheia, em caso de uma ou outra ter sido submetida a risco. Isso se verifica em situações em que as pessoas se encontram e evitam ao máximo o constrangimento provocado por eventuais gafes. Conforme Goffman (1955/1998), “a manutenção da face é uma condição da interação” (p. 82).

Essa discussão importa àquilo que aqui se aprecia pelo simples fato de que a inteligência dessa regra é o recurso com que contam os meninos para produzir a eficácia de sua abordagem. Os meninos, lançando mão das tecnologias do corpo comentadas anteriormente, produzem uma face “prejudicada”, de alguém em situação de sofrimento, e isso corresponde à face em risco. Por isso é ansiogênico estar diante de alguém que sofre. Mais uma vez, e reciclando as palavras de Goffman (1955/1998), o motorista se sente impelido a salvar a face aos meninos

devido à sua ligação emocional a uma imagem que tem deles, ou porque sente que seus co-participantes têm um direito moral a tal proteção, ou porque quer evitar a hostilidade que lhe poderia ser dirigida caso os outros perdessem a face (p. 82).

Quando os meninos conseguem produzir o intercâmbio com os passantes, e os envolvem nessa situação de interação em que a sua face está sob risco, contam com o estímulo à proteção de sua face que essa regra oferece, a qual ordena as situações de interação face a face. A necessidade de correção do desequilíbrio produzida pela imagem dos meninos é feita pela compensação de sua face. É isso o que sustenta a eficácia da abordagem dos meninos, a possibilidade de que os passantes se sintam motivados ou

constrangidos a lhes restituir alguma dignidade, lhes oferecendo dinheiro ou outro tipo de ajuda. Existem outras possibilidades de reação a esse quadro semântico montado pelos meninos, que ratifica essa interpretação: muito comum é a reação em que os passantes oferecem uma outra face em troca, uma em que se lamentam por não poder ajudar, o que é também uma possibilidade de correção do desequilíbrio, mas uma que é produzida pela coordenação expressiva, também uma forma de compensação, uma adaptação à face produzida pelos meninos. Outra maneira de responder a essa montagem dos meninos é a técnica da evitação, que consiste na obstrução do vínculo interacional: é como simplesmente não dar atenção, não ver ou não ouvir os meninos no semáforo.

Assim, o tipo de interação instaurado sempre pelos meninos no semáforo se torna uma espécie de arena em que se disputa a elaboração da face: os meninos tentam produzir uma vantagem a seu favor, os passantes podem ou não entrar nesse jogo, jogando segundo as suas regras, e se o fazem, tentam reduzir essa vantagem por meio do uso de um outro conjunto de técnicas corporais, produzidas também gestual e facialmente, às vezes, também com palavras.

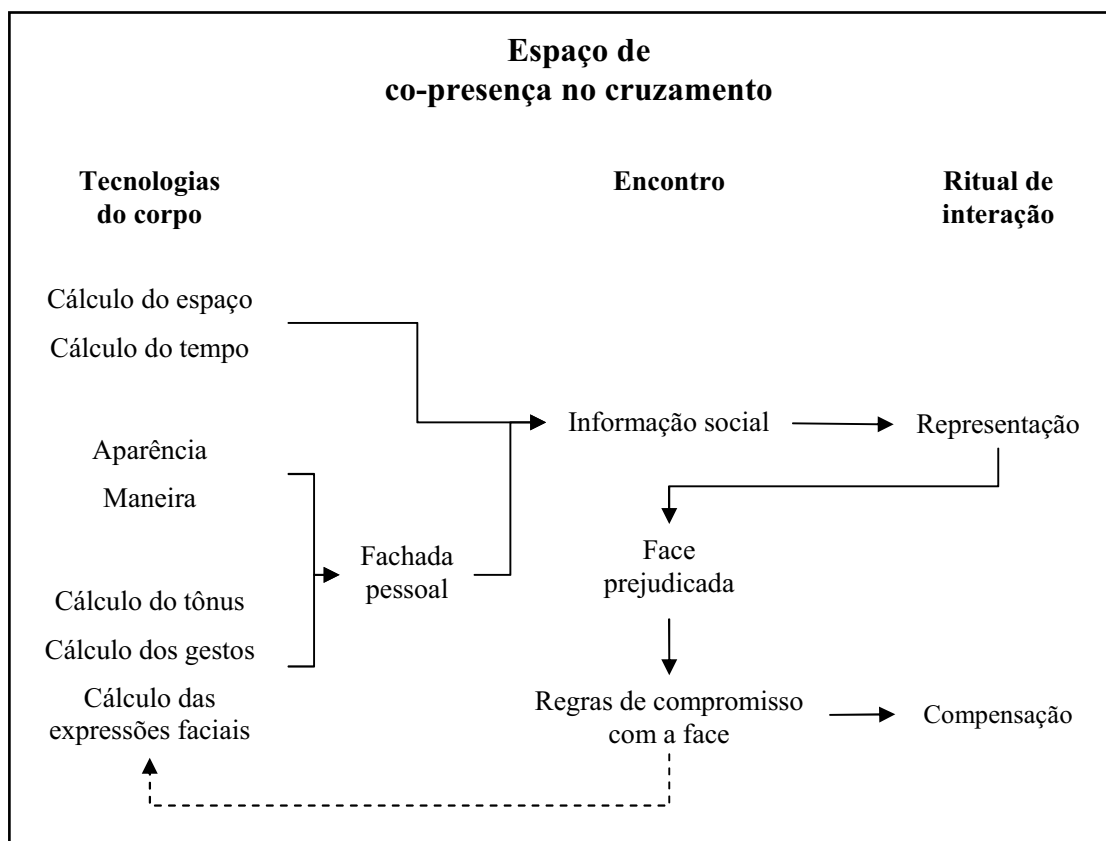


Figura 12. Elaboração da face no semáforo.

Entre os meninos, pude presenciar alguns momentos em que eles conversavam acerca dessa tecnologia do corpo e da expressão. Em dois momentos, isso foi tematizado em bastante detalhe. O primeiro deles aconteceu em uma noite em que eu estava entre eles, numa das esquinas do cruzamento e eles conversavam animadamente enquanto comiam alguma coisa que haviam conseguido no semáforo. Um deles me dizia que quem vive na rua tem que ter “educação” para se dar bem. Perguntei-lhe o que era “educação” e ele me disse que consistia em saber se comportar na rua, saber se relacionar com as pessoas. Segundo ele, era preciso ser humilde e estar disposto a “engolir sapo”, era preciso mostrar às pessoas que a ajuda é necessária, mas sem agressividade, para que elas não se irrite e transmitam esse sentimento às outras pessoas. Segundo ele, todas as pessoas precisam

acreditar que eles têm educação, que eles são gente pobre e gente boa, para que continuem ajudando.

O outro episódio foi ainda mais ilustrativo dessa inteligência da elaboração da face. Aconteceu quando um dos meninos, Ricardo, trabalhava como sempre no sinal e, enquanto abordava alguém, ouviu outra pessoa lhe xingar de um outro carro, dizendo que ninguém ali deveria dar nada ao pessoal daquele semáforo, porque eram todos vagabundos e marginais. Ricardo se irritou com essa pessoa e lhe devolveu os xingamentos. A pessoa que lhe havia xingado, um homem jovem, encostou o carro do outro lado da rua e desceu com o objetivo de alcançar Ricardo. Enquanto ele fazia isso, Ricardo rapidamente saiu de onde estava, ao mesmo tempo em que todos os outros meninos daquele cruzamento se aproximaram. O homem que havia descido do carro, vendo que não alcançaria Ricardo, desistiu de seu intento e voltou; em seguida, partiu dali.

Toda a cena foi bastante inusitada para mim, primeiramente pela forma como pareceu estruturada. As ações de todos até pareciam coordenadas. A atitude de todos os meninos naquele semáforo foi idêntica, não agressiva, não ostensiva, mas de alguma forma, produziram uma espécie de intimidação à tentativa daquele homem de alcançar Ricardo. A figura 10 mostra, por trás de uma árvore, um carro de cor escura de onde saía o homem que procurava Ricardo e, do outro lado, um dos meninos que se encaminhava tranquilamente para o lugar onde o conflito havia sido iniciado. Tudo aconteceu sem correria. A ação foi como que abafada pelo grupo.



Figura 13. Episódio de conflito no semáforo.

Em seguida a esse episódio, Cosme aproveitou o fato de estarem todos reunidos discutindo o que havia acontecido e produziu um verdadeiro elogio à docilidade: falou sobre a forma como se deveria abordar as pessoas no semáforo, dizendo que a humildade deveria estar “estampada no rosto”, que se deveria ser educado mesmo quando as pessoas não corresponderem a isso, e que, em hipótese nenhuma, se deveria fazer aquilo que Ricardo havia feito, porque aquela atitude produzia revolta nas pessoas com relação à presença do grupo ali, e poderia fazer com que essas pessoas quisessem que todos eles fossem retirados dali. Por isso, a estratégia a ser adotada em casos como aquele era, de fato, sair de perto.

O que parecia estar em jogo neste momento em que Cosme produziu o seu elogio à docilidade era algo como a necessidade de “manutenção do controle expressivo”. Ora, a representação que os meninos produzem é idealizada, como são todas as representações.

Essa manutenção, portanto, envolve um conjunto de esforços dirigidos a anular os comportamentos involuntários que contradigam ou maculem a representação idealizada do “pobre menino de rua”, assim como minimizar a sua força significante, sob pena de que se perca o apelo produzido pela pureza dessa representação. Tomemos, apoiados em Goffman (1959/1999), a impressão produzida pelos meninos como uma forma de contato e participação. Assim, o controle da impressão é, por conseguinte, o controle do contato; ainda mais, a limitação das possibilidades regulatórias dessa impressão é limitante também da regulação do próprio contato dos meninos com os passantes. Os elementos da informação social com que os meninos podem contar mantêm uma estreita ligação com os elementos rituais da interação que eles visam criar, e o fracasso no manejo dessa informação determina o fracasso de seu projeto de montagem da interação, a contaminação do ritual pretendido.

Ainda segundo Goffman (1959/1999), “a coerência expressiva exigida nas representações põe em destaque uma decisiva discrepância entre nosso eu demasiadamente humano e nosso eu socializado” (p. 58). Isso nos permite pensar, em primeiro lugar, que o empenho em produzir essa coerência expressiva aponta para uma dimensão da socialização dos meninos que trabalham no semáforo, que produz neles as tecnologias do corpo de que se fala aqui, e que regula o seu desempenho, e isso de forma muito rígida por causa da articulação dessas tecnologias com as suas estratégias de sobrevivência. Em segundo lugar, isso faz pensar também no porquê da exigência social acerca da necessidade de docilização da imagem do “pobre menino de rua”: essa é uma medida tomada em função da eficácia apelativa da imagem. Se tomarmos a docilidade como uma questão de coerência, somos

levados a pensar que a docilidade é estruturante da imagem que os meninos precisam produzir para poderem obter êxito em sua abordagem.

Com tudo isso, uma série de outras práticas realizadas pelos meninos pode ser esclarecida. Uma das técnicas de proteção da representação de que Goffman (1959/1999) fala é a restrição do acesso à “intromissão inoportuna”, que concerne à visita de alguém – estranho ao grupo – à sua intimidade. Com isso também, a imagem idealizada com que contam os meninos poderia ser desfeita. Por esse motivo, os meninos protegiam tão bem certos lugares, certas conversas que tinham, de minha presença.

6.6 Imaginação, imagens e produção da alteridade

A imagem que os meninos fazem de si é muito frágil, porque está sempre sendo construída e reconstruída entre extremos de valorização e desvalorização. E a produção de sua alteridade tem um papel fundamental no cultivo dessa imagem. A dinâmica da relação entre a alteridade e a auto-imagem é responsável por engendrar, de forma simultânea e dialética, uma outra relação entre *self* e *anti-self*, digo, entre os sentidos juntamente arranjados para o si-mesmo e para o si-mesmo tal como se apreende sendo apreendido pelo outro, numa relação dialética.

O *anti-self* que engendra a produção dialética do *self*, no cotidiano dos meninos que vivem neste cruzamento é descendente direto do imaginário social acerca do *menino de rua*, vagabundo, criminoso ou carente. Essas são as três possibilidades imagéticas que mediam as suas relações cotidianas, entre as quais os meninos têm de escolher como recursos para significar a si mesmos. Os trechos de entrevistas, transcritos logo em seguida,

realizadas com os meninos, revelam o processo pelo qual essas imagens se tornam disponíveis e são utilizadas como recurso de significação.

Djair: pessoas? às vezes a pessoa não é nem aquilo que... que os pessoas? às vezes a pessoa não é nem aquilo que... que os outros pensam... mas no... no pensar do (1.9) de outra pessoa... eles pensam que a pessoa é o quê? um vagabundo... é um cheira-cola... é:: é tudo que eles pensar... a gente somos na... é::... na cabeça deles né?

Pesquisador: por que que você acha que as pessoas pensam... pensam assim? pensam assim de você?

Djair: porque... *só em viver na rua* (2.5) é:: *acho que é tudo né?* diz “ah... esse menino não tem o que fazer... acho que nem vou chegar perto dele... nem toma banho... é::... vive fedorento pra cima e pra baixo... e:: pode até me assaltar aqui pra querer usar uma droga (1.2) qualquer”... então é por isso que é:: nós... meninos de rua... temos muito desprezo... sabe? da comunidade (2.5) mas fazer o quê né? nós não podemos fazer nada... às vezes... às vezes aqui... acolá aparece uma mão amiga... dá um prato de comida... mas muitas pessoa (2.2) quando a pessoa tá numa rua... fecha as porta (2.2) às vezes chama até a polícia.... a polícia... bate na gente (2.7) e a gente não tem como fazer nada (2.1) enquanto cem alevantam a mão pra nós... dessas cem... muito raro... uma dá a mão pra ajudar a gente... com um bom coração né?

Note-se que a rua é o signo que *diz tudo*, em torno do qual orbitam todos os elementos do discurso em que esses meninos vão buscar sentidos e imagens para a representação de seu próprio *self*. E desse discurso faz parte a casa, o signo mestre que oferece contraste à rua, a cuja imagem faz simetria, completando o seu sentido. A casa é sempre a alternativa à rua.

Arlindo: eu acho que tô:: é::... tô errando muito porque tô na rua... é:: assim... tô errando muito (2.4) eu acho que tô errando muito na rua... é: que eu tô na rua (sabe)? eu não tô em casa... () com minha mãe... com minha mãe... eu não to: aí tô na rua...

Raquel: e a rua não é lugar de ninguém...

Lúcia: =e a gente não vai ter oportunidade de:... de viver aquela vida que:... que:... é pra viver... uma dona de casa... tem seus filho.. cuida dele (1.5) cuidar de uma casa... a gente não vai mais ter essa oportunidade... eu acho...

E possibilita a imaginação de mundos bastante diferentes, aos quais correspondem vidas muito diversas, sob apreciações distintas. Isso o mostra a fala de um dos meninos quando lhe pedi que descrevesse a si mesmo nesses dois ambientes.

Pesquisador: como é o: Jairo menino de casa?

Djair: o menino de casa?

Pesquisador: como ele é?

Djair: acho que (2.0) o menino de casa é:: bem vestido né? mais cheiroso... mais limpo né? e:: <talvez (2.3) é::>... ele tem seu estudo... tem seu trabalho... às v/... olhe lá... às vezes s/... quando aparece... tem seu trabalho... tem seu estudo... estudo é: passa o dia trabalhando... a noite vai pro e/... vai pra escola... retorna pra casa... é:: ajuda sua família... e pronto...

Pesquisador: e como é o Jairo menino de rua?

Djair: o de rua... ele (2.4) passa o dia na rua... (3.0) arruma seu trocado no sinal (1.8) é:: (3.1) o trocado que arruma... dá no (máximo) cinco reais... vai numa boca... enrica o boqueiro (2.0) acresce ele né? cresce o boqueiro... passa o dia usando droga... não se alimenta e vai dormir com fome (1.7) quando anoitece...

Nessa relação entre o *self* engendrado em interação com o *anti-self*, também as expectativas formuladas pelo outro que avalia a vida dos meninos são incorporadas como expectativas suas.

Pesquisador: como é que... como é que elas ((as pessoas do com quem encontra no semáforo)) fazem? como é que elas conversam com você?

Ricardo: só quer conversa comigo... só sei que elas me dá... que eu é:... vou estudar... é:... quer ver eu estudando... quer ver eu trabalhando...

Pesquisador: e o quê que você acha disso?

Ricardo: é... eu falo pra elas “eu tenho fé em Deus que um dia eu vou conseguir... eu vou sair dessa vida” (2.7) só isso que eu falo... todos os dias... que se for perguntar isso comigo... eu só isso que eu falo...

O modo como eles produzem a sua alteridade conta com outros recursos além desses, que concernem às restrições de espaços e de participação em conversas. Um desses recursos é a diferença que eles produziram entre o uso dos próprios nomes e o uso dos apelidos que oferecem uns aos outros. Quando conversava com eles, pude notar que sempre que a situação em que estávamos se constituía como algo mais formalizado – por exemplo, o dia em que me apresentei ao grupo –, eles se referiam a si mesmos e aos outros pelos nomes de batismo. Isso não aconteceu somente no dia em que me apresentei a eles; durante algum tempo, foi desse modo que eles se referiam a si mesmos na minha presença e, mesmo depois, quando já haviam aceitado essa minha presença em sua intimidade, também nos momentos em que eu tentava obter com eles uma entrevista que pudesse ser gravada, isto é, quando tentava produzir uma situação de entrevista, eles voltavam a se apresentar pelo nome. O tratamento pelo nome próprio, ao que parece, eles o impõem ao outro, já que o uso dos apelidos é um traço da participação na intimidade do cotidiano deles.

Comumente eles tratam uns aos outros e a si mesmos chamando-se pelos apelidos que têm dentro do grupo. Essa forma de tratamento produz familiaridade entre eles e toma destaque em momentos em que a pertença ao grupo ou ao ambiente da rua é enfatizada. É isso o que acontece quando um deles, por exemplo, fala como alguém que não é *de rua*, ou brinca se comportando com modos que não são aqueles que identificam o grupo. Os meninos do grupo zombam dessa pessoa lhe lembrando do seu apelido no grupo.

Os seus apelidos também mantêm uma forte relação com as imagens atribuídas a todos eles, uns pelos outros, e guardam relação metonímica com alguma característica que os diferencia dentro do grupo – física, comportamental, ou que diz respeito à sua história de vida, o que é muito comum entre esses grupos (Alvim, 2001) –, e é por essa característica que são nomeados. Alguns exemplos disso são os apelidos de Branquinho, para o menino de pele mais clara do grupo, Gringo, para o menino que gosta de clarear um pouco o cabelo, e Pingüim, para o menino cujo andar – curto, sem dobrar muito os joelhos, e com os pés para fora – lembra um pingüim.

As primeiras fotografias que fiz, a maioria delas e em todos os momentos, eram fotografias em que os meninos posavam, isto é, compunham uma postura particular para ser capturada pela fotografia, algumas vezes, seguravam coisas, indicavam espaços, compunham cenários e cenas, enfim (ver figura 15). O fato de posarem para essas fotografias, de poderem controlar a imagem produzida por meio de seus corpos, lhes agradava. De fato, essas fotografias, cujas cópias impressas eu lhes trazia em seguida, se tornaram em valores, verdadeiras relíquias que circulavam entre eles. Eles as guardavam com muito cuidado, em saquinhos plásticos para que não corressem riscos de se estragar com chuva, sol ou sujeira. Eles diziam, acerca das fotografias, que as queriam para dá-las

às mães, aos pais, aos irmãos, aos namorados e namoradas, aos amigos e aos filhos. Eles trocavam as fotografias entre eles mesmos, dizendo: “tome essa fotografia minha e me dê uma sua!”, ou “veja como eu estou bonito nessa aqui!”. Essa troca de relíquias é índice do valor que atribuíam à sua própria imagem por meio da fotografia posada. Por meio de algumas delas, os meninos produziam a imaginação de cenas fantasiosas, como Arlindo, que se imaginava um *badboy* e reproduziu essa imaginação na produção da imagem de seu corpo pela fotografia (ver figura 16).



Figura 14. O “andar de Pigüim”.

Os meninos olhavam as fotografias como se vissem outra pessoa, ou melhor, como se um outro olhasse a sua imagem. Conforme le Breton (1990), a cultura urbana contemporânea experiencia o seu cotidiano sob a dominância do olhar, de modo que a

imagem visual assume uma importância extra na produção de formas identitárias. Segundo le Breton (1990), a imagem do corpo “está sob a dependência de um contexto social, cultural, relacional e pessoal, sem o qual a imagem do corpo será impensável, como o será a identidade do sujeito. No entanto é o registro do valor que representa aqui o ponto de vista do Outro, e força o sujeito a se ver sob um ângulo mais ou menos favorável” (p. 151)³⁴, mais claramente, “a imagem do corpo não é um dado objetivo, não é um fato, é um valor que resulta essencialmente da influência do ambiente e da história pessoal do sujeito” (p. 153)³⁵.



Figura 15. Meninos posando para fotografia.

³⁴ T. M. “... sont sous la dépendance d’un contexte social, culturel, relationnel e personnel, sans lequel l’image du corps serait impensable, comme le serait l’identité du sujet. Cependant le registre de la valeur qui représente ici le point de vue de l’Autre, et force le sujet à se voir sous un angle plus ou moins favorable”.

³⁵ T. M. “L’image du corps n’est pas une donnée objective, ce n’est pas un fait, c’est une valeur qui résulte essentiellement de l’influence de l’environnement et de l’histoire personnelle du sujet”.

A imagem que os meninos vêem quando olham para as suas fotografias, aquelas em que eles se viam sujos, descalços, trabalhando, imagens em que estavam sozinhos e pareciam tristes. Dessas imagens os meninos não gostavam, eles as rejeitavam, porque remetiam à imagem do “menino de rua”, com todos os seus estigmas, afetada por signos de negatividade, produzidos social e culturalmente, e reproduzidos relacionalmente, cujo efeito se dá sobre a história pessoal de cada um deles. Por um lado, os meninos gostavam e valorizavam essas fotografias para as quais eles posavam, porque era uma imagem construída para corresponder a outras imagens apreciadas positivamente pelo Outro que constitui o seu valor – imagens que sugerem divertimento, amizade, que se aproximam daquelas investidas positivamente pela mídia. Por outro, as fotografias feitas para contar o seu cotidiano não lhes agradavam. Quando eu lhes entregava as fotografias e lhes apresentava aquelas para as quais eles posavam e aquelas que eu fazia para contar o seu cotidiano, e lhes pedia para compará-las, eles diziam preferir aquelas a estas, o que justificavam de várias maneiras.



Figura 16. Um dos meninos posando como badboy.

A imagem em que eles se vêem no semáforo é associada por eles à tristeza, conforme o relato oferecido por Ricardo acerca do modo como via cada uma das fotos.

Pesquisador: por que que você gostou mais dessa?
((fotografia em que está posando com um amigo))

Ricardo: hhhh gostei dessa daqui... porque nessa daqui eu tava aqui... *sem ser no sinal*... perto do ()...

Pesquisador: (4.7) então diga aí por que você gostou dessa e não gostou da outra...

Ricardo: hhhh sei dizer não (2.2) não porque essa aqui... ((fotografia em que está sentado no meio-fio, debaixo do semáforo, perto dos carros)) óia ()...

Pesquisador: por que essa aí o quê?

Ricardo: ()...

Pesquisador: por que essa aí o quê? você ia dizendo...

Ricardo: porque óia... como é que eu fiquei aqui.. ó (1.1) sentado ()... foi... *triste*::...

Pesquisador: ficou triste sentado ali no sinal?

Ricardo: sim...

Pesquisador: (4.1) aí gostou daquela por quê?

Ricardo: essa daqui? (2.7) ((olhando a fotografia em que está posando com um amigo)) mais alegre... mais contente...

É preciso lembrar que as imagens produzidas no semáforo são imagens que os meninos se empenhavam em produzir, as quais eles mesmos rejeitam, mas num momento em que são levados a apreciar desde uma posição de exterioridade, isto é, como imagens produzidas. No momento em que estão no semáforo, os meninos se servem dessas imagens, e nesse momento, eles apreciam essa imagem. Roberto, por exemplo, visualizava claramente a relação à alteridade da imagem construída por ele no momento em que estava no semáforo, e o que ele rejeita é o jogo de posições que a imagem desvela, o “rebaixamento” em que ele se percebe na relação com o outro. Aquela é uma posição em que os meninos se expõem a ouvir justamente aquilo que Roberto imagina, isto é, eles mesmos são remetidos aos sentidos mais pejorativos do estigma dos “meninos de rua”: os sentidos que associam vadiagem, preguiça e vício às ruas, uma imagem desagradável.

Pesquisador: me diga aí o que foi que você achou das fotos...

Roberto: (2.7) a que eu achei legal foi essa daqui... ((fotografia em que está posando juntamente com um amigo)) a mais legal (2.3) porque aqui eu não to... >como é o nome que se diz que eu ia dizer agora?< (3.9) *aqui eu não tô me rebaixando aos outros...* o cara vai pedir no sinal aos outro... *os povo diz “não”...* “vá trabalhar”... não sei o quê... tal... é:: é isso aí que eu acho...

Pesquisador: aí você gostou mais da foto que [você tá]...

Roberto: [sozinho]...

Essas imagens são fortes e eloqüentes o suficiente para evocar o campo das projeções, o que atesta uma relação mais profunda com essas imagens, além desta engendrada pela comparação requerida por mim. A rejeição de que falava Djair ultrapassa a repulsa a essa imagem e aponta na direção de uma recusa constante desses sentidos que ela mobiliza em sua imaginação. Djair falava do sonho que se opunha à imagem dele trabalhando na rua, como que a um pesadelo.

Pesquisador: qual é a foto que é mais... que você gosta mais?

Djair: (1.2) essa aqui...

Pesquisador: por quê?

Djair: porque eu não... é:.... não tô trabalhando né? porque *meu sonho é não viver assim*.

Pesquisador: tem alguma outra diferença nas fotos?

Djair: tem... porque aqui eu to... tô no sinal né? *trabalhando pra nada...* e aqui eu não tô:... tô:... já comi né? nessa outra foto já tinha comido... já tava com a barriga cheia... descansando... acho que... eu acho... a minha diferença é essa...

Freqüentemente, as respostas em que os meninos falam de sua rejeição por suas imagens no semáforo expressam a negatividade dessas imagens: “não é o meu sonho”, ou “não estou trabalhando”, ou ainda, “sem ser no sinal” (ver figura 17). Ao mesmo tempo, são apenas imagens das quais eles não gostam, mas das quais precisam, imagens que remetem a uma docilidade que os retêm, que apesar de tudo, enrijece os seus corpos, ao contrário do que faz a fantasia do corpo que a fotografia permite (ver figura 15).



Figura 17. “Pobre menino de rua” – imagem rejeitada pelos meninos.

A relação entre as formas de apreciar os dois conjuntos de fotografias, de imagens, desvela um paradoxo que estrutura o cotidiano dos meninos: o paradoxo das imagens que são produzidas para serem passageiras, mas que permanecem. As imagens que deveriam passar são aquelas que eles produzem no semáforo, pois elas são produzidas com o objetivo de que sirvam e possam ser descartadas, que os meninos destinam ao esquecimento. Isso deveria ser favorecido inclusive pelo modo como os meninos estruturam o próprio tempo da sua abordagem às pessoas no semáforo – tempo que venho chamando de precipitação. No entanto, o seu efeito é duradouro sobre os meninos por meio da lembrança que o outro retém, como efeito da construção desse discurso que captura essa imagem dos meninos.

Por outro lado, justamente as imagens que os meninos gostariam que durassem – e isso se expressa no apreço pelas fotografias que eles guardaram –, estas não duram. São as imagens em que eles sorriem, se divertem, imagens que provocam as reações que

presenciei diversas vezes, como uma frase dita por um rapaz que distribuía comida à noite para moradores de rua, acerca de um dos meninos daquele cruzamento: “olhe só aqueles meninos: sofrem tanto e, mesmo assim, acham tempo para brincar e sorrir”. Frases como essa marcam a efemeridade das boas imagens pelas quais eventualmente os meninos são percebidos. Os seus nomes e apelidos concorrem, juntamente com essas imagens visuais de corpos imaginados, na produção de sentido para a realidade dos meninos.

O paradoxo pode ser descrito pela contradição entre a) as imagens que capturam a “rigidez da carne”, isto é, aquela que é a mais interior ao mundo de suas representações, forjada com os signos da história de vida do “menino de rua”, e que é, ao mesmo tempo, a mais exterior, à medida que está exposta ao olhar de todos os outros, a imagem que não se pode evitar; e b) as imagens imaginadas da “fantasia do corpo”, das quais os próprios meninos se ocupam em produzir com o fim de engendrar valor acerca de si mesmos, forjando-as com os recursos simbólicos que a própria cultura, que negativiza a imagem deles, dispõe para produzir valorização para outros corpos.

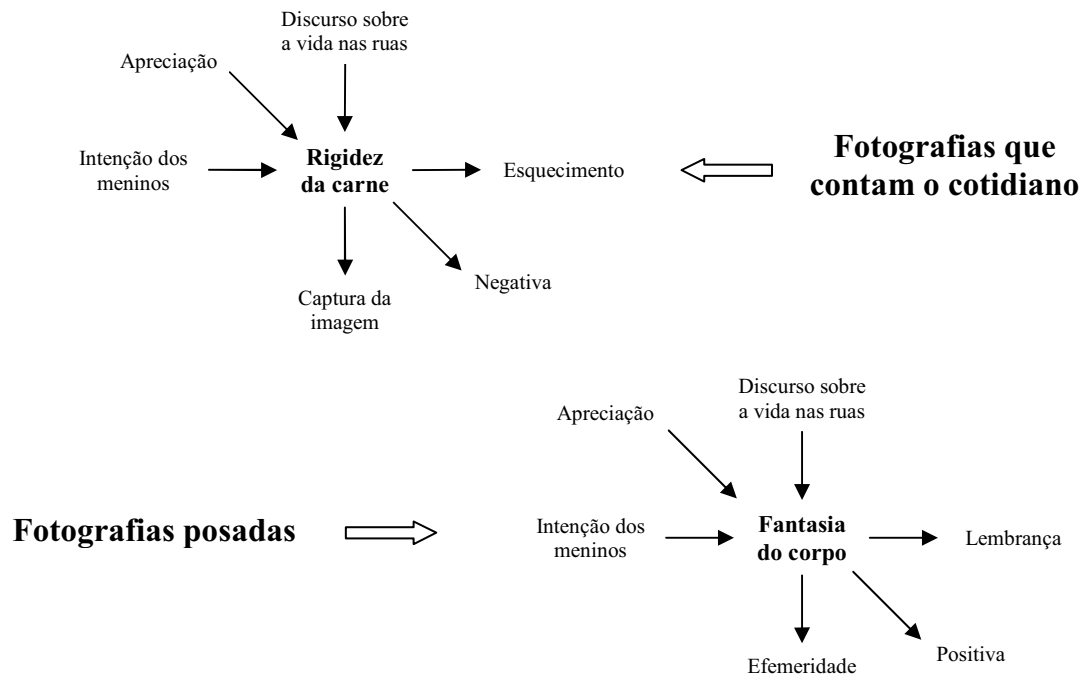


Figura 18. Paradoxo da relação entre os meninos e sua auto-imagem.

Há, mesmo assim, uma vantagem a ser aproveitada relativamente à complexidade desse sistema imagético. A imagem do “menino de rua” também serve aos meninos para produzirem suas fantasias de saída da rua. Quando os meninos falam de seu futuro, ou melhor, de seus desejos ou projetos quanto ao futuro. Eles parecem sempre estar contando com a caridade de um outro que lhe seja auxiliador, ou redentor de sua situação de rua.

Ricardo: é... eu falo pra elas “eu tenho fé em Deus que um dia eu vou conseguir... eu vou sair dessa vida” (2.7) só isso que eu falo... todos os dias... que se for perguntar isso comigo... eu só isso que eu falo...

Pesquisador: e por quê que você diz isso?

Ricardo: porque o que eu sei é que um dia eu saio daqui... um dia... que um dia eu vou:... um dia:... um dia a gente sai daqui...

Pesquisador: como é que você acha que vai sair daqui?

Ricardo: por que a gente um dia... >a gente vamo< conseguir... a gente temo... a gente veve aqui... mas a gente temo fé em Deus...

Arlindo: é osso quem diz isso () a gente sai... tem fé em Deus que um dia a gente sai daqui... subir na vida e não subi como os outros sobe...

Pesquisador: como é que você acha... como é que você imagina que vai ser sair daqui?

Arlindo: (2.4) os povo ajudando a gente... () tem gente que diz que vai ajudar... e quando diz... ajuda... [os que é de bom coração]...

Ricardo: [é... os povo quando diz que]... ajuda... ajuda mesmo...

A relação de dependência da caridade para a saída da rua, como consta neste relato apresenta um desejo de saída da rua que conta justamente com aquela imagem de “coitado” que os meninos rejeitam em diversos outros momentos – como o mostrou a relação deles com as fotografias que lhes apresentam o próprio cotidiano. Esse é um signo bastante eloqüente do caráter paradoxal da relação desses meninos com a própria imagem, ou com as diversas imagens que ora são bem distintas, ora se misturam, mas que estão sempre presentes entre os recursos simbólicos para a produção dos sentidos de suas identidades. Todos esses processos anteriormente descritos, analisados, sugerem a necessidade de grande esforço psíquico com o fim de engendrar a integração de imagens, símbolos, discursos, diversos mecanismos produtores e transformadores de sentidos, em um núcleo de representação flexível o bastante para atender a diversidade de compromissos interacionais e necessidades de significação que se impõem na construção das formas identitárias para esses meninos. As narrativas pelas quais eles transmitem essa experiência mostram muito claramente toda essa complexidade completamente invisível a olho nu.

7. Análise das narrativas da experiência pessoal

Ao longo de estada com eles, foram realizadas diversas entrevistas, entre as quais entrevistas em que os meninos produziram narrativas de sua experiência pessoal acerca do viver na rua. Eles contaram cada um a estória³⁶ de como chegaram à rua e as razões ou circunstâncias que os fizeram ficar na rua até aquele momento. Como já foi mencionado, o ato de produzir uma narrativa é simultânea ao posicionamento do *self* com relação ao mundo semanticamente construído pelo discurso e pela interação (Bamberg, 2004; Gover, 1996) principalmente se esta narrativa pretende a transmissão de uma experiência pessoal. O que apresento em seguida são seis narrativas entre aquelas produzidas pelos meninos, sobre as quais foram feitos estudos da relação entre a estrutura e o conteúdo, e estudos estilístico-formais, com o objetivo de que isso conduza à *positioning analysis* (Bamberg, 2004; Bamberg & Georgakopoulou, no prelo).

7.1 Referencial analítico

Somente foram analisadas narrativas que puderam ser gravadas, as quais foram transcritas segundo as convenções de transcrição que constam no Anexo 1. Os critérios segundo os quais o texto das narrativas foi delimitado para a extração do contexto da

³⁶ A escolha por essa palavra (estória, e não história) tem como objetivo apontar o fato de que, muito embora qualquer pretensão ou esforço por objetividade dos meninos em seu relato, suas narrativas são composições irrevogavelmente muito pessoais e suas avaliações implicam cada um dos sujeitos com a forma escolhida para narrar, a escolha dos eventos relatados, das omissões etc.

entrevista em que foi produzida, também os critérios segundo os quais elas foram dispostas e anotadas, seguem um modelo sugerido por Labov (1967; 1997) para análise de narrativas orais de experiência pessoal. De acordo com esse modelo, a narrativa é delimitada por fórmulas específicas de introdução e encerramento (por exemplo: “eu nasci em x” ou “tudo começou quando”, e “essa é minha história” ou “é tudo que eu tenho a dizer”) e, mesmo quando essas fórmulas não estão presentes, os limites da narrativa podem ser inferidos semanticamente do próprio texto, assim como do contexto. A narrativa é vista, para efeito de sua análise, como um conjunto de cláusulas entre as quais são essenciais cláusulas narrativas, por cujo relato se reconstrói e transmite uma experiência, e cuja relação produz a conjuntura temporal da narrativa. Todas essas cláusulas se distinguem de acordo com suas características funcionais e estruturais. Conforme a tipologia que descreve funcional e estruturalmente as cláusulas narrativas, elas podem ser: a) de resumo (AB) – são aquelas que sumarizam a narrativa, que geralmente a introduzem; b) de orientação (OR) – são aquelas que situam a narrativa segundo referências espaço-temporais, apresenta os personagens e sugere o tema a ser desenvolvido; c) de complicação (CA) – são aquelas que descrevem os eventos e apresentam a ação que dá sequência à narrativa, portanto, também são aquelas que engendram a junção temporal, essencial à narrativa; d) de avaliação (EV) – são aquelas que remetem à apreciação dos diversos elementos da narrativa, seus personagens, o mundo que lhes serve de referência, a ação, etc.; e) de resolução (RE) – são aquelas que descrevem o desfecho da narrativa, as consequências produzidas pelo evento crítico em torno do qual a narrativa gira; f) coda (CO) – são aquelas pelas quais o narrador informa o final de sua narrativa.

Cada cláusula é indicada por uma letra minúscula. Ao lado dessas letras pode haver indicações numéricas que se referem aos tipos temporais das cláusulas. Os tipos temporais são os seguintes: a) a cláusula livre, que pode ser deslocada livremente ao longo de toda a seqüência narrativa, e cuja verdade proposicional se mantém a despeito do deslocamento; b) a coordenada, que está inserida dentro da seqüência narrativa e, portanto, não pode ser deslocada sem que isso mude o seu sentido (geralmente marca uma juntura temporal); c) a restrita, que mantém uma relação de simultaneidade com um conjunto específico de outras cláusulas. Os números à esquerda das letras indicam simultaneidade com cláusulas precedentes e os números à direita indicam simultaneidade com cláusulas posteriores. A referência à tipologia funcional é anotada à esquerda da transcrição das cláusulas narrativas. Conforme a minha apropriação desse modelo, mais de uma função pôde ser atribuída a cada uma das cláusulas, já que isso elimina a dificuldade de ter de optar por uma descrição funcional quando a cláusula apresenta características mistas – muito embora esse procedimento não tenha sido recomendado por Labov (1967; 1997) em seu modelo de análise de narrativas.

O estudo estilístico-formal consiste na análise dos recursos retóricos utilizados para a composição narrativa, na criação de um clima afetivo e moral para ela, como as figuras usadas, estudo do léxico, dos tempos verbais, assim como a eficácia desses recursos na produção de argumentos em auxílio à sua *teoria causal*, implícita à narrativa. Segundo o teorema laboviano (Labov, 1997), a construção narrativa requer uma teoria pessoal de causalidade, isto é, uma teoria que explique, justifique ou dê plausibilidade à ocorrência do evento crítico (c_0) em torno do qual a narrativa gira, construída pela apresentação de outros eventos (c_{-1} ... c_{-n}). Segundo Bamberg (2004; no prelo), essa organização retórica e

argumentativa é construída interacionalmente e é por meio dela que o sujeito posiciona os elementos do mundo e o próprio *self*, com o que produz sentidos para a sua identidade.

O estudo da relação estrutura-conteúdo diz respeito à análise dos elementos estruturantes das narrativas, das suas diversas sessões (orientação, complicação, avaliação, resolução), os expedientes lingüístico-discursivos de que o sujeito lança mão com o fim de produzir força argumentativa, dando sentido ao evento crítico da narrativa e ao modo como o sujeito se posiciona com relação a ela.

Todas estas narrativas, apresentadas em seguida, foram produzidas em condições muito semelhantes: numa situação em que cada um dos meninos se dispunha a me contar a sua própria história, pensando estarem me ajudando na realização do meu trabalho, conforme a sua própria apreensão dele – eles entenderam o meu objetivo como sendo estar com eles para contar a outras pessoas a sua história. De fato, esse foi o compromisso que também eu acabei assumindo como produto da negociação dos termos de minha participação entre eles. Desse modo, no momento em que se sentiram à vontade, me convidaram a ouvir-lhes.

Eles sabiam que o relato seria gravado, com o que concordavam. Também já estavam familiarizados com o dispositivo gravador, tendo em vista que quando as entrevistas em que constam estas narrativas ocorreram, outras já haviam sido realizadas com esse mesmo recurso. Além do mais, essas narrativas não constituem o único conteúdo das entrevistas com cada um deles. Durante essas entrevistas, os meninos produziram outras narrativas e falaram acerca de outros temas. No entanto, somente estas narrativas reproduziram as características necessárias para a comparação: todas elas giram em torno de um mesmo tema, de um mesmo evento crítico (ter ficado na rua); são os trechos de mais

intensa carga emocional em suas entrevistas; permitem com maior propriedade a sua análise segundo as ferramentas conceituais anteriormente expostas.

7.2 Narrativas

I.

OR	a	Livre	meu nome é Djair...
OR	b	Livre	tenho dezessete anos...
OR	c	Livre	sou do noventa
OR/AB	d	Livre	e:: eu vivo no mundo das drogas...
OR/AB	e	Livre	no meio da rua ...
CA	0f1	Restrita	aos meus:: seis anos eu sai de casa...
CA	1g0	Restrita	fui para a rua conhecer:: é:: um outro mundo...
CA	0h0	Coordenada	aos sete anos foi/ ponhei minha primeira garrafa de cola na boca...
CA	0i0	Coordenada	aos oito já fui para um instituto de criança de menor... a Casa Lar Santa Catarina II...
	—	Interrupção	aos dozes anos/ perai... desculpe interromper...
(pesquisador)			onde é essa Casa?
(pesquisador)			essa casa? é em Santa Catarina II
(pesquisador)			sim::... é aqui em Natal né?
(pesquisador)			é:: aqui em Natal
(pesquisador)			°tá certo° então
(pesquisador)			= aos doze anos... você ia dizer
CA	0j0	Coordenada	aos doze anos eu sai de lá...
CA	0l0	Restrita	e:: como eu sai de lá...
			eu fui para a casa da minha mãe... retornei para lá...
EV	2m0	Restrita	e eu já tava intoxicado com a cola...
CA	2n7	Restrita	e:: esse: tempo todinho que eu passei lá... fugia...
CA	3o6	Restrita	ia pra rua...
CA	4p5	Restrita	retornava de novo...
CA/EV	5q4	Restrita	só ia pra lá pra tomar um banho...
CA/EV	6r3	Restrita	trocar de roupa...
CA	7s2	Restrita	e voltava pra rua de novo...
CA	8t1	Restrita	fui pra casa da minha mãe...
CA	9u0	Restrita	voltei (2.4) é:: pra rua...
CA	0v0	Coordenada	e fiquei...

CA/RE	0x0	Coordenada	e conheci a maconha...
CA/RE	0z0	Coordenada	depois o crack...
CA/RE	0aa1	Restrita	limpo pára-brisa de carro...
CO	1bb0	Restrita	e aqui estou né?
OR	0cc1	Restrita	já estudei...
OR	1dd0	Restrita	fiz até: a quinta série...
EV	0ee2	Restrita	e (1.9) e o que eu penso da minha vida é:: ter um trabalho me/ um <u>trabalho</u> melhor do que limpar pára-brisa de carro...
EV	1ff1	Restrita	(1.4) não mendigar o pão
EV	2gg0	Restrita	e ter meu tra/ meu trabalho fixo...
OR	hh	Livre	tenho/ já tive uma mulher de vinte e um ano
OR	ii	Livre	e tenho uma filha de um ano e dois meses...
EV	0jj1	Restrita	(3.0) e eu pretendo:: sair da rua...
EV	1ll0	Restrita	mas: eu acho que:: o tóxico é que não deixa sabe?
RE	mm	Livre	e só o que pode me libertar mesmo é o Senhor Jesus...
RE	0nn1	Restrita	e um apoio muito grande que eu:: queria ter...
RE/EV	1oo0	Restrita	mas até agora ainda não encontrei essa oportunidade...
CO	pp	Livre	é só isso mesmo que eu tenho dizer...

Segue abaixo (ver figura 19) um sumário da narrativa, reduzida às suas cláusulas narrativas e sua organização temporal. A sucessão das cláusulas no tempo é indicada pelo afastamento das letras que as representam à direita, e a simultaneidade entre elas (a janela temporal) é indicada por inscrição no interior das bordas de uma janela. As cláusulas narrativas, por sua vez, foram reduzidas à sua cabeça, isto é, ao verbo que sustenta a cláusula. Há entre essas cláusulas algumas que a narrativa comporta como pressupostas (!) e subentendidas³⁷ (?). Desse esqueleto da narrativa se pode inferir a teoria causal que a sustenta, sob a forma de uma série causal, um conjunto de nexos causais (\rightarrow) e condicionais (\models) entre os eventos aduzidos para conferir inteligibilidade e plausibilidade ao relato.

³⁷ Para uma discussão acerca de pressupostos e subentendidos, ver Ducrot, O. (1969/1987). Pressupostos e subentendidos: a hipótese de uma semântica lingüística. In *O dizer e o dito* (pp. 13-30). Campinas, SP: Pontes.

Os elementos de orientação descrevem a existência de pelo menos dois mundos (casa e rua, já mencionados). O narrador-protagonista se apresenta sob diversos signos, os quais dizem respeito à necessidade de dar credibilidade ao seu relato, diante da audiência (somente o pesquisador), e com isso sustenta um compromisso argumentativo na relação com ela. O narrador-protagonista se apresenta com signos que conferem autoridade ao seu relato: o verbo conhecer, em sua polissemia, serve a esse propósito, portanto, o narrador conhece o “outro mundo” de que fala; além desse, outros signos de sua experiência lhe dão ares de maturidade, como alguém que estudou, que já teve uma mulher de vinte e um anos, que tem uma filha (signos de adulez); contam-se entre os seus méritos a sua vontade de ter uma vida melhor (quer sair da rua), estabilidade (quer um trabalho fixo), dignidade (“não mendigar o pão”), e entre os seus deméritos o seu padecimento sob o domínio da droga.

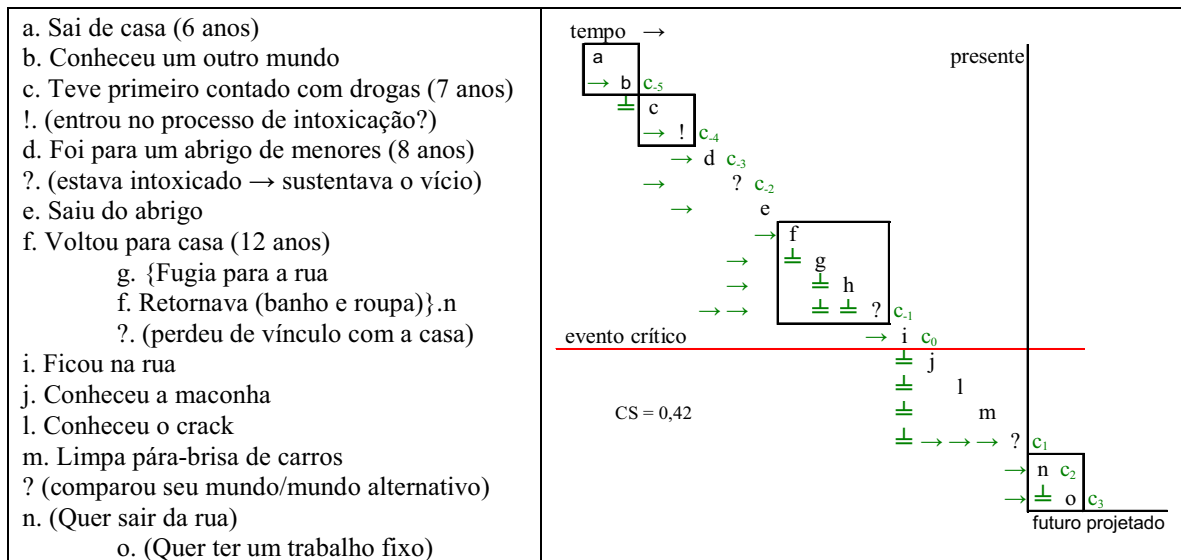


Figura 19. Esqueleto objetivado da narrativa e diagrama da organização temporal das cláusulas narrativas I.

O compromisso argumentativo com o evento crítico revela que ele é concebido como uma singularidade, como algo que precisa ser justificado, esclarecido. E por isso, a narrativa é composta por eventos significativos, no que diz respeito à produção de uma teoria explicativa para o evento crítico, no entanto, com nexos causais pouco claros. Conforme se pode ver no diagrama acima (ver figura 1), o evento mais significativo, isto é, com mais implicação causal sobre o evento crítico (c_0) é um evento que só se dá a conhecer como subentendido (c_2). Além disso, a relação entre a vida na rua (c_0) e aquilo que parecem ser as suas conseqüências (j , l , m) também não é clara. Mais um índice da pouca objetividade dessa narrativa é a relação entre a quantidade de nexos causais e a quantidade de cláusulas narrativas até o evento crítico (coeficiente de assertividade), que é de $5/12$ (0,42). Outros expedientes que influenciam a credibilidade parecem compensar a pouca assertividade dessa narrativa.

A singularidade do c_0 é construída como equívoco, falha, problema, falta. Disso atesta o conteúdo das cláusulas que produzem avaliação³⁸: uma declaração de estado relacionada ao mundo para onde vai aos poucos (intoxicação), a produção imaginária de um mundo alternativo pela indicação do futuro (“e eu pretendo:: sair da rua...”) e das cláusulas negativas (“não mendigar o pão”), a desvalorização da casa, em certo momento (“só ia pra lá pra tomar um banho...”). Além disso, nos momentos em que se indica na narrativa a saída para a rua uma certa hesitação indica carga emocional (“e:: eu vivo no mundo das drogas”, “fui para a rua *conhecer*:: é:: um outro mundo...”).

³⁸ A avaliação se apresenta no interior da narrativa em três formas: a) avaliação externa, em que o narrador interrompe a narrativa para comunicar um ponto de vista; b) avaliação interna, em que os elementos avaliativos são introduzidos sub-repticiamente entre as outras cláusulas sob a forma de léxico, formas sintáticas específicas, etc.; c) ação avaliativa, em que a própria ação relatada produz efeitos apreciativos sobre os elementos narrativos. Conforme Labov (1972). The transformation of experience in narrative syntax. In *Language in the inner city* (pp. 354-396). Phil.: University of Pennsylvania Press.

A resolução da narrativa apresenta a situação como fora do controle do narrador protagonista, já que ele continua “conhecendo” cada vez mais o “outro mundo” e, embora deseje sair desse círculo, se coloca na dependência de um outro que lhe possa resgatar (“e só o que pode me libertar mesmo é o Senhor Jesus... e um apoio muito grande que eu:: queria ter...”).

O modo como a “ida para a rua” é tematizada por essa narrativa faz de tal evento o desfecho de uma progressão irregular de um lugar a outro. Tal idéia é sugerida pela grande importância que tem a **gradação** como figura narrativa. Há pelo menos duas gradações, sobre as quais se assenta quase todo o peso afetivo e argumentativo da narrativa: a primeira delas conduz o protagonista do primeiro contato com “um outro mundo”, quando ele tinha seis anos, ao primeiro contato com drogas, quando ele tinha apenas sete anos, até o momento em que ele já estava intoxicado; na segunda gradação, desde o momento em que ele foi para rua, então, “conheceu a maconha, depois o crack, limpá pára-brisas de carros e está onde está”. Essas duas gradações podem ser interpretadas como dividindo em dois momentos a narrativa: o primeiro em que ocorre o enredamento do protagonista e o segundo em que ocorre a sua degradação. Essas duas gradações podem ser condensadas em uma única gradação, que percorre o enredamento e culmina com a degradação.

Outra figura com grande importância é a **antítese**, produzida pelo relato das idas e vindas do protagonista com relação à sua casa e à rua. O efeito dessa antítese é a sugestão de uma ambivalência experienciada pelo protagonista, que estava entre a casa e a rua. A idéia de ambivalência ainda é amplificada pela abertura de um **segundo plano** na narrativa: o uso dos verbos no pretérito imperfeito (“fugia... ia pra rua... retornava de novo...”) prolonga este momento no interior da narrativa, conferindo-lhe mais dramaticidade. Pode-

se pensar que neste momento também se iniciaria uma outra gradação, pela qual o narrador sugeriria o afastamento progressivo de casa em direção à rua (“só ia em casa para tomar um banho... trocar de roupa...”). Assim o desligamento de casa vai sendo construído subrepticiamente, sob a forma de **insinuação**, isto é, quando o narrador conta que o protagonista “ia em casa” somente para fazer o que não poderia ser feito em outro lugar, compara essa situação a uma outra em que a casa teria maior importância do que servir a essa necessidade. Ora, é preciso lembrar que essa janela temporal foi aberta com a seguinte declaração: “e eu já tava intoxicado com a cola...”. Isso sugere que os eventos posteriores mantêm uma relação causal com essa avaliação do protagonista, pois a ela se seguem e dela depende a inteligibilidade da seqüência de eventos.

Por fim, duas outras figuras são utilizadas para intensificar emocionalmente a narrativa: a idéia de pão como **símbolo** da sobrevivência é evocada para produzir uma imagem de necessidade e dureza da situação de rua (mendigar o pão), situação que o protagonista pretende superar, mesmo contra a ação **personificada** do “tóxico”. O “tóxico” é a imagem pela qual o narrador re-apresenta a oposição oculta, que é a dos atributos do próprio protagonista – ou a falta deles. Ao que parece, a possibilidade de superação da situação de rua reivindicada pelo narrador é uma da qual ele não faz parte senão como alguém a ser ajudado por outrem, portanto sem recursos. Ao longo de toda a narrativa, o protagonista enfrenta a oposição da droga, sem nenhuma ajuda, ajuda que ele passa a demandar, para redimir o seu mundo. De fato, o protagonista conta, para sua libertação, com os efeitos de um mundo sobrenatural – “e só o que pode me libertar mesmo é o Senhor Jesus...” –, uma superação cujo único mérito é a vontade, portanto.

Mais um recurso interessante de que o narrador lança mão para a composição estilística de sua narrativa é o uso que faz do verbo **conhecer**. Quando ele diz “fui para a rua conhecer:: é:: um outro mundo...”, ou “conheci a maconha... depois o crack...”, usa o verbo conhecer de modo bastante enigmático, ao mesmo tempo em que não se sabe exatamente a relação do protagonista com esses elementos que ele diz ter conhecido, as associações que esse verbo geralmente comporta podem sugerir apropriação, descoberta, sedução, de modo que essa relação, como muitas outras, é apenas insinuada. Ora, essa ocultação de sentido para as circunstâncias da relação entre o protagonista e o mundo narrado – ainda mais um mundo que se opõe ao da casa, de que fazem parte a carência, a dificuldade e as drogas – produz sobre a narrativa um clima moral de **vergonha**, isto é, de ocultação de culpa.

A principal referência discursiva com que conta a narrativa é aquela que opõe casa e rua, pela qual o narrador apreende a experiência de estar na rua. Assim, a organização retórica da narrativa, construída sobre um conjunto de insinuações de escolhas, acerca das quais não se pode ter certeza, sugere que mesmo o narrador também não tem tanta certeza delas, ou quer ocultar essas escolhas, de modo que o que vai justificando a ida para rua é a hipótese do enredamento, plenamente compatível com a culpa e o seu obscurecimento pela vergonha.

Com essa narrativa, o sujeito posiciona simultaneamente seis caracteres que fazem parte da situação de transmissão de uma experiência pessoal sob a forma narrativa, cada um de modo bastante particular. Um *self*-autor, que se apresenta sob a forma de narrador da estória, integra a narrativa e os seus diversos elementos sob o efeito de diversos compromissos. O primeiro deles é com a verdade de sua própria estória, a qual depende da

denúncia do *self*-ator, em torno de quem toda a estória acaba se desenvolvendo. Ele é discursivamente produzido como culpado pelo evento em questão na narrativa, isto é, ter ido para a rua. Ao mesmo tempo, as suposições acerca de como o *self*-ator será recebido pela audiência da narrativa (*anti-self*) fazem com que o *self*-autor resguarde o seu protagonista, disfarçando a sua culpa com insinuações, transformando-a em enredamento. Isso produz ao mesmo tempo um *anti-self* envergonhado e um mundo sedutor e aprisionador. O *self*-autor responde ainda a um outro compromisso, com o *self*-interessado, isto é, aquele que conta a sua estória com um objetivo. Ora, o objetivo da narrativa é produzir um auxílio. O *self*-autor acrescenta mais um atributo ao seu protagonista (a carência) e ao seu mundo (uma possibilidade de redenção), e, ao mesmo tempo, produz discursivamente o outro de sua narrativa, que deve ser convencido da culpa, do enredamento, da vergonha, da prisão, da carência, se tornando em sua oportunidade.

A complexidade dessa narrativa, com efeito, o seu rebuscamento emocional-afetivo, pode ser melhor entendido de dois modos: em primeiro lugar, a aparência de Djair (o menino que conta essa estória), o fato de estar melhor vestido que os outros, o fato de ter o corpo menos marcado pela vida nas ruas, o fato de aparentar mais saúde que os demais, apontam para o fato de que ele não está na rua do mesmo modo como os outros estão. Outra forma de entender isso é pela comparação de sua narrativa com a narrativa seguinte, de um menino em uma situação bem diferente.

7.3 Narrativas

II.

EV	1b0	Coordenada	continuei gostando do sinal...
CA	0c2	Restritas	eu comecei viver aqui...
CA	1d1	Restritas	eu pedia...
CA	2e0	Restritas	(os outros) começava a me dar... sabe? as coisas...
EV/RE/CO	0f0	Coordenada	aí eu gostei daqui...

Os elementos de orientação são bastante escassos. Pelo uso dos dêiticos “cá” e “aqui”, o narrador situa um único componente de seu mundo de referência, o sinal (ou o cruzamento), povoado de “outros” quaisquer e nenhum outro personagem, onde a entrevista foi realizada, o lugar onde ele contou a sua estória. Isso pode sugerir que a sua vinda para este sinal teve como ponto de partida outro lugar também na rua, diferentemente do ponto de partida em que se situava a narrativa anterior (I).

Trata-se de uma narrativa extremamente curta, o que sugere pouco compromisso com a audiência, com a narrativa, com a reportabilidade do evento a ser relatado. Na verdade, o que seria aqui o c_0 (ficar na rua) não parece, de modo algum, causar estranhamento, de forma que isso justifique qualquer argumentação em favor da inteligibilidade desde evento. A narrativa não conta com nenhum outro recurso que ofereça credibilidade ao relato além de sua própria série causal, que é construída de modo circular. Apesar de todos esses índices de pouco comprometimento argumentativo, essa foi capaz de produzir uma explicação rápida e eficaz para o evento crítico, os nexos causais são explícitos e o coeficiente de assertividade é de 0,71 (ver figura 20).

Isso é compreensível se aceitarmos, de acordo com Labov (1997), que a credibilidade de uma narrativa é inversamente proporcional à sua reportabilidade, ou seja, que a credibilidade de uma narrativa aumenta à medida que diminui o caráter de singularidade do fato relatado, e vice-versa (quanto maior for a singularidade do evento,

mais difícil será dar credibilidade a ele). Isto significa dizer que o evento “estar na rua” é construído narrativamente como um evento completamente normal ou comum, algo bem diferente do modo como na narrativa anterior (I) esse mesmo evento foi construído. Uma possível explicação para isso é o fato de que essa narrativa foi composta por um menino que está mais adaptado à rua, que se sente mais à vontade nela. Com efeito, esse menino está na rua acompanhado por sua mãe, por seu irmão e por alguns primos. Além disso, vive na rua há mais tempo que Djair.

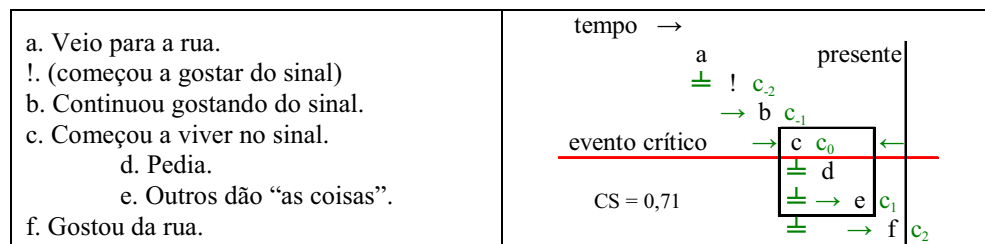


Figura 20. Esqueleto objetivado da narrativa e diagrama da organização temporal das cláusulas narrativas II.

Ora, a narrativa oferece à audiência o relato da ação de seus co-adjuvantes como signo de sua adaptação ao lugar (“(os outros) começava a me dar... sabe?... as coisas...”), assim como a ausência de oposição a si mesmo, de modo que se torna impossível não aceitar a sua justificativa para apreciar o evento crítico positivamente (“aí eu gostei daqui...”). A expressão “aí” introduz a resolução da narrativa, ao mesmo tempo em que inicia o movimento circular que faz retornar sobre o c_0 mais um nexos causal que dá inteligibilidade à narrativa.

Do mesmo modo que na narrativa anterior (I), a **gradação** assume grande importância nessa narrativa, mas, enquanto na anterior se trata de um anti-clímax, nessa

aqui se trata de um clímax. Isso ilustra como esses dois relatos, essas duas formas de apreensão da realidade se afastam. Essa narrativa é praticamente toda ela uma única gradação – de fato, a gradação parece ser a figura mais comum em todas as narrativas, ainda mais se forem curtas. No entanto, nesse contexto, ela assume contornos peculiares, desempenhando uma função retórica de maior relevo.

Dois últimos aspectos acerca dessa narrativa merecem ser apontados: o primeiro deles diz respeito ao fato de que a teoria explicativa construída na narrativa dá sentido somente ao evento “continuar no sinal”, e de forma alguma ultrapassa esse limite para dar inteligibilidade às circunstâncias ou razões que o fizeram vir para o sinal, ou para a rua; o segundo aspecto está diretamente relacionado ao primeiro, e diz respeito ao fato de que o discurso acionado pela narrativa não é remetido à oposição entre casa e rua, assim como a avaliação do mundo narrado não se faz pela comparação com qualquer alternativa, portanto, não há outro mundo ou outra dimensão, somente uma: a rua.

O sujeito não tem muito trabalho em posicionar os diversos caracteres que fazem parte da transmissão de experiência, pois o *self*-autor aprecia positivamente o *self*-ator e o apresenta sem alarde, assim como o *self*-ator aprecia positivamente o mundo de que usufrui e ao qual acaba se adaptando. O outro, que se interessa pelo relato destes eventos é estranhado, assim como o anti-*self* que ele sempre engendra. E toda essa falta de interesse em contar a estória também é uma falta de interesse pelo *self*-interessado.

7.4 Narrativas

III.

CA	0b0	Coordenada	(2.1) eu vim o primeiro dia...
CA	0c0	Coordenada	o segundo dia...
CA	0d0	Coordenada	terceiro dia...
CA	0e0	Coordenada	quarto dia...
CA	0f0	Coordenada	no quinto dia... aí eu fiquei por aqui pela rua... e tal... aí com (1.8) com uns colegas... e tal...
EV	0g0	Coordenada	aí eu gostei aqui...
CA	0h0	Coordenada	passei mais...
RE/EV	0i0	Coordenada	até hoje eu to aqui dormindo nas calçada... e tal...
EV	j	Livre	e... mas a vida é assim né? Fazer o quê?
(pesquisador)		Interrupção	por quê que você disse isso? “Fazer o quê? A vida é assim?”
EV/CO	l	Livre	a vida é triste... é assim mesmo...

Os elementos de orientação dessa narrativa são ainda mais escassos que os da narrativa anterior (II). Também nessa, a referência ao mundo em que se inscreve a narrativa se faz pelo uso de um dêitico (“cá”). Essa também é uma narrativa extremamente curta, cujo ponto de partida é a vinda para a rua, vinda de lugar nenhum, o que significa que a oposição entre casa e rua não se constitui como referência para essa construção discursiva.

Essas são as mesmas características que sugeriram, na narrativa II, o pouco compromisso com a audiência e com a argumentação que dê inteligibilidade ao “viver na rua”. Portanto, ao evento crítico essa narrativa também atribui baixa reportabilidade, o que dispensa maiores esforços por credibilidade. Isso, de fato, se confirma pela escassez de recursos que confirmam credibilidade à narrativa e pela ineficácia do único nexos causal que leva a c_0 (o coeficiente de assertividade é o mais baixo dentre as seis narrativas, 0,13). A série causal sugerida chega a ser demasiadamente simplória, uma quase-teoria: fiquei pela rua com os colegas → gostar → passei mais tempo → fiquei na rua.

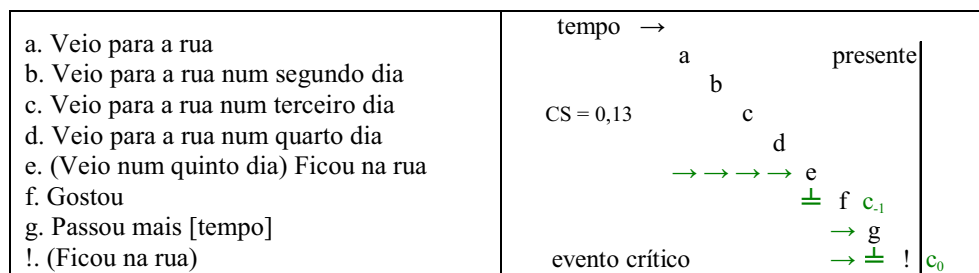


Figura 21. Esqueleto objetivado da narrativa e diagrama da organização temporal das cláusulas narrativas III.

Juntamente como esses indicadores, a inexistência de qualquer comparação do mundo em que se inscreve a narrativa com um mundo alternativo a ela sugere, como a narrativa anterior (II), que o evento crítico (estar na rua) não é objeto de estranhamento, nem comporta singularidade, de modo que é construído como normal e comum; além disso, a rua é apreciada positivamente (“aí eu gostei aqui...”), não comporta opositores, pelo contrário, apresenta co-adjuvantes (“colegas”). No entanto, a cláusula que apresenta o que seria a resolução da narrativa (“até hoje eu tô aqui dormindo nas calçada... e tal...”) traz uma avaliação interna que é bastante sugestiva (“dormindo nas calçada”), e aponta para uma avaliação diametralmente oposta àquela que até então dominava essa curta narrativa. Isto é, a avaliação produzida na cláusula de desfecho da narrativa avalia negativamente o mundo da rua, criando algo como um paradoxo.

Até esse momento, a narrativa havia sugerido que sua figura retórica estruturante seria também a **gradação** ascendente, inclusive avivada pela **repetição** (epizeuxe) (primeiro dia, segundo dia..., gostei e fiquei), reforçando a idéia que se construía de enlaçamento progressivo entre o protagonista e o ambiente da rua, também num movimento de acomodação.

No entanto, a introdução do **paradoxo** (gosto da rua, mas ela faz a vida ruim) frustra a expectativa de chegada a um clímax, ao mesmo tempo em que promove um desvio na direção da apreciação do evento crítico. Essa outra direção começou imediatamente a ganhar contornos pelo realce da idéia contrária àquela que dominava a narrativa até o momento, como efeito de uma **pergunta retórica** (“mas a vida é assim né? fazer o quê?”) que rearranja as expectativas e dá uma tensão final e um colorido afetivo completamente diferente à narrativa.

De fato, a pergunta dirigida à audiência tem a propriedade de aproximá-la daquele que fala, algo extremamente necessário à narrativa, diante da aparente falta de compromisso que os distanciava. Essa fórmula interrogativa produz o efeito de aproximação pelo engendramento do suspense, funcionando como **aposiopse**, um recurso cujo efeito é abrir uma reticência, que instiga a audiência, aproximando-a.

A narrativa se encerra, de fato, pela colocação de um epílogo, permitido pela intervenção do interlocutor sobre a seqüência da narrativa, isto é, a sua pergunta. Esse epílogo, de fato é o que acaba decidindo a apreciação do evento crítico pelo narrador. Ressignifica os elementos anteriores da narrativa, incluindo a gradação que se anunciava. E o efeito sobre ela é torná-la em um anti-clímax. Ora, isso transtorna todo o sentido da narrativa e cria um clima moral totalmente diverso e inesperado, um clima de **engano**. Mais que isso, um engano vislumbrado ao final de todo um percurso, depois que as escolhas feitas já produziram todas as suas conseqüências. A narrativa faz crer mesmo que, a essa altura, não restaria nada mais a ser feito.

Nessa narrativa o *self*-autor dissimula uma verdade até o momento em que ainda faz crer que o *self*-ator se acomodava ao mundo da rua. Ao que perece, o interesse pela

narrativa da estória é mesmo a captura da audiência pela experiência afetiva que o *self*-ator viria a experimentar com a revelação do que na verdade é a rua: a vida ruim. Com a revelação, o anti-*self* é deslocado da posição em que padece de falta de interesse, em que corria o risco da indiferença, para o lugar de onde pode inspirar grande piedade, como vítima de um mundo que parecia bom e se revelou mau. O espetáculo da revelação é um compromisso com o *self*-interessado, é dirigido a um outro que se inclina em direção ao *self*-ator e ao *self*-autor.

7.5 Narrativas

IV.

OR	a	Livre	eu sou de Natal...
OR/CA/EV	0b0	Coordenada	e:: eu vim pra cá por causo de que: eu não::/ depois que minha mãe morreu eu tinha o quê?
OR/EV	0c0	Coordenada	meus nove ano de idade... aí não tinha onde ficar...
OR/EV	0d1	Restrita	era jogada na casa de um tio... de tia...
OR/EV	1e0	Restrita	não tinha como::/ é:: ficar na casa deles...
CA	1f2	Restrita	e eu ia pra casa deles (1.9) ia...
CA/EV	1g1	Restrita	era explorada...
CA/EV	2h0	Restrita	espancada...
CA	0i0	Coordenada	(2.0) aí eu fugia de casa... fugi de casa... aí eu fugi...
CA	0j0	Coordenada	e vim pra rua...
CA	0l0	Coordenada	comecei a usar droga...
CA	0m0	Coordenada	comecei vender as minhas carne...
RE/CO	0n0	Coordenada	(1.9) e assim eu tô até hoje...

Os elementos de orientação produzem, por meio de diversos signos (orfandade, pouca idade, não ter onde ficar), o desamparo de que padece a protagonista. A narrativa começa desde um ponto específico na estória da protagonista em que esse desamparo começa a ser construído, isto é, desde o momento em que ela fica sem nada, sem ter onde

ficar, de modo que permite pressupor uma transformação no mundo. Assim, a narrativa começa com uma transformação do mundo. Assim, também nessa narrativa pode ser encontrada a influência do discurso mestre que opõe casa e rua.

Desde momento que situa o início da complicação da estória, é apresentada uma série de circunstâncias que levam desde esse momento até o c_0 , numa série causal construída de eventos significativos, mas que não aludem a escolhas até o momento em que a narradora-protagonista declara ter vindo para a rua. A linearidade sugerida pela narrativa, o uso da pergunta (que aproxima a narradora da audiência), o alto grau de assertividade (0,60), o modo explícito como os nexos causais são construídos, todos esses são índices de compromisso argumentativo com a audiência e com a sua própria teoria explicativa para o evento crítico. Conforme se pode ver na figura 22, todas as junturas temporais correspondem a nexos causais que compõem a seqüência que leva até o c_0 , o que, juntamente com a significância desses nexos, indica a grande eficácia de sua explicação.

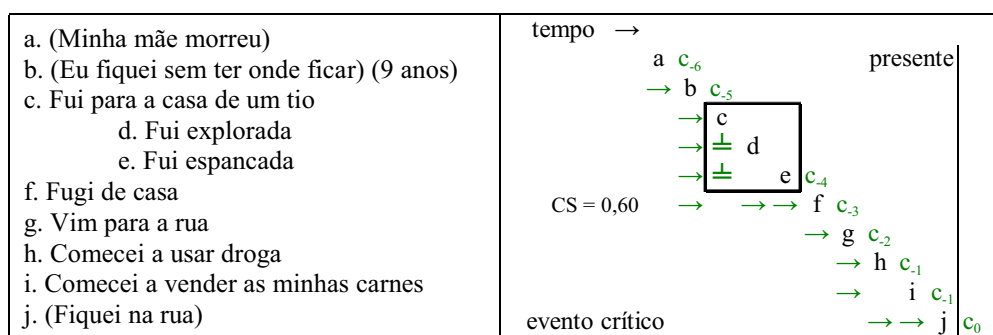


Figura 22. Esqueleto objetivado da narrativa e diagrama da organização temporal das cláusulas narrativas IV.

O evento crítico, portanto, é construído como singularidade e, do mesmo modo que na narrativa I, é logo avaliado negativamente, como um problema, uma falta no mundo. Esse mundo em que ela situa a sua narrativa é comparado a um mundo alternativo por meio

de cláusulas que comportam negação (p. ex., “aí não tinha onde ficar...”). Ações avaliativas encaixadas às cláusulas narrativas também compõem essa apreciação (“era jogada”, “era explorada”, “era espancada”), as quais, ainda, são situadas num segundo plano narrativo – o que é indicado pelo uso do pretérito imperfeito – para imprimir a idéia de duração desses eventos, pelos quais ela aprecia o seu mundo.

Algo muito importante na compreensão dessa narrativa diz respeito ao fato de que a maior parte do tempo da narrativa é gasta com a exposição das circunstâncias que condicionaram a sua escolha pela rua. Somente essas circunstâncias expostas mantêm nexo causal construído com base em afirmações explícitas, as quais conduzem à escolha por ficar na rua. O evento de maior importância na narrativa (c.₅) é efeito direto da morte da mãe e um signo eloquente de **desamparo e abandono**, de modo que é essa a hipótese explicativa para a vinda e permanência na rua. Depois desse evento drástico, tudo o mais, a ida e permanência na rua, o contato com as drogas, a prostituição, pode ser contado como consequência.

É interessante notar que a construção retórica desta hipótese se sustenta principalmente sobre uma **pergunta retórica**: “depois que minha mãe morreu eu tinha o quê? meus nove anos de idade... não tinha onde ficar” – isto é, não tinha atributos nem recursos para enfrentar o mundo. A pergunta retórica confere um ar de fatalidade à situação de desamparo. Esse expediente retórico subordina um outro, uma **gradação**, na verdade, uma seqüência com dois clímaxes: um primeiro que faz progredir a gravidade das circunstâncias de sua vida – ia para a casa dos tios, era explorada, espancada, fugiu de casa; um segundo que faz progredir a perversão das escolhas condicionadas pelas circunstâncias anteriores – começou a usar drogas, a vender as carnes, e assim está até hoje. Essa forma de

arranjar os eventos torna as escolhas, feitas pela protagonista, meros efeitos da fatalidade do abandono. É preciso notar que em vez de falar que se prostitui – um verbo reflexivo, que faria retornar inequivocamente sobre a protagonista o ônus moral de sua ação –, a narradora produz um **disfemismo** (“comecei a vender as minhas carnes”), cujo efeito triplo é acentuar a negatividade da apreciação sobre os eventos que narra, criar mais tensão afetiva para o desfecho iminente da narrativa e manter a ligação retórico-argumentativa com a hipótese do desamparo (vender o único recurso que lhe restou!). A cláusula que resolve a narrativa apresenta como consequência de tudo isso a situação em que a protagonista-narradora se encontra no presente.

Toda essa organização retórico-argumentativa, que cria a hipótese do desamparo, arranja opositores para a protagonista (os tios), subtrai quaisquer ajudadores, explica as escolhas pelas circunstâncias, cria para a narrativa um clima moral de **desculpa**, e apaga a possibilidade de redenção desse mundo.

O modo como os diversos compromissos posicionam os caracteres da interação situa o *self*-autor como um arranjador das circunstâncias em que o *self*-ator precisou realizar as suas escolhas frente a um mundo extremamente cruel e violento, localizando o *self*-interessado como objeto de compaixão. Ora isso depende de um anti-*self* que possa ser desculpado e de um outro compassivo.

7.6 Narrativas

V.

- | | | | |
|----|-----|------------|--|
| CA | 0a0 | Coordenada | minha mãe me deu com quatro ano de idade a uma mulher... sabe?
lá no... no Gramoré... |
| EV | 0b0 | Coordenada | só que o filho dela era muito ruim pra mim... |

CA	0c0	Coordenada	aí minha mãe foi buscar eu lá (1.3) lá da casa dela..., sabe?
CA	0d0	Coordenada	aí trouxe eu pra cá...
CA	0e0	Coordenada	aí depois eu/ minha mãe ficou com... (1.1) com meu padastro...
CA	0f0	Coordenada	aí ela me deu com quatro ano de idade a essa mulher...
CA	0g0	Coordenada	(1.2) aí ela foi... foi pegar eu lá... eu tinha treze ano de idade quando ela pegou eu de volta pra/ pros Guarapes... aí chegou aí nos Guarapes...
CA	0h1	Restrita	aí depois ela me abandonou... sabe?
EV	1i0	Restrita	(1.1) ficava me expulsando de casa com ciúme do meu padrasto...
CA	0j0	Coordenada	aí expulsou eu...
CA	0l1	Restrita	(1.0) aí eu ficava na casa de um... na casa de outro... na casa de um... na casa de outro...
EV	1m0	Restrita	aí era humilhada na casa de um... na casa de outro...
CA	0n0	Coordenada	aí eu peguei... vim pra Cadelária...
RE	0o0	Coordenada	(1.4) aí fiquei...
RE	0p0	Coordenada	fazendo programa... me prostituindo...

Esta narrativa parece não comportar elementos propriamente de orientação, pois já se inicia com o relato de eventos com certa importância na sequência narrativa. No entanto, torna possível a inferência acerca de uma transformação do mundo, de modo semelhante àquele que compunha a narrativa anterior (IV). Isto é, a narrativa é primeiramente situada na casa de sua mãe, no tempo de sua infância. Essa narrativa também mostra uma transição gradual do ambiente da casa para o da rua, para o que se serve do discurso mestre que opõe essas duas dimensões. Como na narrativa anterior (IV), o desamparo é a principal referência semântica para o mundo da narrativa. Também aqui, a protagonista experimentou abandono, ausência de co-adjuvantes, falta de atributos e escassez de recursos que lhe permitissem enfrentar a oposição oferecida pelo mundo.

O desembaraço com que a narradora começa a sua narrativa pode ser interpretado como um compromisso com a audiência, com a objetividade de seu relato. Com efeito, a sua narrativa é a mais linear entre as narrativas aqui estudadas (ver figura 23), apresenta

uma série causal composta por eventos significativos e nexos explícitos, é assertiva (0,50), de modo que a teoria explicativa que leva ao c_0 é bastante coesa e clara. Todos esses são índices da preocupação da narradora em dar inteligibilidade ao seu ponto de vista.

Desse modo, o evento crítico é construído como singularidade e apreciado negativamente. Embora não haja cláusulas de avaliação externa que ofereçam essa interpretação, praticamente todos os verbos usados nessa narrativa (dada, buscada, abandonada, expulsa, humilhada) oferecem um quadro pelo qual é possível apreender a avaliação feita pela narradora de todos os eventos relatados. Esses mesmo verbos resumem toda a seqüência de eventos, que consistem basicamente na expulsão de casa por sua mãe, na humilhação sofrida na casa de outros e na vinda para a rua. A narradora, desse modo, insinua a sua apreciação pelo modo como constrói os eventos, aplicando uma estratégia narrativa aparentemente mais objetiva e, portanto, mais crível.

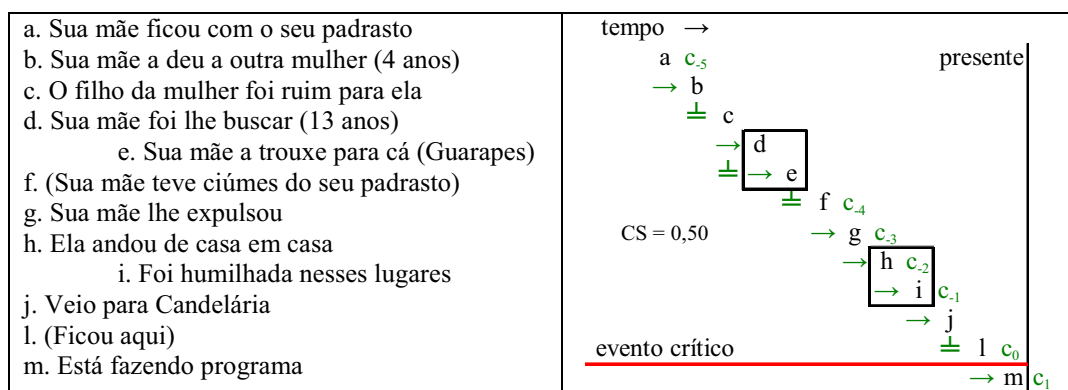


Figura 23. Esqueleto objetivado da narrativa e diagrama da organização temporal das cláusulas narrativas V.

A série causal que constitui a teoria explicativa para o c_0 é praticamente toda ela composta de descrições das circunstâncias às quais a protagonista ia sendo submetida, de forma que as suas escolhas não eram enfatizadas. Esse conjunto de circunstâncias aduzido

ao longo da narrativa para explicar a condição atual da protagonista-narradora constitui um cenário ao qual a narradora parece ter sido levada à revelia, colocada em posição de ter de assumir o ônus de escolhas alheias a sua vontade, a qual sequer foi expressa ao longo da estória. A única cláusula em toda a narrativa em que a ação da protagonista parece ser auto-determinada é aquela em que ela declara ter vindo para Candelária (que é o bairro em que ela se encontra, onde a narrativa é realizada).

Por outro lado, a personagem cuja ação é mais enfatizada é a sua mãe. Foi ela que deu, foi buscar, trouxe, abandonou, teve ciúmes e expulsou. Ao mesmo tempo, a sua mãe é colocada na posição de sua maior opositora e senhora de seu destino. Esses elementos da composição narrativa fazem crer que a hipótese pela qual a narradora pretende explicar a sua situação de rua é o **abandono** ao qual a sua mãe lhe submeteu. A organização retórica da narrativa corrobora essa hipótese.

Em primeiro lugar, a **repetição** de motivos, as idas e vindas, de um lugar para outros, sugere a idéia de errância da protagonista. Quase todos os verbos usados para descrever a ação de sua mãe (deu, buscou, trouxe, expulsou) sugerem, ao mesmo tempo, a desvalorização e o menosprezo dirigido à protagonista, e a ligação entre a idéia de errância e a ação da mãe. Em segundo lugar, o relato de sua expulsão pela mãe é seguido de um outro tipo de repetição, uma **epanalepse**, que consiste na repetição dos mesmos vocábulos em pontos diferentes do contexto, próximos uns dos outros, como “na casa de um... na casa de outro... na casa de um... na casa de outro...”, e em seguida “aí era humilhada na casa de um... na casa de outro...”. Esse movimento de repetição ainda produz um outro efeito estilístico, a **paradiástole**, pois os seguimentos alinhados acima têm igual estrutura sintática, rítmica, e igual extensão, e o seu efeito é puramente afetivo. Todos esses recursos

compõem a dramaticidade desse momento em que a protagonista passa a sofrer as conseqüências do abandono, ao mesmo tempo em que devem comover a audiência e conseguir a sua aquiescência. Mais uma vez, essas conseqüências podem ser remetidas de volta à ação de sua mãe se regredirmos à **gradação** secundária que a narradora ainda produz, a saber, abandonada → expulsa → humilhada → prostituída. Assim, o abandono é a fatalidade que explica a sua condição presente da protagonista-narradora, e o como essa hipótese é construída cria para a narrativa um clima moral de **desculpa** (a semelhança da narrativa IV).

O *self*-autor acusa a oposição sofrida pelo *self*-ator como responsável pelas circunstâncias que o levaram inevitavelmente a condição degradada em que se encontra, produzindo ao mesmo tempo, um anti-*self* desculpado de um mundo violento. Assim, o *self*-interessado se satisfaz da comoção de um outro compassivo.

7.7 Narrativas

VI.

OR	a	Livre	eu nasci aqui em Natal... aqui em Natal mesmo...
CA	0b0	Coordenada	(8.1) quando eu nasci a minha mãe quis dar eu na maternidade...
CA	0c1	Restrita	aí a minha vó e a minha tia chegou na hora...
	1d0	Restrita	e não deixou...
CA	0e1	Restrita	aí quando eu tinha cinco ano ela... queria botar eu na FEBEM...
CA	1f0	Restrita	queria dar eu a um vizinho lá perto de casa...
CA	0g0	Coordenada	minha vó também não deixou...
EV	0i0	Coordenada	(2.7) aí... eu vivo assim mais na rua mais por causa disso... desgosto... que eu tenho da minha família...
EV	0j0	Coordenada	mas só que eu gosto da minha mãe... (2.7) a minha mãe (3.1) da minha mãe... da minha vó que me criou... da minha tia ...
EV	0l0	Restrita	(4.7) aí eu tô na rua porque eu não posso ir pra casa... porque (1.4) tô sendo ameaçado...

OR	0m0	Coordenada	já tive na Casa de Passagem...
OR	0n0	Coordenada	já fiquei de maior...
EV	0o0	Coordenada	aí agora tô na rua de novo...
EV	0p0	Coordenada	(3.3) (agora) eu tenho fé em Deus... se Deus quiser... vou fazer nada...
EV	0q1	Restrita	todo mundo diz isso... mas... não dá certo...
EV	1r0	Restrita	mas (1.5) eu sei pra mim vai dar certo...
EV	2s0	Restrita	eu vou sair da rua...
EV	0t1	Restrita	vou voltar a estudar de novo... ficar... só o que eu quero voltar a estudar... que eu já disse a você né?
EV	0u0	Coordenada	só o que eu quero é isso... voltar a estudar....

Esta é uma pequena narrativa que traz diversos elementos de orientação e de avaliação. O narrador informa acerca de alguns elementos da vida de um jovem em conflito com a lei (FEBEM, Casa de Passagem³⁹, maioridade), informa acerca de diversos atributos do protagonista-narrador, alguém com méritos e deméritos (desacreditado, mas com fé). Este narrador também remete o seu relato ao discurso que sustenta a oposição entre casa e rua, mais especificamente, constrói a narrativa como o relato de uma transformação, de uma mudança do ambiente da casa para o ambiente da rua, do mesmo modo como o fazem as narrativas I, IV e V.

Embora alguns elementos narrativos façam crer na existência de um compromisso argumentativo alimentado entre o narrador e a sua audiência, diversas características na série causal criada pelo narrador dificultam a inteligibilidade de sua teoria explicativa para o evento crítico: a sua baixa assertividade (0,25), a presença de diversas cláusulas implícitas, cujo sentido depende da pressuposição – portanto, a pouca clareza desses nexos

³⁹ As Casas de Passagem costumam servir como abrigo temporário para crianças e adolescentes. No entanto, no caso específico de Natal/RN, a Casa de Passagem serviu para receber adolescentes objeto de medidas sócio-educativas ou em regime de semi-liberdade. Esse relato sugere que a Casa de Passagem lhe servia de um desses modos.

–, o epifenomenismo – isto é, o fato de que diversos eventos (a, c, d) compõem um mesmo nexos causal (c_2) –, a composição de duas seqüências alternativas – que demonstram a hesitação do narrador quanto à sua teoria explicativa e fazem dela não-linear (ver figura 6). Mesmo assim, como o c_0 é construído como singularidade, uma falta do mundo do mesmo modo que nas outras narrativas (I, III, IV, V), é possível supor o compromisso argumentativo. Ele é indicado por outros elementos da narrativa, como o vínculo que o narrador tenta estabelecer com a audiência por meio da evocação de sua participação (“que eu já disse a você né?”).

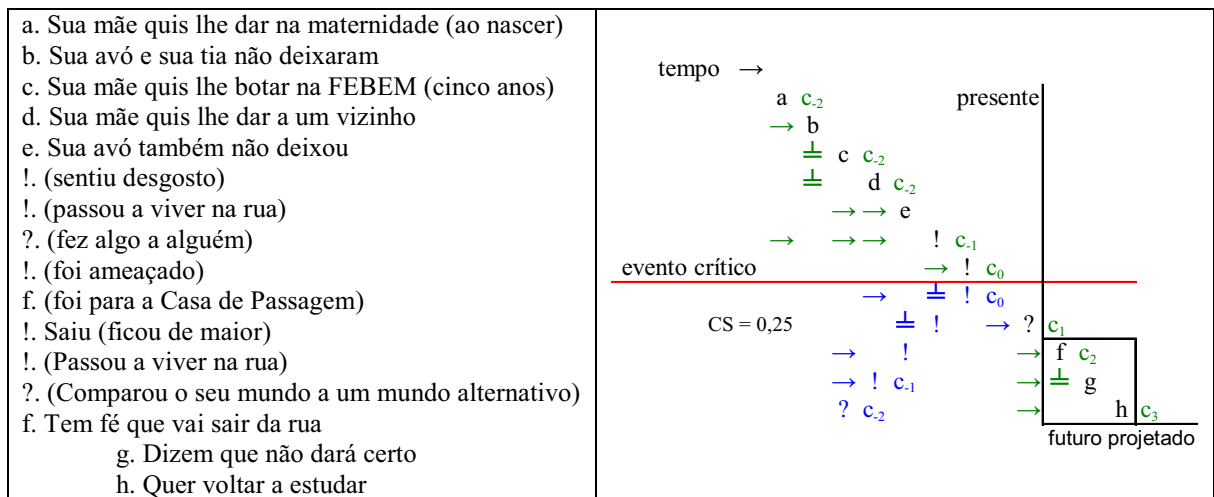


Figura 24. Esqueleto objetivado da narrativa e diagrama da organização temporal das cláusulas narrativas VI.

No relato acima, há duas seqüências de eventos que explicam a situação de rua vivida pelo protagonista. A primeira delas, desenvolvida em mais detalhe, sugere que as diversas tentativas de sua mãe de abandoná-lo produziram nele um sentimento de desvalorização e abandono, nomeado como desgosto pelo próprio narrador, e esse **desgosto** teria sido a causa de sua ida para as ruas, portanto a sua primeira hipótese explicativa. Essa

é a única narrativa em que os sentimentos do protagonista são nomeados (“desgosto”), também em que um sentimento participa como um evento dentro da seqüência de eventos da série causal, de modo a compor claramente a teoria produzida narrativamente.

Os recursos retóricos com que o narrador apresenta a sua argumentação são semelhantes àqueles presentes nas duas últimas narrativas estudadas (IV e V): os verbos que, quando descrevem relações entre pessoas, produzem a idéia de desvalorização e menosprezo (dar, botar, deixar); a **repetição** de motivos de ida e vinda, produzindo a idéia de errância, de alguém sem morada, que percorreu diversos lugares sem ter se fixado a nenhum. Segundo esta teoria, as circunstâncias e as escolhas não equilibradas, assim como a ajuda e a oposição, e com isso, o clima moral criado é o de **demérito**, já que as circunstâncias – inclusive atenuadas pelo próprio protagonista-narrador, que afirma gostar de sua família – não anulam o efeito moral da escolha, tampouco as suas conseqüências. É também esse clima que, nos momentos finais da narrativa, oferece a oportunidade para que o protagonista-narrador ainda apresente os recursos de que dispõe para engendrar a redenção de sua estória, a sua vontade e confiança, apresentação feita com o recurso à **optação**, a expressão dramatizada de seu desejo, assujeitando-o a decisões supra-humanas.

A segunda seqüência narrativa, que explica o evento crítico, sugere indiretamente um evento, de modo algum descrito ou aludido, que teria provocado uma ameaça sobre o protagonista-narrador. Supostamente, esse mesmo evento também teria provocado a sua ida para a Casa de Passagem, de onde saiu por efeito de sua maioridade, quando então voltou para a rua, onde ficou já que não podia mais voltar para casa, ainda por efeito da ameaça. Essa é uma seqüência mais complexa e frágil, toda ela reconstruída pela audiência com base em cláusulas implícitas, pressupostas e subentendidas. O clima moral de **demérito**

também se infunde sobre essa teoria, com base também no conteúdo de sua opção: o que o protagonista-narrador deseja é “não fazer nada para poder sair da rua”. Essa declaração enigmática é o que permite supor, com mais confiança, que a causa remota do c_0 na segunda seqüência narrativa, isto é, a segunda hipótese explicativa é o **crime**⁴⁰ que teria motivado a ameaça que o impede de voltar para casa. Um crime que ele espera poder não repetir para obter a sua redenção.

A hesitação de que padece o narrador, portanto, pode ser entendida como efeito de sua indecisão por uma teoria explicativa que dê inteligibilidade ao evento crítico que relata, por não ter assimilado completamente as razões ou circunstâncias que o levaram à rua. O impasse se constitui quando o narrador se vê entre uma teoria sustentada pelo desgosto da família, e outra sustentada por um crime inconfessado. Ambas as teorias comprometem moralmente o protagonista narrador, de modo que o que ele enfatiza é o seu desejo de superar o evento crítico estruturante da experiência pessoal que ele quer transmitir, de modo a tornar essa experiência mais moralmente confortável.

O *self*-autor, portanto, se vê diante desse impasse, em que o *self*-ator, duplamente culpado, embaraça o *self*-interessado em seu objetivo de redenção. O que lhe resta é concentrar-se na produção de um anti-*self* digno da confiança do outro, cujo crédito ele pretende como para superação de um mundo que ainda o atrapalha.

⁴⁰ A palavra “crime” não deve ser aqui entendida em seu sentido legal. Tendo em conta o fato de que se trata de um adolescente, tecnicamente, qualquer ato seu de encontro à lei deveria ser qualificado como ato infracional. O relato não deixa claro que o aconteceu. Portanto, a palavra crime descreve uma hipótese acerca do clima moral, isto é, dos arranjos semânticos construídos narrativamente, e não qualifica legalmente o ato supostamente cometido pelo menino que conta a estória.

7.8 Comparações entre as narrativas

Uma leitura rápida e descuidada das narrativas anteriormente apresentadas certamente produziria uma impressão errada sobre elas, a impressão de que são pobres de recursos, não planejadas, confusas e superficiais. Pelo contrário, como foi demonstrado, ao mesmo tempo em que essas narrativas surpreendem pela grande variedade de recursos de que se serviram, em sua maioria, são bastante eloqüentes e eficazes em produzir as impressões e os sentimentos supostamente pretendidos pelo sujeito que narra. Mas o que há de interessante quanto à complexidade demonstrada por essas narrativas não é apenas a surpresa que elas produzem. As narrativas refletem o processo complexo de apreensão e significação, por esses meninos e meninas, de sua experiência de estar na rua, assim como a complexidade da situação de interação em que essa experiência é transmitida, quando se ocupam de contar a sua estória. O seguinte quadro (quadro 1) apresenta sumariamente uma comparação entre as diversas características das narrativas anteriormente analisadas.

Quadro 6. *Comparação entre as características estruturais, funcionais, argumentativas e estilísticas das narrativas.*

Características	a1	a2	a3	a4	a5	a6
evento crítico	ficar na rua	ficar na rua	ficar na rua	ficar na rua	ficar na rua	ficar na rua
singularidade do evento	sim	não	não	sim	sim	sim
compromisso argumentativo	sim	sim	não	sim	sim	sim
figuras	gradação	gradação	gradação	interrogação	repetição	repetição
	antítese		epizeuxe	gradação	epanalepse	opção
	insinuação		paradoxo	disfemismo	paradiástole	
	símbolo		interrogação		gradação	
	personificação		aposiopse			
argumento	enredamento	acomodação	enredamento	desamparo	abandono	desgosto

	crime					
significância dos eventos	sim	sim	não	sim	sim	sim
nexo entre os eventos	escolha circunstância	escolha -	escolha -	circunstância escolha	circunstância -	circunstância escolha
	implícita	explícita	explícita	explícita	explícita	implícita
tipo de nexo	explícito	-	-	-	-	explícita
teoria explicativa	sim	não	não	sim	sim	sim
grande narrativa	sim	não	não	sim	sim	sim
oposição entre casa-rua	sim	não	não	sim	sim	sim
efeitos morais	vergonha	-	engano	desamparo	menosprezo	demérito
	culpa	-	-	desculpa	desculpa	culpa
co-adjuvantes	não	sim	sim	não	não	sim
opositores	sim	não	não	sim	sim	sim
caracteres	a1	a2	a3	a4	a5	a6
self-autor	dissimulado	tranquilo	imprevisto	revelador	acusador	dividido
self-ator	culpado	adaptado	vítima	desamparado	abandonado	faltoso
self-interessado	desculpado	desinteressado	sedutor	carente	carente	desacreditado
anti-self	envergonhado	estranho	enganado	desculpado	desculpado	inseguro
mundo	remissível	receptivo	engodo	violento	violento	tropeço
outro	compassivo	estranho	inclinado	compassivo	compassivo	ajudador

As narrativas se aproximam de diversas maneiras, e se afastam de muitos modos também. Estilisticamente, algo que as aproxima é o fato de que quase todas elas se utilizam da gradação como figura retórica mais ou menos privilegiada. Obviamente, a gradação é uma figura muito apropriada ao uso em narrativas. No entanto, cumpre um papel diferenciado em todas as histórias aqui analisadas. Por vezes, a gradação descreve o processo de um reiterado padecimento de ter a própria humanidade depreciada e desvalorizada de diferentes maneiras, cada vez mais aviltante. Descreve, de fato, um movimento de decadência, ou um enlaçamento paulatino ao espaço, ao tempo, à vida na rua e às suas conseqüências. A gradação parece também ligar essas narrativas a um mesmo discurso que significa uma mudança, a passagem para rua, de um modo ou de outro, como

um processo, como uma progressão, geralmente, o término de uma errância, o fim de um não ter lugar. Essa figura se adequa, com muita propriedade, ao discurso que opõe casa e rua.

voltei (2.4) é:: pra rua... e fiquei... e conheci a maconha... depois o crack... limpo pára-brisa de carro... e aqui estou né?

e vim pra rua... comecei a usar droga... comecei vender as minhas carne (1.9) e assim eu tô até hoje...

O uso da gradação para transmitir uma experiência de passagem da casa para a rua, quando modula esse discurso mestre que identifica a casa à estabilidade, honestidade e segurança, e a rua ao vício, produz como efeito a transformação de casa e da rua quase que em atributos. A ameaça oferecida pela rua se assemelha à ameaça oferecida por uma doença. O que esses dois trechos das narrativas (respectivamente, I e IV) ilustram é que mais do que viver na rua, adoce-se dela.

Outra característica em comum, que assemelha a estrutura das narrativas em apreciação é o fato de que em todas elas, os protagonistas não dispõem de recursos para enfrentar a oposição que lhes é feita, não adquirem recursos e chegam mesmo a perder recursos com o desenrolar dos eventos. E com isso, de um modo ou de outro, todos eles, que estão na rua, são carentes de algo.

No entanto, algo que divide essas narrativas é o clima moral em que elas estão imersas. De um lado, há narrativas que se estruturam em função da falta ou da culpa atribuídas por eles mesmos a eles mesmos. Nessas narrativas, as escolhas deles assumem maior importância como explicação para o fato de estarem vivendo na rua, e, geralmente,

isso faz com que as suas narrativas sejam motivo de constrangimento. De outro lado, há narrativas que se estruturam em função da desculpa atribuída por eles mesmos a eles mesmos e, por conseguinte, da culpa que atribuem aos outros ou ao mundo. Nessas narrativas, são as circunstâncias de suas escolhas que assumem maior importância para explicar o fato de estarem vivendo na rua, e isso faz com que as suas narrativas não sejam necessariamente motivo de constrangimento.

Essas duas possibilidades de estruturação das narrativas parecem correlacionadas a uma outra característica que as divide do mesmo modo. São as narrativas que se estruturam em função da escolha e da culpa aquelas em que se produzem mais nexos causais posteriores ao evento crítico, isto é, aquelas em que se desdobram as conseqüências da vida nas ruas. São também as narrativas em que são descritos projetos, desejos e anseios para além do tempo presente, ou seja, são aquelas que apontam para o futuro. Ora, a afirmação de que o fato de apontarem para o futuro se correlaciona a uma organização narrativa em torno da culpa é baseada no simples fato de que o futuro que essas narrativas contêm é sempre significado pela possibilidade de redenção. Em primeiro lugar, esse futuro implica, para a narrativa, a possibilidade, o movimento, a chance de uma transformação qualquer, enquanto que nas outras narrativas o ponto final já foi atingido. Em segundo lugar, esse futuro implica, para a narrativa a oportunidade de redenção, isto é, de uma transformação que possa redefinir moralmente a relação entre o sujeito e o mundo, algo que falta também às outras narrativas.

O discernimento entre esses dois sistemas de organização narrativa aponta para uma hipótese fundamental deste estudo, acerca da importância da experiência do tempo, do papel que ela desempenha, no processo de construção das formas identitárias. Ora, se

Ricoeur (1983/1994; 1985/1997) está certo e a narrativa é uma forma de dar sentido à experiência pela integração do tempo à ação, é preciso aceitar que o sentido dado à experiência depende do sentido dado ao tempo. Isso o demonstra a diferença entre os dois sistemas narrativos analisados, que se distinguem pelo sentido dado ao nexo temporal a) entre o que aconteceu e o que acontece, ou o passado e o presente; b) entre o que acontece e o que há de acontecer, ou entre o presente e o futuro; c) entre o que aconteceu e o que há de acontecer, ou entre o passado e o futuro. No primeiro sistema, a relação entre o que aconteceu e o que acontece parece obter seu sentido no campo do necessário – isto é, apenas as circunstâncias operam sobre o mundo –, enquanto que, no segundo sistema, essa mesma relação parece obter sentido no campo do possível – isto é, também as escolhas operam sobre o mundo. Quanto à relação entre o que acontece e o que há de acontecer, no primeiro sistema, essa relação está fechada ao desvio, enquanto que, no segundo sistema, essa é uma relação sujeita ao desvio.

É preciso ficar claro que este não é um estudo acerca do conteúdo das expectativas ou desejos dos meninos, mas no papel que desempenha a experiência temporal na estrutura simbólica que organiza as formas identitárias. Assim, pode-se dizer que tudo o que foi exposto anteriormente sugere uma correlação entre os sentidos atribuídos ao nexo temporal (a) e (b), de forma que produzem uma implicação sobre o nexo (c). Os sentidos facultados à experiência do sujeito são completamente diversos de acordo com o sistema narrativo e em função dos sentidos atribuídos às juntas temporais. Uma consequência simples e óbvia sobre as formas identitárias produzidas no interior de um sistema e de outro é que umas são mais suscetível a atualizações que outras. Em outras palavras, umas podem ser mais facilmente transformadas que outras pelo efeito de desejos, projetos, planos, anseios, etc.

O que essas narrativas revelam acerca das formas identitárias produzidas no cruzamento, analisadas no capítulo anterior, é o fato de que os mesmos compromissos semânticos com as estratégias de sobrevivência e as mesmas condições de interação entre os meninos e os outros grupos no ambiente do cruzamento, agem sobre o processo de construção narrativa. A ação dessas forças torna as narrativas compatíveis e solidárias às tecnologias corporais em seu objetivo de comover pela manipulação da face. Por outro lado, essas mesmas narrativas também esclarecem o efeito da sobreposição dos sentidos para tempo e espaço implicados nos regimes de interação entre os meninos e os outros grupos. Assim, o *tempo precipitado* da existência no semáforo reverbera na estrutura simbólica do tempo das narrativas, comprimindo a experiência pessoal dos meninos no presente de suas estórias. Também o espaço apreendido sob a dialética do exterior e do interior é o mesmo espaço em torno do qual as narrativas são estruturadas, e, com isso, todos os meninos, por meio de suas narrativas, situam a si mesmos em posição de exterioridade relativa ao mundo que avaliam positivamente.

Por fim, essas narrativas mostram, também com muita clareza, a dialética entre os atos de atribuição e atos de pertencimento na construção das formas identitárias por esses meninos. Um processo que ora envolve mais resistência, ora envolve mais submissão, mas que integra, pela negociação de sentido produzida interativamente, o discurso mestre acerca dos jovens que podem ser encontrados na rua e os significantes de uma história pessoal, criando as formas identitárias pelas quais o *self* dos meninos é significado com relação a alguém numa situação específica.

8. Conclusões

Como se pode ver até agora, os processos pelos quais esses jovens que se encontram na rua constroem os sentidos para a sua própria identidade são muito diversos e, muitas vezes, bastante complexos, assim como os variados recursos simbólicos, imagéticos e discursivos com os quais têm contado para isso. Esses jovens têm se engajado em tais processos – assim como o fazem todas as outras pessoas – com o objetivo de conceber para si um lugar no mundo, um lugar, no entanto, cujo espaço já está delimitado, sendo, mesmo assim, flexível o bastante para permitir a invenção pessoal que toda apropriação e refeitura de sentido comporta.

O estudo das relações mútuas entre o nível dos recursos semióticos disponibilizados pela cultura – imagens, discursos e práticas sociais – e o nível dos recursos semióticos disponibilizados pelos grupos com quem esses jovens interagem, ou em cujo interior estão – valores, hábitos e regras de interação – (ver figura 2), argumenta em favor da ressonância da forma como a categoria “meninos de rua” tem sido culturalmente arranjada e transmitida ao longo do tempo e do espaço, em nossa sociedade, pelo modo como afetam o cotidiano da relação entre os grupos aqui investigados. Isto é, mostra o modo como os significados que concernem justamente ao tempo e ao espaço de sua interação (ver quadro 6), assim como as práticas sociais que os preenchem (ver figura 8), dependem de um discurso mestre que opõe casa e rua, o que implica a criação de espaços existenciais tais como lacunas de interação onde poderia haver espaços de convivialidade; o que, por sua vez, causa

insegurança sobre os grupos envolvidos. Uma insegurança experimentada nos momentos em que as existências de um e outro grupo se interpenetram pela co-existência sem que isso implique a co-presença. É justamente nesse processo que a insegurança se produz, como fruto de um mútuo estranhamento das condições de vida que esses grupos experimentam diariamente.

O outro estudo, que descreve as relações mútuas entre o nível dos recursos semióticos disponibilizados pelos grupos e o nível dos recursos semióticos mobilizados por cada um dos meninos que está naquele cruzamento – as representações que forjam para o *self*, para a alteridade, assim como os regimes de trocas que organizam a relação entre essas representações – argumenta em favor do papel estrutural que as estratégias de sobrevivência realizadas por eles desempenha relativamente às formas identitárias que acabam construindo. A forma como se apropriam dos diversos espaços e dos diversos tempos de seu cotidiano, de modo a conduzir a sua própria existência, implica o cultivo de toda uma tecnologia corporal apta a lhes oferecer os recursos com os quais possam garantir a própria sobrevivência, isto é, uma tecnologia corporal que envolve todos os aspectos da sobrevivência nas ruas, desde a forma como se relacionam com suas próprias necessidades físicas (como comer, dormir etc.), até o modo como aprendem a manipular a própria face com o objetivo de obter o dinheiro e a ajuda de que depende a sua sobrevivência na rua (ver figura 12).

O fato é que essas mesmas tecnologias corporais são também (re)produtoras de imagens, representações e significados, de modo que retroagem sobre as formas identitárias que lhes engendraram. Essas mesmas tecnologias corporais acabam se tornando em signos pelos quais os outros grupos enxergam e apreendem o grupo de meninos que vivem naquele

cruzamento, assim como os meninos também passam a enxergar a si próprios como pessoas comprometidas pelo modo como agem. Essas tecnologias corporais são produtoras de auto-imagem, e sobre essas imagens, como sobre qualquer outra, se atribui valor. Obviamente, esta imagem é apreciada negativamente pela sociedade.

Em todo caso, a relação que os meninos sustentam com sua auto-imagem assim produzida não é, de modo algum, linear e imediatamente inteligível (embora um olhar superficial tenda a reduzir essa relação em uma só direção). O estigma em que se constitui a auto-imagem dos meninos, produzido pelas tecnologias corporais impostas por suas estratégias de sobrevivência, ocupa um lugar paradoxal na experiência cotidiana deles. Por um lado é rejeitado como imagem negativa, pejorativa e depreciativa de sua dignidade, e a reação que ela provoca em outras pessoas causa uma série de “prejuízos” valorativos ao *self* dos meninos, sentimentos de desvalorização e vários outros. Por outro lado, essa é uma imagem de que depende o seu “sucesso” na rua, e também a consciência de que se trata de uma imagem “produzida” por eles lhes proporciona algum prazer, como índice de sua esperteza, confirmando a sua “viração” (Gregori, 2000), por assim dizer, assim como revalorizando a sua experiência de rua.

Algumas conclusões se impõem ao estudo, descrição, análise e interpretação de todos esses processos: a significação do tempo e do espaço, dentro de uma cultura de grupo e como produto de trocas simbólicas em situações de interação, são categorias estruturantes tanto das representações de mundo desse grupo como das formas identitárias com o que dão sentido ao *self*, cada um de seus membros.

Tempo e espaço não são categorias separáveis, de acordo com Hall (1973). Isto implica que qualquer tentativa de estudo dessas categorias em separado subtrai a experiência seja do tempo ou do espaço algo de muito importante acerca de seu sentido.

Foi a colonização simultânea do tempo e do espaço do cruzamento – de antemão pré-significados – pelas técnicas de vida dos meninos que vivem lá o que deu oportunidade a todos os processos descritos e analisados até aqui. E isso confere à inteligibilidade de suas condições de vida, de suas relações com o próprio cotidiano, com o cotidiano de outros grupos no cruzamento, assim como de suas formas identitárias, um caráter holístico, embora não exaustivo. De modo que a integração dessas duas categorias ao estudo da população de meninos, cuja relação com a rua é considerada nociva a qualquer dos diversos aspectos de seu bem-estar presente ou futuro, é tornada indispensável. Principalmente com relação à categoria tempo, já que vem sendo insistentemente ignorada em pesquisas com essas pessoas (Neiva-Silva, 2003).

O estudo acerca das narrativas dos meninos mostra a complexidade inexplorada de sua relação com a experiência temporal. A importância da experiência do tempo para a identidade tem que ver com o fato de que a integração do tempo à experiência oferece ao sujeito os recursos com os quais ele aprecia a si mesmo e a sua posição com relação ao mundo. É pela integração do tempo à experiência – pela invenção narrativa, mais especificamente – que o sujeito é capaz de construir as coordenadas de sua vida, refazer o processo de produção dos sentidos a respeito de si mesmo, reencontrar a experiência que fez dele a pessoa que é e re-arranjar os seus próprios anseios, desejos e projetos. A invenção narrativa, para cada um dos meninos que participaram desse estudo, não apenas lhes serviu para poderem contar, cada um, a sua história.

De fato, isso constituía o meu compromisso de pesquisa com eles, lhes oferecer essa oportunidade. Em primeiro lugar, a contação de suas histórias deve produzir diversos efeitos, mais elementarmente, abre caminho ao modo muito particular pelo qual cada um deles apreende a sua própria realidade, e o faz de modo a contar com a sua espontaneidade em transmitir sua experiência particular. Ora, o conhecimento dessas formas particulares de enxergar o mundo e a si mesmos deve servir para demonstrar a sua capacidade em produzir significado de forma rica e complexa (isso contraria uma crença bastante difundida da carência cultural dessas pessoas). Além disso, a condução de outras pesquisas com essas mesmas pessoas deve levar em consideração, portanto, essa capacidade de auto-expressão, e, com isso, levar ao incremento metodológico, ao uso de procedimentos metodológicos que contem com essa capacidade de auto-expressão.

Por fim, a possibilidade de transformação dos sentidos e das formas identitárias que concernem a experiências dos meninos que estão na rua é o que há de mais caro às políticas públicas cuja intervenção se dirija a essa população. De modo que o conhecimento anteriormente aludido também deve compor os recursos de que dispõem os criadores, gestores e realizadores dessas políticas, para empreender uma intervenção mais instruída acerca da realidade subjetiva e social em que esses meninos estão inseridos. Ou seja, é de suma importância que as políticas públicas de atendimento aos jovens “em situação de rua” esteja assentada sobre o duplo fundamento a) de um modo científico de apreensão de uma realidade de um grupo sobre o qual se pretende intervir, e isto situa o discurso científico numa relação de exterioridade com a realidade de outrem, o que é geralmente obscurecido; b) do modo como os meninos significam a sua própria realidade – isto é, desde um ponto

de vista diferente ; e assim tornar possível que a sua realização, tanto quanto possível, possa contar com os frutos de uma relação de um a um.

Em segundo lugar, a contação de suas estórias produziu um efeito inesperado, um efeito inesperado da reflexão acerca da própria narrativa. Um dos meninos, aquele que venho chamando de Djair, foi bastante afetado pela narrativa de sua própria estória. Ao longo de sua entrevista, Djair se mostrou mobilizado de diversos modos: expondo sua opinião acerca de diversos aspectos de vida na rua em geral, e, em particular, de sua própria relação com a rua. Falou em detalhes acerca de sua relação com as drogas, acerca de como se sente mal estando naquele ambiente.

Alguns pontos de sua entrevista apontam claramente para esse movimento reflexivo. No final da entrevista, eu lhe perguntei muito diretamente quem é ele, e a sua resposta foi a seguinte,

eu não sei explicar não... o que () me perguntou por
causo que:... é: (2.1) às vezes eu acho que (eu me dou)
eu fico pensando agora... nunca ninguém me
perguntou isso...

Parece que, de fato, a minha pergunta o surpreendeu. Terminada a entrevista, ele estava bastante soturno, permaneceu cabisbaixo durante mais algum tempo. Fez-me perguntar se havia algum problema com ele, ao que ele respondeu que não. No dia seguinte, quando fui novamente ao cruzamento pela manhã, encontrei todos despertos, menos Djair. Segundo Maria, ele havia ido dormir com dor de cabeça e, também por isso, ainda não havia levantado. Somente no dia seguinte é que conversei novamente com Djair. Perguntei o que havia acontecido com ele, porque eu quase não o via mais, e quando o via ele sempre

parecia abatido. Ele me disse que andou pensando muito. Perguntei em que ele andava pensando, ao que ele me respondeu que pensava na vida e nas coisas que havia me falado dois dias atrás.

Algum tempo depois, na última vez que estive naquele cruzamento – já havia encerrado o meu tempo de permanência entre eles para efeito de pesquisa –, perguntei por Djair a Cosme, e ele me contou que Djair havia ido embora, que havia ido para casa. Não estou sugerindo, com isso que, a causa para Djair ter saído da rua foi aquela entrevista, muito menos que a sua situação seja estável agora e que ele nunca mais voltará para a rua. Estou sugerindo sim os possíveis efeitos “terapêuticos” da produção narrativa, ainda que isso não esteja, nem mesmo de longe, relacionado com o trabalho aqui desenvolvido⁴¹. Além disso, é preciso dizer que a experiência de participação junto aos meninos daquele sinal, a experiência de permanecer junto com eles em diversos momentos, foi transformadora em diversos sentidos, tanto para mim como para eles. Para eles, a experiência de ter alguém interessado em seu modo de vida, e, principalmente, inclinado a ouvir as suas histórias parece ter sido algo de muito valor. Além disso, também me disseram várias vezes que as fotografias que eu fiz e deixei com eles foi um presente de muito valor.

Para mim, a grande experiência transformadora foi ter convivido mais de perto com um grupo de pessoas cujos modos de vida eu ignorava completamente, muito embora fosse um grupo fisicamente muito próximo, isto é, o encontro enriquecedor com a radicalidade de

⁴¹ Há uma bibliografia que pode ser consultada para maiores informações acerca da Narrative Therapy. Ver Freedman, J.; & Combs, G. (1996). *Narrative Therapy: The social construction of preferred realities*. New York: W.W. Norton & Co.; e Monk, G.; Winslade, J.; Crocket, K. & Epston, D. (Eds.). (1997). *Narrative Therapy in Practice, The Archaeology of Hope*. San Francisco: Jossey-Bass.

um outro produzido em processos de política de identidade pela cultura em que estou inserido; mais particularmente, estar mais perto em momentos em que esse outro diz “eu”.

Referências bibliográficas

- Alves-Mazzotti, A. J. (1996). Meninos de rua e meninos na rua: estrutura e dinâmica familiar. In A. Fausto & R. Cervini (Eds.), *O Trabalho e a Rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80* (2ª ed., pp. 117-132). São Paulo: Cortez.
- Alves-Mazzotti, A. J. (1997). Representações sociais de “meninos de rua”. *Educação e Realidade*, 22(1), 183-207.
- Alves, P. B. et al. (1999). A construção de uma metodologia observacional para o estudo de crianças em situação de rua: criando um manual de codificação de atividades cotidianas. *Estudos de Psicologia*, 4(2), 289-310.
- Alves, P. B., et al. (2002). Atividades Cotidianas de Crianças em Situação de Rua. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(3), 305-313.
- Alvim, R. (2001). Meninos de rua e criminalidade. In N. Esterici, P. Fry & M. Goldenberg (Eds.), *Fazendo Antropologia no Brasil* (pp. 189-204). Rio de Janeiro: DP&A.
- Amado, J. (1937/2000). *Capitães da Areia*. Rio de Janeiro: Record.
- Andrade, C. D. (1968/2001). Boitempo. In: *Poesia Completa* (vol. II). Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- Aptekar, L. (1988). Street Children of Colombia. *The Journal of Early Adolescence*, 8(3), 225-241.
- Aptekar, L. (1996). Crianças de rua em países em desenvolvimento: uma revisão de suas condições. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9(1), 153-184.
- Aptekar, L. (1997). Conflict in the Neighborhood: Street and Working Children in the Public Space. *Childhood*, 4(4), 477-490.
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família* (D. Flaksman, Trans. 2ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: LTC Editora.
- Ariès, P. (1991). Por uma história da vida privada. In R. Chartier (Ed.), *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes* (Vol. 3, pp. 7-20). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Augé, M. (1994). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP: Papirus.
- Bachelard, G. (1957/1993). A dialética do exterior e do interior. In *A poética do espaço* (pp. 215-234). São Paulo: Martins fontes.

- Bamberg, M. (2004). Narrative discourse and identities. In J. C. Meister, T. Kindt, W. Schernus & M. Stein (Eds.), *Narratology beyond literary criticism* (pp. 213-237). Berlin & New York: Walter de Gruyter.
- Bamberg, M., & Georgakopoulou, A. (no prelo). Small Stories as a New Perspective in Narrative and Identity Analysis. *Text & Talk*. Acessado em 30 de agosto de 2007, disponível em: <http://www.clarku.edu/~mbamberg/publications.html>.
- Bandeira, D.; Koller, S. H.; Hutz, C. & Forster, L. (1996). Desenvolvimento psico-social e profissionalização: uma experiência com adolescentes de risco. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, 9(1), 185-207.
- Baudelaire, C. (1857/1985). *As flores do mal* (I. Junqueira, Trans.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bemak, F. (1996). Street Researchers: A New Paradigm Redefining Future Research with Street Children. *Childhood*, 3, 147-156.
- Benjamin, W. (1995). *Walter Benjamin, Obras escolhidas II: Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense.
- Berger, P., & Luckmann, T. (1966/1997). *A construção social da realidade* (14ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Bourdieu, P. (1974). Avenir de classe et causalité du probable. *Revue française de sociologie*, 15, 3-42.
- Bruner, J. (1987). Life as narrative. *Social Research*, 54, 1-17.
- Bruner, J. (1996). A narrative model of self construction. *Psyke & Logos*, 17(1), 154-170.
- Bruner, J. (1997). *Atos de significação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bruner, J. (1998). *Realidade mental, mundos possíveis*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bucholtz, M., & Hall, K. (2005). Identity and Interaction: A Sociocultural Linguistic Approach. *Discourse Studies*, 7(4-5), 585-614.
- Cabral, L. F. (2005). A rua no imaginário social [Versão Eletrônica]. *Scripta Nova. Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales*, 09. Acessado em 05 de abril de 2007, disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-60.htm>.
- Carrizosa, S. O. & Poertner, J. (1992). Latin American street children: problem, programmes and critique. *International Social Work*, 35, 405-413.
- Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano: artes de fazer* (Vol. I). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Certeau, M., Mayol, P., & Giard, L. (1996). *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar* (Vol. II). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Chartier, R. (1991a). Figuras da modernidade: Introdução. In R. Chartier (Ed.), *História da vida privada: do Renascimento ao Século das Luzes* (Vol. 3, pp. 7-20). São Paulo: Companhia das Letras.
- Chartier, R. (1991b). A comunidade, o Estado e a família. Trajetórias e tensões: Introdução. In R. Chartier (Ed.), *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes* (Vol. 3, pp. 409-412). São Paulo: Companhia das Letras.
- Ciampa, A. C. (1987). *A estória de Severino e a história de Severina: um ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.
- Ciampa, A. C. (1994). Identidade. In S. T. M. Lane & W. Codo (Eds.), *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.
- Clifford, J. (1998). *A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no Século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Corsaro, W. (2005). Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. *Educação & Sociedade*, 26(91), 443-464.
- Cosgrove, J. G. (1990). Towards a working definition of street children. *International Social Work*, 33, 185-192.
- DaMatta, R. (1997a). *A Casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil* (5ª ed.). Rio de Janeiro: Rocco.
- DaMatta, R. (1997b). *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro* (6ª ed.). Rio de Janeiro: Rocco.
- Derrida, J. (1967/1999). *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva.
- Dickens, C. (1993). *Oliver Twist* (A. Ruas, Trans.). São Paulo: Círculo do Livro.
- Dubar, C. (2006). *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes.
- Dubar, C. (2007). Dimensions de l'identité - Polyphonie et métamorphoses de la notion d'identité. *Revue Française des Affaires Sociales*, 61(2), 11-26.
- Ducrot, O. (1969/1987). Pressupostos e subentendidos: a hipótese de uma semântica lingüística. In O. Ducrot (Ed.), *O dizer e o dito* (pp. 13-30). Campinas, SP: Pontes.
- Eder, D., & Corsaro, W. (1999). Ethnographic studies of children and youth: Theoretical and ethical issues. *Journal of Contemporary Ethnography*, 28(5), 520-531.

- Eysenck, H. J. (1967). *The biological basis of personality*. Springfield, IL: Thomas.
- Fabre, D. (1991). Famílias. O privado contra o costume. In R. Chartier (Ed.), *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes* (Vol. 3, pp. 543-580). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freedman, J.; & Combs, G. (1996). *Narrative Therapy: The social construction of preferred realities*. New York: W.W. Norton & Co.
- Freyre, G. (1933/2003). *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (47ª ed.). São Paulo: Global.
- Frota, M. G. C. (2005). A cidadania da infância e as novas responsabilidades do Estado e da Sociedade Civil na implementação dos direitos da criança. [Versão eletrônica]. *Memex: informação, cultura e tecnologia*, 10.
- García, J. L. G. (2000). Informar y narrar: el análisis de los discursos en las investigaciones de campo. *Revista de Antropología Social*, 9, 75-104.
- Geertz, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora.
- Gélis, J. (1991). A individualização da criança. In R. Chartier (Ed.), *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes* (Vol. 3, pp. 311-330). São Paulo: Companhia das Letras.
- Giddens, A. (1989/2003). *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Giddens, A. (2002). *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Goffman, E. (1955/1998). A elaboração da face. In S. A. Figueira (Ed.), *Psicanálise e Ciências Sociais* (pp. 76-114). Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Goffman, E. (1959/1999). *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Goffman, E. (1963/1975). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Gover, M. (1996, 18 a 20 de Outubro). *The narrative emergence of Identity*. Paper presented at the Fifth International Conference on Narrative, Lexington, Kentucky. Acessado em 30 de agosto de 2007, disponível em: <http://www.msu.edu/user/govermar/narrate.htm>.
- Gregori, M. F. (2000). *Viração: experiências de meninos de rua*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Guareschi, N. M. F.; Oliveira, F. P.; Giannechini, L. G.; Communello, L. N.; Nardini, M. & Pacheco, M. L. (2002). A rua, a casa e a escola: a construção de identidade de meninos e meninas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 2(2), 91-107.
- Günther, H. (1992). Interviewing street children in a brazilian city. *The Journal of Social Psychology*, 132(3), 359-367.
- Gutwirth, J. (2001). A etnologia, ciência ou literatura? *Horizontes Antropológicos*, 7(16), 223-239.
- Habermas, J. (1990). *Pensamento pós-metafísico. Estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Hall, E. (1973). *La dimension oculta: enfoque antropológico del uso del espacio*. Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local.
- Hammersley, M., & Atkinson, A. (1994). *Etnografía: Métodos de Investigación*. Barcelona: Ed. Paidós.
- Harrington, B. (2003). The Social Psychology of Access in Ethnographic Research. *Journal of Contemporary Ethnography*, 32(5), 592-625.
- Hegel, G. W. F. (1969). *Textos Dialéticos*. Rio de Janeiro: Zahar Eds.
- Hutz, C. S. & Forster, L. M. (1996). Atitudes e comportamentos sexuais de crianças de rua em Porto Alegre. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, 9(1), 209-229.
- Hutz, C. S. & Koller, S. H. (1996). Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 175-197.
- Iñiguez, L. (2001). Identidad: de lo personal a lo social, un recorrido conceptual. In E. Cerspo (Ed.), *La constitución social de la subjetividad* (pp. 209-225). Madrid: Catarata.
- Invernizzi, A. (2003). Street-Working Children and Adolescents in Lima: Work as an Agent of Socialization. *Childhood*, 10(3), pp. 319-341.
- Juárez, E. (1996). Crianças de rua: um estudo de suas características demográficas. In A. Fausto & R. Cervini (Eds.), *O Trabalho e a Rua: crianças e adolescentes no Brasil dos anos 80* (2ª ed., pp. 91-115). São Paulo: Cortez.
- Kardiner, A. et al. (1945). *The Psychological Frontiers of Society*. New York: Columbia University Press.
- Koller, S. H. & Hutz, C. S. (1996). Meninos e meninas em situação de rua: dinâmica, diversidade e definição. *Coletâneas da ANPEPP*, 1(12), 11-34.

- Labov, W. (1972). The transformation of experience in narrative syntax. In W. Labov (Ed.), *Language in the inner city: Studies in Black English vernacular* (pp. 354-396). Philadelphia, PA: University of Philadelphia Press.
- Labov, W. (1997). Some further steps in narrative analysis. *The Journal of Narrative and Life History*, 7, 395-415.
- Labov, W., & Waletzky, J. (1967). Narrative analysis. In J. Helm (Ed.), *Essays on the Verbal and Visual Arts* (pp. 12-44). Seattle: University of Washington Press.
- le Breton, D. (1990). *Anthropologie du corps et modernité*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Lewis, L. (2001). *(Des) Encontros a céu aberto: ensaio etnográfico sobre crianças em situação de rua na cidade do Recife*. [Dissertação de Mestrado não-publicada] Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Lillebye, E. (1996). Architectural and functional relationships en street planning: an historical view. *Landscape and Urban Planning*, 35, 85-105.
- Lucchini, R. (1996a). The Street and its Image. *Childhood*, 3(2), 235-246.
- Lucchini, R. (1996b). Theory, method and triangulation in the study of street children. *Childhood*, 3(2), 167-170.
- Lucchini, R. (1997). *Entre fugue et expulsion : le départ de l'enfant dans la rue* [Versão Eletrônica]. Working paper n° 287, Faculté des sciences économiques et sociales, Université de Fribourg, Fribourg. Acessado em 23 de abril de 2007, disponível em: <http://www.unifr.ch/socsem/Fichiers%20PDF/Entre%20fugue%20et%20expulsion.pdf>
- Lucchini, R. (2001). Carrière, identité et sortie de la rue: la cas de l'enfant de la rue. *Déviance et Société*, 25(1), 75-97.
- Lucchini, R. (2002). *Les enfants de la rue : trajectoires et mécanismes* [Versão Eletrônica]. Discurso introdutório proferido em Bruxelas, no Fórum Internacional “Paroles de rue”. Acessado em 23 de abril de 2007, disponível em: http://www.travail-de-rue.net/docs/forumbxl_fr.pdf
- Maciel, C.; Brito, S. & Camino, L. (1997). Caracterização dos meninos em situação de rua de João Pessoa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 10(2), 441-447.
- Magnani, J. G. C. (2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(49), 11-29.
- Martin, C. (1918/1992). Anexo 1: “Ruas”. In C. Sitte, *A arte de construir cidades – notas e reflexões de um arquiteto* (pp. 185-193). São Paulo: Ática.

- Martins, R. A. (1996). Censo de crianças e adolescentes em situação de rua em São José do Rio Preto. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9(1), 101-122.
- Martins, R. A. (2002). Uma tipologia de crianças e adolescentes em situação de rua baseada na Análise de Aglomerados (Cluster Analysis). *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(2), 251-260.
- Mauss, M. (1934/2003). As técnicas do corpo (P. Neves, Trans.). In *Sociologia e Antropologia* (pp. 401-422). São Paulo: Cosac Naify.
- Mauss, M. (1939/2006). *Manual de etnografia* (M. Mayer, Trans.). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Menezes, D. M. A. & Brasil, K. C. T. (1998). Dimensões psíquicas e sociais da criança e do adolescente em situação de rua. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 11(2), 327-344.
- Merleau-Ponty, M. (1945/1994). O espaço. In *Fenomenologia da Percepção* (pp. 327-400). São paulo: Martins Fontes.
- Monk, G.; Winslade, J.; Crocket, K. & Epston, D. (Eds.). (1997). *Narrative Therapy in Practice, The Archaeology of Hope*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Moura, E. B. B. (1999). Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha [Versão Eletrônica]. *Revista Brasileira de Historia*, 19, 85-102. Acessado em 10 de abril 2007, disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100005.
- Moura, S. L. (2002). The Social Construction of Street Children: Configuration and Implications. *British Journal of Social Work*, 32(3), 353-367.
- Mumford, L. (2004). *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins fontes.
- Neiva-Silva, L. (2003). *Expectativas futuras de adolescentes em situação de rua: um estudo autofotográfico*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Nobre, I. M. (2003). *A fotografia como narrativa visual*. [Dissertação de Mestrado não-publicada] Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Nóbrega, S. M. & Lucena, T. A. (2004). O "menino de rua" entre o sombrio e a aberrância da exclusão social. *Estudos de Psicologia*, 21(3), 161-172.
- Passetti, E. (2000). Crianças carentes e políticas públicas. In M. Priore (Ed.), *História das crianças no Brasil* (2ª ed., pp. 348-375). São Paulo: Contexto.

- Perrot, M. (1991a). A família triunfante. In M. Perrot (Ed.), *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra* (Vol. 4, pp. 93-104). São Paulo: Companhia das Letras.
- Perrot, M. (1991b). Maneiras de morar. In M. Perrot (Ed.), *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra* (Vol. 4, pp. 307-324). São Paulo: Companhia das Letras.
- Proust, A. (1992). Fronteiras e espaços do privado. In A. Proust & G. Vincent (Eds.), *História da vida privada: da Primeira Guerra a nossos dias* (Vol. 5, pp. 13-154). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Raffaelli, M.; Koller, S. H.; Reppold, C. T.; Kuschick, M. B.; Krum, F. M. B. & Bandeira, D. (2001). How Do Brazilian Street Youth Experience 'The Street'? : Analysis Of A Sentence Completion. *Childhood*, 8(3), 396-415.
- Revel, J. (1991). Os usos da civilidade. In R. Chartier (Ed.), *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes* (Vol. 3, pp. 169-210). São Paulo: Companhia das Letras.
- Ribeiro, M. O. (2003). A rua: um acolhimento falaz às crianças que nela vivem. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 11(5), 622-629.
- Ricoeur, P. (1983/1994). *Tempo e narrativa* (Vol. I). Campinas, SP: Papirus.
- Ricoeur, P. (1985/1997). *Tempo e narrativa* (Vol. III). Campinas, SP: Papirus.
- Ricoeur, P. (1989). *Do texto à ação. Ensaio de Hermenêutica II*. Porto: Rés Editora.
- Rio, J. (1908). *A alma encantadora da rua*. Acessado em 21 de abril de 2007, disponível em: <http://www.biblio.com.br/Templates/PauloBarreto/malmaencantadora.htm>.
- Rizzini, I. (1995). Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In F. Pilotti & I. Rizzini (Eds.), *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. (pp. 243-298). Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora.
- Rizzini, I. (1996). Street Children: An Excluded Generation in Latin America. *Childhood*, 3, 215-233.
- Rizzini, I. & Lusk, M. W. (1995). Children in the streets: Latin America's lost generation. *Children and Youth Services Review*, 17(3), 391-400.
- Rizzini, I. & Rizzini, I. (1996). "Menores" institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisa da década de 80. In A. Fausto & R. Cervini (Eds.), *O Trabalho e*

- a Rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80* (2ª ed., pp. 69-90). São Paulo: Cortez.
- Roldán, A. A. (2002). Writing ethnography: Malinowski's fieldnotes on Baloma. *Social Anthropology*, 10, 377-393.
- Rosa, C. S. A.; Borba, R. E. S. R. & Ebrahim, G. J. (1992). The street children of Recife: a study of their background. *Journal of Tropical Pediatrics*, 38, 34-40.
- Rosa, M. D. (1999). O discurso e o laço social dos meninos de rua. *Psicologia USP*, 10(2), 205-217.
- Rosemberg, F. (1993). O discurso sobre a criança de rua na década de 80. *Cadernos de Pesquisa*(87), 71-81.
- Rosemberg, F. (1994). Crianças pobres e famílias em risco: as armadilhas de um discurso. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 4(1), 28-33.
- Rosemberg, F. (1996). Estimativa sobre crianças e adolescentes em situação de rua: procedimentos de uma pesquisa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9(1), 21-58.
- Rubio, M. I. J. (1999). Las técnicas de investigación en antropología: mirada antropológica y proceso etnográfico. *Gazeta de Antropología*. Acessado em 14 de maio de 2007, disponível em: http://www.ugr.es/~pwlac/G15_01MariaIsabel_Jociles_Rubio.html.
- Santos, M. A. C. (2000). Criança e criminalidade no início do século. In M. Priore (Ed.), *História das crianças no Brasil* (2ª ed., pp. 210-230). São Paulo: Contexto.
- Sarmiento, M. J. (2004). As Culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In M. J. Sarmiento & A. B. Cerisara (Eds.), *Crianças e Miúdos. Perspectivas sociopedagógicas sobre infância e educação* (pp. 9-34). Porto: Asa.
- Sarmiento, M. J. (2005). Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educação & Sociedade*, 26(91), 361-378.
- Sarti, C. A. (1995). A continuidade entre casa e rua no mundo da criança pobre. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 5(1/2), 39-47.
- Sennett, R. (1974/2002). O domínio público. In *O declínio do homem público* (pp. 15-44). São Paulo: Companhia das Letras.
- Sirota, R. (2001). Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. *Cadernos de Pesquisa*(112), 7-31.
- Tuan, Y.-F. (1983). *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL.
- Trussell, R. P. (1999). The children's streets: an ethnographic study of street children in Ciudad Juárez, Mexico. *International Social Work*, 42(2), 189-199.

- van Dijk, T. A. (1996). Contexto e cognição. In *Cognição, discurso e interação* (pp. 74-98). São Paulo: Contexto.
- Visano, L. (1990). The socialization of street children: the development and transformation of identities. *Sociological Studies of Child Development*, 3, 139-161.
- Vogel, A. (1995). Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In F. Pilotti & I. Rizzini (Eds.), *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil* (pp. 299-346). Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora.
- Vogel, A. & Mello, M. A. S. (1996). Da casa à rua: a cidade como fascínio e descaminho. In A. Fausto & R. Cervini (Eds.), *O Trabalho e a Rua: crianças e adolescentes no Brasil dos anos 80* (2ª ed., pp. 133-150). São Paulo: Cortez.

Apêndice A

Convenções de Transcrição:

A inicial em maiúscula indica somente nomes próprios. Não indica início de períodos ou parágrafos.

... indica qualquer tipo de pausa que não houver sido medida por ser muito curta.

>**palavra**< indica fala mais rápida.

<**palavra**> indica fala mais lenta.

? indica entonação ascendente de interrogação e pausa.

: ou :: indicam alongamentos silábicos, podendo ser marcado no interior de uma palavra e também ser seguido de outro símbolo de transcrição (por exemplo, ::...).

/ indica interrupção de uma palavra.

() indica trecho de fala não compreendida.

(**palavra**) indica um trecho de fala acerca do qual há dúvida.

palavra indica ênfase.

= indica a contigüidade entre duas elocuições, isto é, o fato de não ter havido pausa entre elas.

hhhh indica risos.

((**palavra**)) indica comentários do entrevistador.

[indica o início da simultaneidade entre trechos de fala.

] indica o fim da simultaneidade entre trechos de fala.